

Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História

**RAÍNA DE CASTRO FERREIRA**

**UTOPIA E PROGNÓSTICO NA HISTÓRIA DO BRASIL IMAGINADA  
POR JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS (1860-1873)**

**Mariana  
2017**

**RAÍNA DE CASTRO FERREIRA**

**UTOPIA E PROGNÓSTICO NA HISTÓRIA DO BRASIL IMAGINADA  
POR JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS (1860-1873)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: Poder e Linguagens. Linha de Pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia. Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo.

**Mariana**

**2017**

F383u

Ferreira, Raína de Castro.

Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1860-1873) [manuscrito] / Raína de Castro Ferreira. - 2017.  
148f.:

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Brasil - História. 2. Comunicação escrita. 3. Santos, Joaquim Felício dos, 1828-1895. 4. Jornais - Análise. I. Lopes de Araujo, Valdei. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(81)(043.3)

Catálogo: [www.sisbin.ufop.br](http://www.sisbin.ufop.br)



Raína de Castro Ferreira

“Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1860-1873)”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo**

Departamento de História/UFOP

**Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel**

Departamento de História/ UFOP

**Prof.ª Dr.ª Helena Miranda Mollo**

Departamento de História/UFOP

**Prof. Dr. Francisco Gouvea Sousa**

Departamento de História/ UERJ

23/02/2017

## AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado é uma viagem incrivelmente individualista que não pode ser concluída sem o apoio de diversas pessoas. Tive a sorte de ter companheiros que muitas vezes, mesmo não compreendendo o que eu fazia estavam presentes por mim e para mim. Outros compreendiam, mas estavam lutando com seus próprios desafios, de novo não havia uma compreensão completa. Somente eu sei os traumas e os prazeres de ter conquistado esse título individual, mas que não teria sido possível sem o suporte e apoio de todos. Somente eu sei que esse título não teria sido possível sem os nomes citados abaixo, suportar a solidão foi mais fácil com eles por perto.

Meus agradecimentos sinceros ao meu orientador Professor Doutor Valdeci Lopes de Araújo, que me orientou com toda sua genialidade e me deu liberdade para perseverar em minhas ideias garantindo que eu tivesse sempre muito trabalho. Aos membros da banca que me acompanharam na qualificação e defesa, que em muito contribuíram para a minha formação. Foram mais que avaliadores, foram construtores: Professora Doutora Helena Miranda Mollo, Professor Doutor Marcelo de Mello Rangel e Professor Doutor Francisco Gouvea Sousa (UERJ). Muito obrigada à UFOP que me permitiu adquirir com êxito o diploma de mestre. Aos meus familiares o meu muito obrigado pelo apoio constante e pela presença em momentos difíceis, não é fácil compreender os abalos de uma caminhada como essa: à minha mãe Teresinha, ao meu pai Jorge e à minha irmã Tamires. Enfim, agradeço aos amigos que foram corretores, suporte emocional e estabilidade quando tudo parecia desmoronar: João Filipe, Natália, Guity, Bruno, Juan, Rivelino, Drielly, Thaís, Rafael T. Gabriella e família, Daniel S., Luiza, Laís, Kamilla, Tiago S. Às incríveis colegas de curso, suporte que a UFOP me deu e que me auxiliaram muito nessa jornada, mostrando a força feminina no meio acadêmico: Helena, Luna, Deisi e Caroline. Às incríveis meninas que moraram comigo, que além de presentes foram consolo e abrigo em uma cidade fria: Giovana, Carol, Camila, Marianna, Karina e Rafaela, ao nosso Otto também.

Todos os citados fizeram a diferença em cada momento dessa caminhada, ainda que em um momento específico ou em longos períodos, cada um deles deixou uma marca em mim e no meu trabalho. Agradecimentos não são o suficiente para descrever o que fizeram por mim. Muito obrigada!

*“Nos tempora sumus”*  
*(Nós mesmos somos tempo)*  
Santo Agostinho – Século V

## Resumo

FERREIRA, Raína de Castro. Utopia e prognóstico na História do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1860-1873) / Raína de Castro Ferreira – 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Esta dissertação se desenvolveu a partir da análise do jornal *O Jequitinhonha*, que circulava em Diamantina-MG entre 1860-1873, e de seu principal colaborador e dono, Joaquim Felício dos Santos. Utilizamos as publicações dos anos de 1862 e de 1868 a 1873, períodos nos quais foram publicados os folhetins: *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* (1862) e *Páginas da História do Brasil, escrita no ano de 2000* (1868-1873). As obras são projeções sobre o futuro do Brasil nos anos 2000 e são analisadas em conjunto com duas outras obras de Felício dos Santos: *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* (1861-1862) e *Acayaca: romance indígena* (1862-1863). Além de realizar uma cronologia da vida de Felício dos Santos e de *O Jequitinhonha*, utilizamos basicamente duas categorias analíticas. A primeira envolve a formação do historiador oitocentista, empregando o conceito de historiador erudito e antiquário para expressar as mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX. Focamos em uma história escrita fora do IHGB e como esta influenciou a escrita de uma história nacional. Na segunda categoria, utilizamos os conceitos trabalhados por Hans Gumbrecht sobre como o *cronótopo tempo histórico*, *Stimmung* e *efeitos de presença* ajudam a pensar o futuro criado por Felício dos Santos, juntamente com o modelo de estratificações temporais de Reinhart Koselleck que temporaliza o futuro; definindo o caráter utópico ou prognóstico de determinados textos. Junto a esta análise utilizamos a noção de responsabilidade da escrita da História desenvolvida por Hayden White.

Palavras-chave: Escrita da História, História do Brasil, Joaquim Felício dos Santos, Temporalização.

## **Abstract**

FERREIRA, Raína de Castro. Utopia and prognosis in the History of Brazil imagined by Joaquim Felício dos Santos (1860-1873) / Raína de Castro Ferreira - 2017. Dissertation (Master degree) - Federal University of Ouro Preto. Institute of Human Sciences. Graduate Program in History.

This dissertation was developed from the analysis of the newspaper *O Jequitinhonha*, that circulated in Diamantina-MG between 1860-1873, and its main collaborator and owner, Joaquim Felício dos Santos. We use as publications from the years 1862 and 1868 to 1873 the periods in which the tracts were published: *The History of Brazil*, written by Dr. Jeremiah in the year 2862 (1862) and *Pages of the History of Brazil*, written in the year of 2000 (1868-1873). The works are projections about the future of Brazil in the 2000s and are analyzed together with two other works by Felício dos Santos: *Memories of the Diamantino District of Serro Frio* (1861-1862) and *Acayaca: indigenous romance* (1862-1863). In addition to performing a chronology of the life of Felício dos Santos and *Jequitinhonha*, we basically use two analytical categories. The first involves a formation of the nineteenth-century historian, employing the concept of an erudite historian and antiquarian to express as the media in the second half of the nineteenth century. We also focused on a story written for IHGB and how it influenced a writing of a national history. In the second category, we use the concepts worked by Hans Gumbrecht, on how the historical time chronotope, *Stimmung* and reality effects help to think the future created by Felício dos Santos, together with the time stratification model of Reinhart Koselleck *The future Defining the utopian character or prognosis of textual adjustment*. Together with this analysis he uses a notion of responsibility for the writing of History developed by Hayden White.

Key words: Writing of History, History of Brazil, Joaquim Felício dos Santos, Timing.

## Lista de Ilustrações

Figura 1: Jornal Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro (RJ): 27/07/1860, edição nº 207, página 3 .....	17
Figura 2: Jornal Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ): 29/11/1850, edição nº 5861, página 5.....	18
Figura 3: Jornal Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro (RJ): 31/03/1860, edição nº 90, página 2.....	19
Figura 4: Jornal A Actualidade: jornal político, litterario e noticioso. Rio de Janeiro (RJ): 22/06/1863, edição nº 450, página 4.....	21
Figura 5: Jornal Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ): 27/06/1863, edição nº 174, página 1.....	23
Figura 6: Jornal Diário de Minas, Ouro Preto (MG): 28/02/1874, edição nº 214, página 1.....	28
Figura 7: Jornal A Actualidade: órgão do partido Liberal, Ouro Preto (MG): 30/09/1881, edição nº 111, página 4.....	33
Figura 8: Jornal Pharol, Juiz de Fora (MG): 22/06/1890, edição nº 146, página 1.....	37
Figura 9: Jornal Pharol, Juiz de Fora (MG): 16/08/1890, edição nº 193, página 1.....	38
Figura 10: Jornal de Recife, Recife (PE): 04/11/1891, edição nº 251, página 2.....	38
Figura 11: Jornal de Recife, Recife (PE): 26/08/1894, edição nº 194, página 3.....	40
Figura 12: Jornal O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 20/01/1861, edição nº 3, página 1.....	44

Figura 13: Jornal O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 31/08/1861, edição nº 30, página 1.....	47
Figura 14: Jornal O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 11/09/1861, edição nº 32, página 2.....	48
Figura 15: Jornal O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 8/11/1868, edição nº 30, página 1.....	49
Figura 16: Jornal O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 22/06/1863, edição nº 122, página 2.....	50
Figura 17: Jornal O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 21/11/1869, edição nº 4, página 1.....	51
Figura 18: Jornal O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 17/04/1870, edição nº 25, página 1.....	52
Figura 19: Jornal, O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 19/09/1871, edição nº 68, página 1.....	52
Figura 20: Jornal O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 06/04/1873, edição nº 179, página 1.....	53
Figura 21: Jornal do Commercio. Rio de Janeiro (RJ): 16/02/1869, edição nº 49, página 3.....	54
Figura 22: Jornal Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, Rio de Janeiro (RJ): 20/08/1863, edição nº 228, página 1.....	62
Figura 23: Jornal Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ): 27/08/1869, edição nº 234, página 1.....	62
Figura 24: Jornal, O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 22/11/1862, edição nº 47, página 1.....	76

## Sumário

Introdução .....	11
Capítulo I: Joaquim Felício dos Santos: O Historiador.....	14
I.I Cronologia: formação do escritor tijuquense.....	14
I.II <i>O Jequitinhonha</i> : Um jornal político, literário, comercial e noticioso .....	42
Capítulo II: <i>O Jequitinhonha</i> , a história e a ficção a serviço da transformação política .....	54
II.I <i>Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio</i> (1861-1862): uma leitura "instrutiva e amena" .....	54
II.II <i>Acayaca: romance indígena</i> (1862-1863): A ficção histórica .....	61
II.III A história do futuro .....	74
Capítulo III. O escritor antiquário e o método científico como horizontes da historiografia oitocentista: Felício dos Santos e o IHGB .....	91
Capítulo IV: A escrita da História do Brasil: temporalização do futuro, <i>Stimmung</i> e tempo histórico.....	109
IV.I Temporalização do futuro: utopia e prognóstico .....	109
IV.II Responsabilidade da escrita da história: o efeito de presença e a atmosfera .....	121
Considerações Finais .....	137
Fontes.....	141
Referências Bibliográficas .....	143

## Introdução

Esta dissertação se desenvolveu a partir da análise do jornal *O Jequitinhonha*, que circulava em Diamantina-MG entre 1860-1873, e de seu principal colaborador e dono, Joaquim Felício dos Santos. Especificamente, utilizamos as publicações dos anos de 1862 e de 1868 a 1873; períodos nos quais foram publicados os folhetins: *A história do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* (1862) e *Páginas da História do Brasil, escrita no ano de 2000* (1868-1873), assim como excertos inéditos publicados por Alexandre Eulálio na *Revista do Livro* em 1957, trechos que foram ocultados por Felício dos Santos por falta de espaço no jornal ou tempo de finalizá-los. As obras são projeções sobre o futuro do Brasil nos anos 2000 e são analisadas em conjunto com as duas principais obras de Felício dos Santos: *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* (1861-1862) e *Acayaca: romance indígena* (1862-1863).

O intuito é analisar a narrativa utilizada por Joaquim Felício dos Santos e mostrar como é fundamental para caracterizar a forma como o autor escreve a História do Brasil, a repercussão e recepção dos seus textos, tanto no meio acadêmico quanto pela população. Para explicar as obras futurísticas recorreremos ao modelo de estratificações temporais de Reinhart Koselleck, que temporaliza o futuro, definindo o caráter utópico ou prognóstico de determinados textos. Outra forte característica dos textos de Felício dos Santos é a presença da ironia e da sátira; fundamentais para a recepção destas obras na sociedade oitocentista. Para esta análise, são caras as concepções de Hayden White que faz uma análise da ironia; como ela é escrita, recebida e compreendida. White nos ajuda também a pensar a responsabilidade do autor para com a escrita da história, o que elevar a fato histórico? O que deixar de fora?; e pensar como a obra escrita será lida por seus contemporâneos. Ligada a essa responsabilidade, as teorias de Hans Ulrich Gumbrecht, sobre o cronótopo tempo histórico, *Stimmung* e efeitos de presença, ajudam a pensar a forma como o futuro criado por Felício dos Santos se fez presente e resultou da atmosfera de revoltas e mudanças, propostas na segunda metade do oitocentos no Brasil.

Em se tratando da análise da metodologia da escrita, discutimos a crise pela qual a história passou no século XIX, permitindo que através da perspectiva de Arnaldo Momigliano possamos entender o complicado ofício do historiador oitocentista, que tenta utilizar o método antiquário sem perder sua erudição aproximada da

filosofia. Ao mesmo tempo, em que o IHGB cria um modelo de dissertações, que deveriam ser produzidas em prol da formação de uma identidade nacional brasileira. Acompanhando uma historiografia nacional e atualizada, ressaltamos produções que discutem o cenário das mudanças de perspectiva sobre a escrita da História do Brasil ao longo do século XIX.

Todas estas análises estão interligadas através da escrita da história proposta por Felício dos Santos, por isso é indispensável considerar todas estas teorias simultaneamente, para que se possa chegar à análise mais completa e profunda, possível, do autor e das duas obras futurísticas

Por meio das chaves de análises propostas, a dissertação é dividida em quatro capítulos: o primeiro capítulo, denominado *Joaquim Felício dos Santos: o Historiador*, realizamos uma apresentação da vida de Joaquim Felício dos Santos através de sua cronologia. Onde nasceu, cresceu, a importância e influência de sua família para a região do Serro e para a formação da mentalidade do autor. Como foi sua formação escolar, acadêmica, sua participação política na região onde nasceu e como ela se expandiu para todos os âmbitos políticos no Brasil. A atuação como jornalista também é analisada, assim como sua perspectiva na escrita dos textos publicados e na montagem do jornal *O Jequitinhonha*. Toda trajetória pessoal e política de Felício dos Santos é narrada por meio do mapeamento de diversas publicações que ocorreram ao longo do século XIX em vários jornais de grande circulação no Brasil. As publicações reunidas são sobre a formação de Felício dos Santos, sua atuação como advogado, na política, na escrita e nas reformulações do *Código Civil Brasileiro*, juntamente com as publicações feitas em seu próprio jornal e das obras mais famosas nele publicadas em formato de folhetins.

Ainda neste capítulo, guiados pela trajetória de Felício dos Santos realizamos uma análise do cenário político da segunda metade do século XIX, destacando a atuação dos liberais em Minas Gerais. Observamos a importância do jornal como aparato político, assim como as motivações do autor para ingressar na vida política, mesclando a sua atuação jornalística com os compromissos políticos.

*O Jequitinhonha* é analisado minuciosamente, seu tamanho, formato, colaboradores, financiadores; assim como o preço, a tiragem de cópias e a influência de seu conteúdo para a população tijuquense. Após a pausa do jornal, que ocorreu de 1864 a 1868, o periódico se radicaliza juntamente com as propostas do partido Liberal e a guinada republicana dada por Felício dos Santos, é perceptível através da

mudança nas chamadas do jornal e pela constante modificação de seus colaboradores.

No segundo capítulo denominado *O Jequitinhonha e a análise de suas principais obras*, descrevemos e analisamos minuciosamente as principais narrativas de Felício dos Santos, que foram publicadas n' *O Jequitinhonha* em forma de folhetins. A primeira e mais famosa é *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* (1861-1862), conhecida como uma obra erudita de extrema importância para o conhecimento sobre a formação do Arraial do Tijuco e sua história colonial. A segunda obra, *Acayaca: romance indígena* (1862-1863) é o único romance do autor, que através da história de como uma tribo indígena que vivia na região do Tijuco em 1729 foi completamente destruída, narra a descoberta dos diamantes na região e como isso levou à atuação dos Intendentes e a intensificação da ação da Coroa na região do Serro. Por fim, volto à atenção para as obras *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* (1862) e *Páginas da História do Brasil, escrita no ano de 2000* (1868-1873), lidas como sendo continuação uma da outra, narram a história do futuro, cento e trinta e dois anos após o momento da sua escrita, apresentando o Brasil no primeiro ano do século XXI. As análises destas obras têm como base a formação do escritor e como as rupturas e continuidades ficam claras em seus textos ao passar do tempo.

No terceiro capítulo *O escritor antiquário e o método científico como horizontes da historiografia oitocentista: Felício dos Santos e o IHGB*, tentamos compreender o tipo de história feita por Felício dos Santos, respondendo a seguinte pergunta: Por que se pode chamar de História o que ele fez? Toda a discussão é entrelaçada com o debate ao redor da atuação do historiador e do antiquário, que durante o século XIX estavam em árdua polêmica. Realizamos também um balanço sobre a teoria e a historiografia brasileira no século XIX, ressaltando a influência e importância, dada hoje, a produção do IHGB.

No último capítulo *A escrita da história do Brasil: temporalização do futuro, Stimmung e tempo histórico*, em uma análise mais teórica utilizamos Gumbrecht para tratar do efeito de presença, o *cronótopo tempo histórico* e *Stimmung*, chaves para a análise do texto. A intencionalidade do autor é observada assim como a receptividade das obras aos seus contemporâneos e aos historiadores da atualidade. Através da perspectiva de Reinhart Koselleck, das estruturas temporais e do

escalonamento do tempo, é feita uma temporalização do futuro, discutindo o texto sob a ótica da utopia e do prognóstico.

Discutimos igualmente a responsabilidade da escrita da história, que no caso de Felício dos Santos, se liga à responsabilidade para com as ideias liberais e republicanas e para com as movimentações políticas cada vez mais intensas do período. O que narrar? O que deixar de lado? O que propor como mudança e ruptura? São questionamentos que pretendemos responder sobre a perspectiva das obras de Felício dos Santos.

## **Capítulo I: Joaquim Felício dos Santos: O Historiador**

### **I.I Cronologia: formação do escritor tijuquense**

Joaquim Felício dos Santos nasceu em 1º de fevereiro de 1822, na Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro Frio, Província de Minas Gerais. Filho de Antônio José dos Santos e Maria Jesuína da Luz. Sua família possuía propriedades de terras e nelas exerciam inúmeras atividades, como a agricultura e exploração de ouro e pedras na região. Seu avô paterno, José Amador dos Santos, era ligado a diversos senhores de terras por ter sido Guarda-Mor das Minas do Serro. Sua família era descendente dos primeiros bandeirantes.

Em 1838, quando a Vila Diamantina é elevada a cidade, Felício dos Santos permanece em Serro aprendendo as primeiras letras. Um pouco depois, durante o levante liberal de 1842, sua família se alinha aos revoltosos, neste momento, Felício dos Santos tem seu primeiro contato com as questões políticas de sua região e com as ideologias do partido liberal, aos vinte anos<sup>1</sup>.

Pouco após este período, Felício dos Santos vai para Congonhas do Campo para concluir o ensino fundamental. Em seguida, vai para São Paulo, e no educandário dos Lazaristas cursa os Preparatórios. A partir deste momento ele entra em contato com a filosofia habilitando-se para a carreira eclesiástica, seguindo em breve para o doutorado romano *in utroque jure* (tanto em direito canônico quanto civil) durante dois anos em Paris, declinando do convite para ser catedrático em

---

<sup>1</sup> EULÁLIO, 1976, p.26.

Saint-Sulpice<sup>2</sup>. Em São Paulo, de 1845 a 1850, Joaquim Felício fez seus estudos superiores na faculdade de Ciências Jurídicas do Largo de São Francisco, na qual a vida acadêmica permitiu que sua vocação política começasse a aparecer através da escrita de artigos e comunicações para revistas de estudantes. Seus contemporâneos foram Aureliano José Lessa, Bernardo Guimarães, Álvares de Azevedo e José de Alencar.

No mesmo ano em que se forma 1850, Felício volta para Diamantina, lugar no qual exerce a advocacia e mais tarde atua como jornalista. Formado no dia 20 de novembro de 1850, em São Paulo, pela Academia Jurídica, obtendo o grau de bacharel com aprovação plena em direito, como noticiou o jornal carioca *O Correio da Tarde*<sup>3</sup>. Ao longo das décadas de 1850 a 1860, se nota a presença do erudito no cenário político. Felício dos Santos então se candidatou e foi eleito em 1853, como deputado provincial pelo *Colégio das Dores do Sudaia*, participando em 1855 da Chapa conciliatória para os deputados provinciais. No mesmo ano casa-se com Maria Jesuína, filha de seu irmão mais velho e tem com ela seis filhos<sup>4</sup>.

Tendo apresentado suas habilidades como advogado, Felício dos Santos foi delegado de Minas Gerais, na companhia internacional forense em 1855 e advogado na agência de negócios entre Brasil e Portugal em 1856. Ainda neste último ano concorreu à candidatura de deputado da Assembleia Geral Legislativa, no 9º Distrito Eleitoral (Paracatu) no *Colégio de Grão Mogol*, ficando com apenas 2 votos, dentre 45 eleitores, como noticiado no jornal *Correio Oficial de Minas*<sup>5</sup>.

Em 1858 foi eleito em 6º lugar como substituto dos juízes municipais e ainda neste ano, organizou na cidade de Diamantina uma sociedade bancária, conforme publicado no jornal *Diário do Rio de Janeiro*.

Consta-nos que se acha organizada na cidade de Diamantina uma sociedade bancária de fundo de mil contos de réis, em tudo semelhante ao banco Mauá, Mac-Gregor e C. desta corte, e que brevemente entrará em exercício. Esta sociedade girará sob a firma Almeida Reis e C. Os fundadores são negociantes ali muito conhecidos, e pessoas muito distintas, como sejam os Srs. Francisco José de Almeida, Rodrigo de Souza Reis, Josephino Vieira Machado, Antônio Felício dos Santos, João da Matta Machado e Dr. Joaquim Felício dos Santos, um dos mais hábeis advogados

---

<sup>2</sup> Ibidem, p.27.

<sup>3</sup> Jornal *O Correio da Tarde*, Rio de Janeiro (RJ): 04/12/1850, edição nº 848, na página 3.

<sup>4</sup> EULÁLIO, 1976, p.27

<sup>5</sup> *Jornais de Ouro Preto - Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto (MG): 08/01/1857, edição nº 1, página 4.

da rica comarca do Serro: nomes tão respeitáveis são a melhor garantia do próspero futuro deste útil estabelecimento, que indubitavelmente prestará valiosos serviços ao ativo e grande comércio daquela notável parte da rica província de Minas. Fazemos votos para que quanto antes a encete seus úteis trabalhos, e para que colha todas as vantagens de que é digna<sup>6</sup>.

É notável que, já em 1858, Felício dos Santos era visto como “um dos mais hábeis advogados da rica comarca do Serro”<sup>7</sup>, o que lhe foi atribuído devido à sua trajetória de advogado em prol da província e nas companhias de comércio lusitanas. Ressalto também que como membro fundador desta associação, encontrava-se Antônio Felício dos Santos, irmão de Felício dos Santos, o que reforça a noção do poder político e econômico que a família detinha naquela região e que agora se conectava com o meio político através da figura de Joaquim Felício dos Santos. A ligação com a firma Almeida Reis e C. é comparada a estrutura montada do *Banco Mauá, Mac-Gregor e C.*, cujo principal interesse era o desenvolvimento nacional, com financiamentos voltados para as áreas empresariais. Os bens da família somados à criação de uma sociedade bancária de fundo inicial de mil contos de réis nos apresenta um núcleo familiar economicamente atuante, cujas pretensões era a de influenciar o empresariado nacional. Paralelo à sua participação no âmbito político, os irmãos continuavam a administrar a Sociedade Bancária que mantinha constante crescimento, conforme noticiado pelo jornal carioca *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*.

---

<sup>6</sup> Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ): 22/07/1858, edição nº 196, página 1.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

**SOCIEDADE BANCARIA DA CIDADE DIAMANTINA.**  
**Senhores socios commanditarios.**

**No semestre ultíamente findo verificou-se** que o movimento das operações do estabelecimento foi de \$514:726\$468.

Teve a caixa um movimento de 2,917:023\$102, sendo por entrada 1,522:420\$762, e por sahida 1,394:602\$340.

O movimento das conts a premio foi de 430:397\$671, sendo por entrada 264:325\$525, e por sahida 166:072\$146. As letas existentes em carteira, em numero de 426, elevárão-se ao algarrismo de 856:178\$693, send 208 descontadas com varias firmas de inteiro credito na importancia de 266:806\$193; 41 sobfianças, na importancia de 280:922\$783; 7 ditas de hypothecas, na importancia de 6:100\$000, e 170 ditas caucionadas, na importancia de 302:349\$717; figurando como garantia entre diverss joias em caução os seguintes valores: 63 titulos commercaes de reconhecido credito, na importancia de 207:254\$741; 454 accões desta commandita; 9 embrulhos contendo 298  $\frac{1}{2}$  oitavas de ovo lavrado e 67 ditos com 505 oitavas,  $\frac{3}{4}$  e 2 grãos de diamantes brutos.

Pela conta demonstratira de — LUCROS E PERDAS — consta o resultado final do 4º dividendo, sendo a taxa dos lucros liquidos no semestre findo de 24 e 37 centesimos por % ao anno, sobre o capital realizado, a saber da quantia de 48:076\$424 se tirou 6 por % para fundo de reserva, na importancia de 2:884\$585, ou 1 e 44 centesimos por % ao anno, dos lucros liquidos: 10.500\$000, pela metade do que excedea a 12 por % ao anno, em conformidade dos estatutos, ou 5 e  $\frac{1}{2}$  por % ao anno, pertencentes á commissão da gerencia; e 34:500\$000, ou finalmente 17 e  $\frac{1}{2}$  por % ao anno do mesmo capital realizado, que pertencem ao 4º dividendo da sociedade, na razão de 6\$900 por accão; ficando em suspens para o seguinte semestre o saldo de 191\$839, ou 96 centesimos por % ao anno dos referidos lucros liquidos, por indivisiveis.

Diamantina, 1º de julho de 1860.

Os directores,  
JOSEFINO VIEIRA MACHADO.  
JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS.

FIG. 1: Jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Rio de Janeiro (RJ): 27/07/1860, edição nº 207, página 3.

A situação econômica da família pode ser vista também nesta pequena nota policial, onde consta a fuga de um escravo. Em 1850, ano da fuga do "preto" Corsino, era necessário ser de uma classe econômica mediana para arcar com a compra de um escravo que custava em média 1 conto de réis. Chamo atenção para o fato do "crioulo" Corsino ter dito ser escravo de Felício dos Santos, e esse não ter o procurado, dado o valor do escravo naquele período, sendo necessário a publicação de uma nota no jornal *Diário do Rio de Janeiro*<sup>8</sup>. É conflitante também o fato de ser 1850 o ano no qual Felício dos Santos acabara de retornar à Diamantina após anos afastado da região. A história, apesar de conflituosa, não teve nenhum registro de desfecho nos jornais que pesquisamos.

<sup>8</sup> Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ): 29/11/1850, edição nº 5861, página 5.

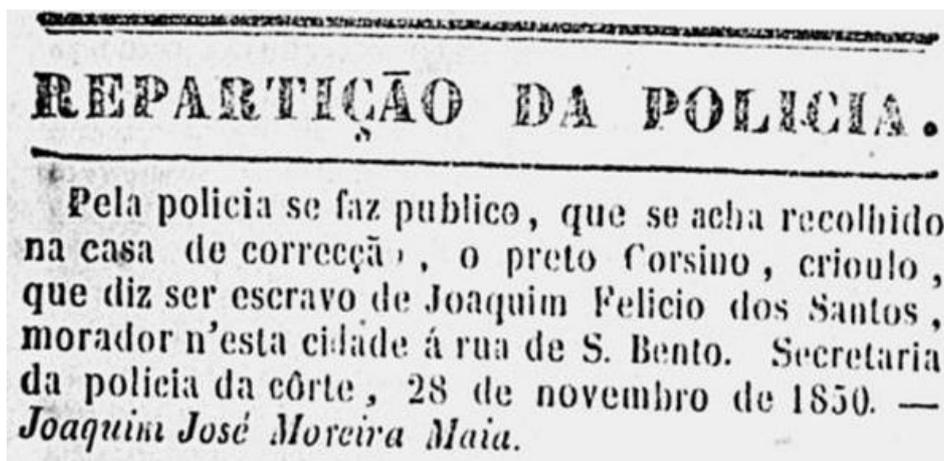


FIG. 2: Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ): 29/11/1850, edição nº 5861, página 5.

Retomando a trajetória de Felício dos Santos, em 1860 tornou-se assessor do colégio Ateneu, do qual seu irmão, o cônego João Antônio dos Santos, era diretor. Atuando como docente e trabalhando no fórum, as questões políticas cercavam Felício. “(...) Liberal convicto, insatisfeito com a situação do partido no País, resolve levantar a bandeira das ideias na região, já que a cidade, das mais progressistas da Província, possui amplo raio de influência”<sup>9</sup>. No mesmo ano, torna-se representante legal dos herdeiros de Chica da Silva no processo pela posse dos bens do contratador João Fernandes de Oliveira no Brasil. Tal situação reforça a imagem e competência do advogado, que já em 1860, é o quarto vereador mais bem votado nas eleições municipais de Diamantina. Diante desta situação, muitos jornais do país começam a indicar com honrarias o nome de Felício dos Santos para administrar a província de Minas Gerais. Segue a nota publicada originalmente no jornal carioca *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*. Em uma crítica aos mandos vindos de Ouro Preto e ao falseamento do sistema constitucional baseado no patronado, o redator propõe mudanças radicais, pedindo que o governo medite sobre as eleições gerais do próximo ano, sugerindo dentre dezesseis nomes, o de Joaquim Felício dos Santos.

Muitas províncias reclamam e necessitam da mudança de seus presidentes, e acho-lhes toda a razão e justiça. Nesse número está a nossa província, que quer marchar na senda do progresso material e moral para sua prosperidade e engrandecimento e não pode obter com os velhos hábitos e refina administrativa ouro-pretana e o grande falseamento do sistema constitucional com

<sup>9</sup> EULÁLIO, 1976, p.27.

todo o cortejo do patronato, e que lhe opõe constante e fortes barreiras. E como ter esperanças de semelhante *desideratum* com um presidente como o Sr. Carneiro de Campos e um vice-presidente como o Sr. Joaquim Delphino, que os tem governado sempre a seu modo, e não como requerem as verdadeiras necessidades da província? ...

As novas eras trazem sempre modificações na vida e costume dos povos, e fazem mudar suas condições e necessidades, que pedem, para serem devidamente satisfeitas e desempenhadas. Novo pessoal de muitos empregados públicos de posições mais proeminentes, máxime dos presidentes.

Assim, pois, medite seriamente o governo nestas coisas, e mande-nos ou nomeie quem possa administrar, como convém, a nossa importante província, e bem assim outro chefe de polícia, atendendo também a circunstância das eleições gerais do corrente ano.<sup>10</sup>

Diz-se que o governo luta com serias dificuldades em achar substitutos, ou pessoas aptas para essas nomeações; no entanto, mesmo da província, muitos nomes de distinctos cidadãos aqui apresento, não só para a escolha de presidente, como para vice-presidente, visto que alguns dos antigos não se prestão mais a essa melindrosa tarefa, e nem estão próprios para a presente época.

Os nomes lembrados são os seguintes :

Os Illms. Srs.

Dr. Bernardino José de Queiroga.  
 Dr. Elias Pinto de Carvalho.  
 Dr. Pedro de Alcantara Cerqueira Leite.  
 Dr. Camillo Maria Ferreira Armond.  
 Dr. Roque de Souza Dias.  
 Monsenhor José Felicissimo do Nascimento.  
 Dr. Francisco Alvares da Silva Campos.  
 Dr. Antonio Maximo Ribeiro da Luz.  
 Dr. Francisco de Paula da Silveira Lobo.  
 Dr. João Salomé de Queiroga.  
 Dr. José da Costa Machado e Souza Ribeiro.  
 Dr. José Rodrigues de Lima Duarte.  
 Pedro de Alcantara Machado.  
 Dr. Tristão Antonio de Alvarenga.  
 Dr. Joaquim Felicio dos Santos.  
 Dr. Modestino Carlos da Rocha Franco.  
 E muitos outros.

FIG. 3: Jornal *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*. Rio de Janeiro (RJ): 31/03/1860, edição nº 90, página 2.

Devido a todos estes acontecimentos, em 1860 Felício dos Santos, juntamente com seu cunhado Josefino Vieira Machado, funda o jornal *O Jequitinhonha*, “com o maquinário adquirido do deputado Teófilo Otoni”<sup>11</sup>, colaborador do jornal

<sup>10</sup> Jornal *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro (RJ): 31/03/1860, edição nº 90, página 2.

<sup>11</sup> REIS, 2007, p.158.

*O Eco do Serro* de 1828-1830 e fundador/proprietário do jornal *Sentinela do Serro*, fundado em 1830 (não há indícios se o maquinário foi doado ou vendido por Otoni). Através do título do jornal fica claro seu caráter regional, visto que o rio Jequitinhonha nasce perto do Serro e deságua no Atlântico. É neste jornal que se torna perceptível o forte caráter doutrinário e direcionador dos debates voltados para a questão da República, além de suas ideias progressistas e abolicionistas<sup>12</sup>.

Influenciado pelas citações políticas que recebeu em 1860, Felício dos Santos candidatou-se ao 6º Distrito Eleitoral de Minas Gerais à assembleia da Província em 1861, porém não teve êxito, como foi noticiado no jornal *A Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*<sup>13</sup>. Felício dos Santos teve apenas 73 votos, ficando em décimo lugar de um total de doze concorrentes, sendo apenas seis eleitos, sendo o primeiro colocado eleito, Bernardino da Cunha Ferreira, 223 votos e o sexto eleito, Cândido Freire de Figueiredo Murla, 178 votos.

Dois anos depois, mais firme no cenário político e atuante nos conflitos que ocorriam em Diamantina, durante a dissolução da Câmara dos Deputados, Felício dos Santos recebe uma crítica dos “velho liberal”, publicada originalmente no *Jornal do Comércio* reproduzido pelo jornal *A Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*.

---

<sup>12</sup> MARTINS, 2003, p.467.

<sup>13</sup> *A Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*, Rio de Janeiro (RJ): 20/12/1861, edição nº 182, página 2.

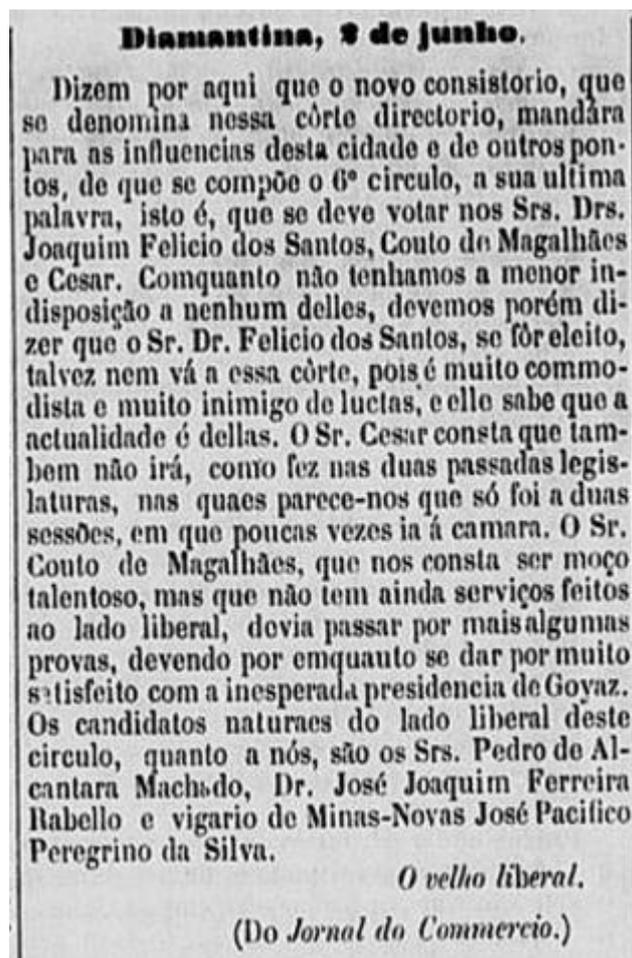


FIG. 4: *Jornal A Actualidade*: jornal político, litterario e noticioso. Rio de Janeiro (RJ): 22/06/1863, edição nº 450, página 4.

Sob o pseudônimo de “o velho liberal” Cristiano Ottoni, que nasceu em Minas Gerais em 1811 e faleceu em 1896, escreveu uma série de artigos que criticava fortemente o partido conservador e a atuação da Igreja no Estado, textos que foram publicados e discutidos em diversos jornais como por exemplo o *Correio Paulistano*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Jornal do Commercio*, *Diário do Povo*, *Opinião Liberal* e *O Correio Mercantil*, e *Instructivo*, *Politico*, *Universal*.<sup>14</sup>

Na crítica feita por Ottoni, à candidatura de Felício dos Santos ao 6º Distrito de Minas Gerais, como um liberal, não é bem vista pelo autor da nota, desencorajando os leitores a votarem em Felício dos Santos, Couto de Magalhães e César. O primeiro é apresentado por Ottoni, como um comodista e inimigo das lutas, o segundo é acusado por não ter ainda serviços do lado liberal e o último por ser relapso e não ter comparecido nas duas últimas legislaturas para as quais foi eleito. Ao final,

<sup>14</sup> O levantamento dos jornais citados foi feito por nós, visto que em todos eles há pelo menos uma publicação assinada pelo “velho liberal”.

o autor apresenta os Srs. Pedro de Alcântara Machado, Dr. José Joaquim Ferreira Rabelo e o Vigário de Minas-Novas, José Pacífico Peregrino da Silva, como os verdadeiros candidatos do lado liberal para a legislatura do 6º Distrito, sendo o segundo, o candidato com maior número de votos.

Crítica tão severa, momentos antes das eleições, pode ser relacionada ao ocorrido em Diamantina meses antes e noticiado pelo jornal *Diário do Rio de Janeiro*<sup>15</sup>. Na publicação, o delegado de polícia João Vieira de Azeredo Coutinho e seu substituto João Nepomuceno de Aguiar relatam que naquele ano a notícia da dissolução da Câmara causou grande satisfação no povo, que criou manifestações de vivas ao Imperador, ao ministério e aos chefes do partido liberal. Reuniu-se então um grupo de pessoas que pretendiam invadir a lavra do Duro. Os revoltosos chegavam a cinquenta pessoas e o delegado tentou de todas as formas físicas conter o grupo. Os invasores diziam que iriam imolar a todos do grupo do delegado, principalmente a família do tenente coronel Felisberto Ferreira Brant. No dia 22 de maio, Felício dos Santos por volta das 15 horas da tarde, conforme narra o delegado, apareceu para informá-lo que foi ao acampamento dos invasores para chamá-los a ordem, porém esses deram duas horas para o delegado e suas tropas se retirarem, para que as trincheiras pudessem ser tomadas. Os esforços não surtiram resultado e o conflito aconteceu. Os revoltosos foram derrotados, tendo uma baixa para o lado deles e nenhuma para as tropas do delegado. João Vieira de Azeredo ressaltou ser necessário o imperador continuar enviando a Guarda Nacional para manter a ordem, visto que os revoltosos eram criminosos de outros delitos. Por fim, o delegado recomenda com honrarias o nome de Joaquim Felício dos Santos, como o homem que expôs sua vida em benefício da ordem.

Ultimamente pelas 3 horas da tarde apareceu-me o Dr. Joaquim Felício dos Santos, que também tinha ido ao acampamento dos invasores fazer um derradeiro esforço para chama-los á ordem e declarou-me que estes com a maior ousadia só davam-me duas horas para retirar-me e que vinham ocupar as nossas trincheiras, e caso não nos retirássemos que eles nos viriam atacar; é até onde podia chegar o seu atrevimento!

Pouco tempo depois os revoltosos em linha de atiradores, armados e com uma bandeira alçada dirigiram-se para as nossas trincheiras, onde imediatamente postamos a nossa gente.<sup>16</sup>

<sup>15</sup>Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ): 27/07/1863, edição nº 174, página 1.

<sup>16</sup>*Ibidem*.

« Aproveito esta occasião para recomen-  
 dar á V. Ex. os nomes dos Srs. coronel Fran-  
 cisco José de Almeida e Silva, major José Fer-  
 reira de Andrade Braut, capitão Francisco de  
 Assis Pimenta, alferes José Candido Dias Sam-  
 paio, alferes Vicente da Fonseca Ribeiro, sar-  
 gento Joaquim Affonso da Silva e furriel Xisto  
 Pio Fernandes, não fallando nas praças por  
 não ter eu aqui presente seus nomes. Assim  
 como tambem tenho o prazer de apresentar  
 a V. Ex. os nomes dos cidadãos, que volun-  
 tariamente se prestaram e expuzeram suas  
 vidas á bem da ordem que são: Josephino  
 Vieira Machado, Rodrigo de Souza Reis.  
 Mancei da Silva Ribeiro, Drs. Joaquim  
 Felício dos Santos, Felix Antonio de Souza  
 e José Joaquim Ferreira Rabello, Antonio  
 Pedro de Oliveira Cata-Preta, Juselino Joa-  
 quim de Menezes, Dr juiz de direito José In-  
 dencio de Campos, Raymundo Urbano  
 Dias subdelegação do S. João e seu supplente  
 Manoel Ribeiro das Chagas, e muitos outros  
 cidadãos, cujos nomes actualmente não tenho  
 presentes.....  
 « 25 de Maio de 1863.  
 « (Assignado pelo delegado de policia João

FIG 5: Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ): 27/06/1863, edição nº 174, página 1.

Considerando as duas notas, publicadas no mesmo mês e com datas muito próximas, é possível interligar estes dois eventos apesar de não ser possível comprovar a comunicação entre eles, visto as condições de circulação de notícias da época. É perceptível a insatisfação do “velho liberal” quando Felício dos Santos ajuda as tropas policiais do império, optando por não as combater. Ao se colocar ao lado da Guarda Nacional, Felício passa a ser visto como um homem honrado pelo delegado e consequentemente pelo império, o que o da vantagem no cenário político. Provavelmente ele e Cristiano Ottoni estavam disputando o mesmo eleitorado após a dissolução da Câmara pelos Liberais, o que pode ter sido o motivo de Ottoni atacar Felício dos Santos afirmando que este era um político “muito comodistas e muito inimigo de lutas, (mesmo sabendo) que a actualidade é delas”<sup>17</sup>.

Mesmo assim, a crítica incisiva d’o *velho liberal* não impediu que Felício dos Santos fosse eleito Deputado com 49 votos pelo 6º Distrito, *Colégio de Serro*.

<sup>17</sup> *Jornal A Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*. Rio de Janeiro (RJ): 22/06/1863, edição nº 450, página 4.

O distrito tinha duas vagas já que Dr. José Joaquim Ferreira Rabello foi eleito com 52 votos, em primeiro lugar. Felício dos Santos foi seguido de Antônio Joaquim Cezar com 48 votos, Herculano Cesar de Miranda Ribeiro com 43, Vicente José de figueiredo com 40 e Dr. José Vieira Couto de Magalhães com apenas 1 voto, conforme foi publicado no jornal *A Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*<sup>18</sup>. A freguesia de Diamantina contava nesse período com 18.820 pessoas sendo 1.678 votantes e 42 eleitores, de acordo com o *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*<sup>19</sup>.

Neste mesmo ano foi noticiado também, em diversos jornais do país, a publicação pela Biblioteca Brasileira, na *Revista da Biblioteca Brasileira*, nº 3, a obra *Acayaca: romance indígena*, escrito por Joaquim Felício dos Santos. Além de se dedicar com escritor, Felício dos Santos também exerce o cargo público de professor de filosofia, geografia e história em Diamantina; paralelo à função de único advogado da Câmara e parte do corpo de advogados da região<sup>20</sup>, mantendo-se na 13ª legislatura para a qual foi eleito em 1863, conforme publicado no *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*<sup>21</sup>.

Entretanto, Felício dos Santos renuncia à legislatura, logo nos primeiros meses, ao iniciar o projeto de Reforma Constitucional, com o objetivo de abolir a vitaliciedade dos senadores, além de outros princípios defendidos também pela constituição de Pouso Alegre. Ele interrompe igualmente suas atividades no jornal para poder se dedicar ao projeto. A proposta não é considerada pelo plenário, que a rejeita, deste modo Felício se afasta da vida política, entre os anos de 1864 a 1868; e passa a atuar na revisão e transcrição de textos antigos<sup>22</sup>.

Em 1867, Felício dos Santos diminui sua participação efetiva no partido liberal, visto que foi eleito para fazer parte da comissão diretória, mas pede dispensa em razão das funções desenvolvidas paralelamente, ao mesmo tempo em que seu irmão era eleito como candidato do partido Liberal para as próximas eleições.

<sup>18</sup> *Jornal A Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*. Rio de Janeiro (RJ): 24/09/1863, edição nº 528, página 1.

<sup>19</sup> *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, Rio de Janeiro (RJ): 1864, edição nº 1, página 216. Não há registro do dia nem do mês de publicação.

<sup>20</sup> *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, Rio de Janeiro (RJ): 1864, edição nº 1 (2), páginas 217, 261 e 262. Não há registro do dia nem do mês de publicação.

<sup>21</sup> *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, Rio de Janeiro (RJ): 1864, edição nº 1, página 32. Não há registro do dia nem do mês de publicação.

<sup>22</sup> EULÁLIO, 1976, p.28.

Tendo se apresentado candidatos pelo colégio desta cidade os Drs. Antônio Felício dos Santos e Theodomiro Alves Pereira, ambos distintos liberais e dignos de tomar assento na câmara temporária, entendeu o partido liberal que devia convocar um *meeting* com o fim de se conhecer qual dos dois candidatos obteria maioria, consultado o sufrágio popular.

(...). Apurado os votos recolhidos, obteve o sr. Dr. Felício maioria, e assim designado candidato ao partido liberal entre ele e o Sr. Dr. Theodomiro perante todos os correligionários trocaram-se abraços em sinal da lealdade de seus sentimentos e o Sr. Dr. Theodomiro protestou coadjuvar sua candidatura. (...).

Na mesma reunião foi aclamada a comissão do partido liberal que costuma dirigir os interesses deste, sendo ela composta dos srs. Dr. Joaquim Felício dos Santos, coronel Francisco José de Almeida e Silva, tenente coronel Josefino Vieira Machado, tenente coronel Rodrigo de Souza Reis, Joao Raimundo Mourão, Manoel Ciryaco de Abreu e Agostinho José Ferreira de Andrade Junior, tendo o sr. Dr. Felício pedido dispensa foi em seu lugar aclamado o Sr. Dr. Felix Antônio de Souza<sup>23</sup>.

Seguindo sua importante atuação como homem de negócios, Felício dos Santos também aparece como um dos duzentos acionistas do Banco do Brasil, que têm de tomar parte na eleição de alguns membros da comissão de contas, tendo posse de 140 ações<sup>24</sup>. Na lista de acionistas, o primeiro é o Barão de Mauá, dono de 2.618 ações e o último, José Raphael de Azevedo, dono de 110, conforme a publicação no *Jornal do Commercio*<sup>25</sup>.

Em 1868, devido à crise política que provoca uma extrema radicalização durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), os liberais diamantinenses se reúnem e ressuscitam *O Jequitinhonha*. Em 1869 é publicado, pela *Revista da Biblioteca Brasileira*, o segundo volume de *Açayaca: romance indígena*, escrito por Felício dos Santos. Em 1870, o partido Liberal escolhe Joaquim Felício para entrar na lista sêxtupla da última eleição Senatorial, conforme a nota publicada no jornal *Correio Nacional*<sup>26</sup>. Esta nota narra brevemente a vida política de Felício dos Santos, considerando a sugestão de seu nome como uma homenagem a “esse patriota de inteligência elevada e culta”<sup>27</sup>. Conservado da alta política nos últimos anos, Felício dos Santos foi deputado geral e, de acordo com a nota, “um profundo desgosto apoderou-se do coração do grande democrata ao penetrar na câmara liberal, que então

<sup>23</sup> *Jornal Diário de Minas*, Ouro Preto (MG): 25/01/1867, edição nº 170, página 2.

<sup>24</sup> Não foi encontrada nenhuma informação com relação ao número total de ações, logo a comparação só pode ser feita com relação ao primeiro e ao último integrante da lista.

<sup>25</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro (RJ): 09/09/1867, edição nº 251, página 2.

<sup>26</sup> *Jornal Correio Nacional*, Rio de Janeiro (RJ): 08/04/1870, edição nº 46, página 1.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

apoiava o despotismo em nome do povo”<sup>28</sup>. Defendendo a nomenclatura liberal, Felício tentou denunciar os que considerava corruptos, apresentou o projeto da temporalidade do senado e da eleição direta generalizada, que foi negado pela Câmara: “Ele sabia que a Câmara temporária no Brasil é um corpo minado pela corrupção, e deslumbrado pelos interesses pessoais, que o privam de curar interesses do povo”<sup>29</sup>. Por isso se retirou da vida política e foi dedicar-se à imprensa, sendo escolhido pelos liberais como representante do partido no Senado em 1870.

O partido radical da Diamantina acaba de dar um passo significativo na escolha do nome do Dr. Joaquim Felício dos Santos para entrar na lista sêxtupla da última eleição senatorial.

Foi uma homenagem devida a esse vulto eminente, a esse patriota de inteligência elevada e culta, cujo coração puro nunca se aninhou a sórdida ambição de vanglorias com que se satisfazem as mediocridades.

Nós saudamos, pois, com todo o entusiasmo ao Dr. Joaquim Felício dos Santos como o primeiro legislador digno de tal nome, que tem aparecido na nossa arena política, e como a estrela de esperança, para onde se dirigem as vistas dos patriotas mineiros. Que a fortaleza sustente os seus passos, e a sabedoria ilumine o seu caminho<sup>30</sup>.

Explicitamente a presença de Felício dos Santos no cenário político se mostrava necessária, visto que durante a Guerra do Paraguai, *O Jequitinhonha* estava em pausa, devido às desilusões políticas de Felício dos Santos que tentava se afastar cada vez mais da política. Porém, o Partido Liberal o convoca para apresentar ao Brasil a nova imagem do liberalismo exaltado, que buscava através das lutas em prol da democracia denunciar a corrupção e atuar como elemento definitivo na política brasileira.

Em 1871 é aberto em Diamantina o *Colégio Perseverança*, sob direção do Dr. Carlos Honório Benedicto Ottoni, no qual Felício dos Santos começou a lecionar matemática, conforme publicado no jornal *O Jequitinhonha*<sup>31</sup>. Podemos perceber como a família dos Ottoni sempre esteve ligada a atuação política, letrada e pessoal de Felício dos Santos, que adquiriu o antigo maquinário de Teófilo Ottoni e recebeu cátedras em instituições privadas comandadas por membros da família Ottoni. Ambas famílias detinham grande influência social na região. Felício dos

---

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 01/01/1871, edição nº 62, página 4.

Santos, por exemplo, aumentava sua rede de influências, se tornava também membro da irmandade de Santa Isabel, considerado “irmão de mesa”, na “Eleição da Mesa Administrativa da irmandade; juiz, juíza e irmão de mesa para o ano compromissório de 1872 a 1873”<sup>32</sup>, conforme foi noticiado também, no jornal *O Jequitinhonha*<sup>33</sup>.

Retomando gradualmente seu envolvimento com as questões políticas, Joaquim Felício tem em mãos um meio de formação e divulgação de opinião, que já se declarava e era considerado republicano. Em 1872, Felício dos Santos publica a opinião de um cidadão diamantinense sobre as próximas eleições para vereador na cidade. A nota publicada no jornal *O Jequitinhonha*<sup>34</sup> com o título “Chapa inteiramente democrática para vereadores da Diamantina”, apresenta Felício dos Santos eleito em 4º lugar, juntamente com outros oito membros do partido liberal. Ao final ele ressalta, “Opinião de um votante, e como este muitos”<sup>35</sup>, na tentativa de influenciar e promover o partido liberal, sendo o mais indicado para formar uma chapa democrática. Percebe-se que a democracia está diretamente ligada ao liberalismo, não sendo possível haver governos democráticos se estes não forem liberais. É perceptível também o empenho de Felício na luta política, se tornando mais ácido e mais disposto às lutas, bem diferente do liberal cujas ações políticas foram criticadas pelo “velho liberal” em 1864. Mesmo tendo seu jornal, *O Jequitinhonha*, fechado em 1873, Felício dos Santos se manteve presente no cenário político motivado pela convocação do partido Liberal, que agora caminhava para uma atuação voltada mais para o republicanismo. *O Jequitinhonha* já havia sido reconhecido em suas últimas edições como um jornal republicano, em vista das ações mais exaltadas e voltadas para a defesa da Constituição; posicionamento este defendido com fortes críticas à Monarquia feito por Felício dos Santos através dos folhetins publicados entre os anos de 1868 a 1873.

Em 1874, o jornal *Diário de Minas*<sup>36</sup>, ao discutir as questões sobre os terrenos diamantinos, aconselha a leitura indispensável da obra *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos, publicada em 1868. A obra, considerada pelo redator do jornal como uma dissertação jurídica, auxilia a compreensão da formação do Arraial do Tijuco, juntamente com a divisão das terras e o uso feito

---

<sup>32</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 07/07/1872, edição nº 140, página 4

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 25/08/1872, edição nº 147, página 4.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> Jornal *Diário de Minas*, Ouro Preto (MG): 28/02/1874, edição nº 214, página 1.

delas pelo governo. Felício dos Santos é utilizado como referência e sua obra é apresentada como uma análise quantitativa e factual da construção social e política de Diamantina.

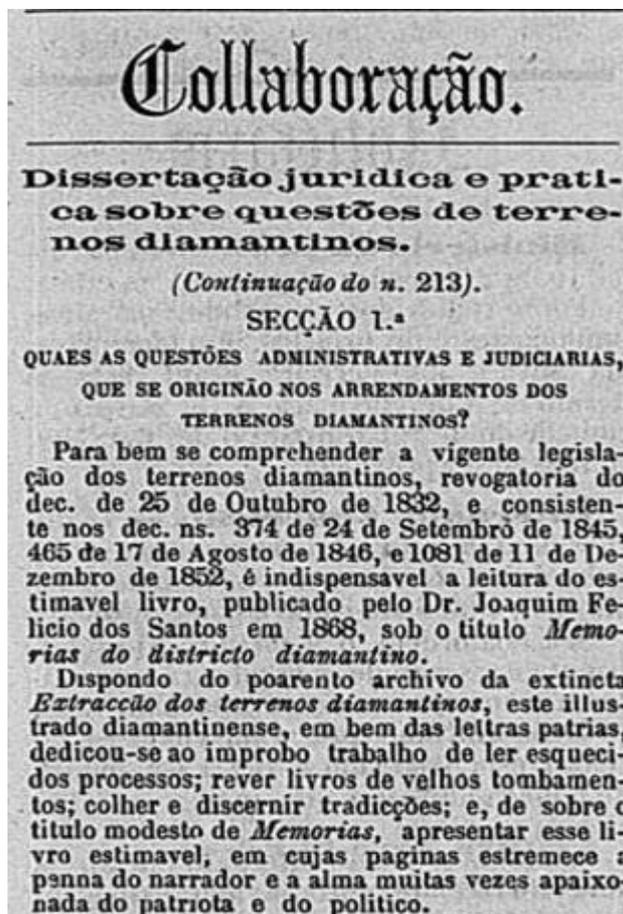


FIG 6: Jornal *Diário de Minas*, Ouro Preto (MG): 28/02/1874, edição nº 214, página 1.

Em 1875, o jornal *Monitor do Norte*<sup>37</sup>, esclarece à população, que a pedido da Maçonaria, mesmo que não apoiada pelo público, começara a ser publicado no jornal o texto de Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, visto que é necessário tirar a população da ignorância, objetivando a regeneração social. O jornal tenta através da imagem do Excelentíssimo Reverendo D. João Antônio dos Santos, bispo da diocese e irmão de Felício dos Santos, convencer a população de que a maçonaria não precisava ser temida, conforme pregava a Igreja Católica, mostrando que o bispo apoiava Felício dos Santos e junto a ele, as ideias de regeneração social, utilizando os textos de seu irmão para informar a sociedade.

<sup>37</sup>Jornal *Monitor do Norte*, Diamantina (MG): 21/03/1875, edição nº 15, página 3.

Com as falhas tentativas, que se arrastavam por anos, de Teixeira de Freitas e Nabuco de Araújo de criar uma constituição para o Brasil, Felício dos Santos foi convidado pelo gabinete conservador para redigir a reformulação do Código Civil Brasileiro. Em 1878, o jornal *A Constituição*, assim como tantos outros jornais brasileiros, publica a nota do jornal *Monitor do Norte*, anunciando tal convocação.

Código Civil Brasileiro – Escreve o *Monitor do Norte*, da Diamantina: “Consta-nos que o nosso distinto amigo, o Sr. Dr. Joaquim Felício dos Santos, que acaba de chegar da corte, fora particularmente encarregado pelo Sr. Ministro da Justiça da organização do projeto do código civil brasileiro. As luzes, conhecimentos jurídicos e dedicação ao trabalho do nosso amigo garantem-nos a realização d’esta tão esperada promessa da Constituição do Império”.<sup>38</sup>

Neste mesmo ano, ao participar de um banquete oferecido pelos republicanos, o jornal *o Paiz*, cita os membros do partido republicano de cada província, apresentando Felício dos Santos como o representante de Minas Gerais.

Do Dr. Miranda Azêdo á unidade do partido republicano de todas as províncias, representadas pelo Dr. Francisco Portella, em Campos, Joaquim Padilha, em S. Fidelis, Antônio Felício dos Santos e Joaquim Felício dos Santos, em Minas<sup>39</sup>.

De acordo com o jornal *A Reforma*<sup>40</sup>, ainda em 1878, houve uma eleição especial de Senador na província de Minas Gerais, *Colégio de Juiz de Fora*, no qual Felício dos Santos foi apresentado pelo eleitorado por apenas um voto, sendo o primeiro colocado o Dr. Lima Duarte, com 73 votos e o último, Dr. José Calmon com apenas 1 voto.

Em 1879, de acordo com o *Jornal do Commercio*<sup>41</sup>, o tenente coronel Josephino Vieira Machado, presidente da direção do partido Liberal de Diamantina, reúne todos os membros para tratar de sua saída, visto que atarefado com problemas de sua empresa não poderia mais continuar como presidente. O diretório contaria apenas com o Capitão Fernando Martins e João Raymundo Mourão, porém ambos não quiseram assumir a responsabilidade de comandar o partido e propuseram a eleição. O promotor público tomou a palavra e disse que com a saída do presidente o partido seria extinto visto que Joaquim Felício dos Santos, que havia sido eleito,

<sup>38</sup> Jornal *A Constituição*, Fortaleza (CE): 03/10/1878, edição nº 75, página 3.

<sup>39</sup> Jornal *O Paiz*, Maranhão (MA): 07/08/1878, edição nº 177, página 1.

<sup>40</sup> Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro (RJ): 13/12/1878, edição nº 283, página 1.

<sup>41</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro (RJ): 17/02/1879, edição nº 48, página 3.

não queria aceitar o cargo; o Dr. Theodomiro e Rabelo tinham se retirado; que o Dr. João da Matta, não se poderia contar; o sr. F.M. Sampaio era negociante de escravos e estava sempre em viagem; o Sr. J. R. Mourão já estava cansado das atribuições e que o Sr. Capitão João Nepomuceno de Aguilar estava extremamente descontente com a marcha política da cidade de Diamantina. Mesmo após as palavras do promotor, que provaram desagradar, o partido liberal votou e elegeu como presidente, por unanimidade, o Sr. Capitão João Nepomuceno de Aguilar. Junto a ele foram eleitos, Theodosio de Souza Passos com 34 votos, Fernando M. Sampaio com 32 votos, João R. Mourão com 30 votos, Augusto Ferreira Brant com 28 votos, Augusto de Campos Nelson com 27 votos e Floriano Cândido de Almeida com 23 votos. Para suplentes foram eleitos: Manuel César Pereira com 14 votos, Augusto Affonso Caldeira com 12 votos, Dr. Catão Gomes Jardim com 12 votos, Claudio Augusto com 4 votos e José Felício dos Santos com 3 votos.

É notável, a baixa pela qual o partido Liberal de Diamantina passa nesse período, tendo a maioria dos seus membros do diretório afastado, seja por atribuições comerciais ou funções públicas, como no caso de Felício dos Santos que se afastou para redigir o projeto do Código Civil. Mesmo com tamanha objeção do promotor o partido elegeu para presidente o “cansado” Sr. Capitão João Nepomuceno de Aguilar. É importante observar que mesmo depois das críticas, o partido elegeu representantes que já estavam afastados ou não tinham uma participação efetiva na política liberal, apesar disso, Felício dos Santos não foi lembrado e parece nem ter comparecido à reunião. Sua participação até pouco tempo extremamente ativa, estaria completamente desligada do presente de 1879, chegando a rejeitar várias funções delegadas a ele pelo partido Liberal de Diamantina.

Neste mesmo ano, é publicada uma forte crítica ao partido Liberal brasileiro. De forma polêmica, o Sr. Joaquim Nabuco, representante muito conhecido do partido Liberal, declara apoiar o confisco do patrimônio das Ordens Religiosas para salvar as finanças do país. O debate é publicado pelo jornal *O Apostolo*<sup>42</sup>, criticando a reação do deputado Nabuco ao mostrar interesse em confiscar os bens das ordens religiosas. Para o redator do jornal tal prática abusiva e violenta não seria mais popular entre os membros do próprio partido liberal, é neste contexto que o nome de Felício dos Santos é ressaltado, juntamente com o Ministro da Fazenda, visto que fazendo parte de uma câmara católica, eles foram os únicos a rejeitar a prática da

---

<sup>42</sup> Jornal *O Apostolo*, Rio de Janeiro (RJ): 20/04/1879, edição nº 47, página 1.

destruição destas ordens e de seus membros. O redator esclarece que as duas figuras citadas “são duas pedras preciosas que fazem brilhar ao longe o bom senso”<sup>43</sup>.

Desde 1870, quando Felício dos Santos foi convocado pelo Partido Liberal de Diamantina a retomar sua participação política, a afinidade com os ideais republicanos já se fazia presente, porém, ao ser convocado para reformular o Código Civil Brasileiro, em 1878, ele se afasta da frente política, não se envolvendo ferreiramente nas disputas do partido. Não há um rompimento explícito com os Liberais, porém há um alinhamento declarado ao republicanismo, mesmo havendo o distanciamento de Felício dos Santos da atuação política.

Pode o Sr. Joaquim Nabuco ficar certo que as explicações dadas em relação ao modo por que entende acautelar a sorte dos egresos o tornou já impopular nos conventos, na opinião dos homens de bem. Outra coisa não espere o Sr. Joaquim Nabuco, ao terminar devemos declarar que em uma Câmara católica, atacando-se a propriedade religiosa, impondo-se a destruição das Ordens com violência da consciência de seus membros, só protestaram contra tanta inépcia e tanta iniquidade dois de seus membros: o Sr. Ministro da fazenda e o Sr. Joaquim Felício dos Santos.<sup>44</sup>

Apesar de afastado do campo político, as contribuições de Joaquim Felício dos Santos continuaram a ser lembradas. O jornal *O Cearense*, ao discutir uma questão da Câmara dos Deputados, lembra-se dos esforços de Felício dos Santos ao propor um projeto de reforma eleitoral pelo sistema direto, não sendo este aprovado, levando o redator a concluir que “a reforma eleitoral pelo systema directo só podia ser decretada por uma assembleia com poderes especiais”<sup>45</sup>.

Em 1864 (e aqui o argumento é um pouco *ad hominem*, se se achasse presente o Sr. Felício dos Santos), o Sr. Joaquim Felício dos Santos apresentou um projeto de reforma eleitoral pelo sistema direto. Foi considerado projeto de reforma constitucional e mandou-se passar pelas formalidades estabelecidas para a constituinte. Assim, pois, nós tínhamos na nossa história parlamentar exemplos irrecusáveis de que a reforma eleitoral pelo sistema direto só podia ser decretada por uma assembleia com poderes especiais.<sup>46</sup>

Em 12 de outubro de 1878, Felício dos Santos foi nomeado para o cargo de professor de matemática do externato de Diamantina, porém em 1879 o prazo para

---

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> Jornal *O Cearense*, Fortaleza (CE): 26/04/1879, edição nº 44, página 3.

<sup>46</sup> Ibidem.

assumir é prorrogado, visto que Felício ainda não havia se apresentado, de acordo com a publicação no jornal *A Actualidade: órgão do Partido Liberal*<sup>47</sup>. Envolvido com a reformulação do Código Civil Brasileiro, em 1880, Felício dos Santos perde o cargo de professor de matemática, como noticia o jornal *A Actualidade: órgão do Partido Liberal*.

Instrução pública. – Pelo governo provincial foram expedidos os seguintes atos:

- Declarando sem efeito o de 12 de outubro de 1879, pelo qual foi o Dr. Joaquim Felício dos Santos nomeado professor de matemática do externato da Diamantina, visto não ter solicitado o respectivo título no prazo que se lhe marcou, e nomeado para substituí-lo o cidadão Elpidio Procópio Alves Pereira.<sup>48</sup>

Em 1881, o código que estava sendo produzido desde 1878, fica pronto e é apresentado ao ministério da justiça do trabalho no final do ano, com o título: *Apointamentos para o Projeto do Código Civil Brasileiro*, que contava com 3.577 artigos. O ministro da justiça nomeia uma comissão composta por Lafayette Ribas, Francisco Justino, Antônio Ferreira Vianna e Antônio Coelho Rodrigues para analisar os apontamentos escritos por Felício dos Santos. A notícia é publicada em diversos jornais, dentre eles *A Pátria*.

O Sr, ministro da justiça nomeou uma comissão composta dos juristas brasileiros Lafayette, Ribas, Francisco Justino, Ferreira Viana, (Antônio) e Antônio Coelho Rodrigues, para estudar e examinar os “Apontamentos para o projeto de código civil brasileiro, escritos pelo ilustrado Sr. Dr. Joaquim Felício dos Santos, afim de ver se poderá servir para uma segura base de uma revisão ulterior!

E é ministro da justiça e estadista neste país, um homem que faz destas coisas!<sup>49</sup>

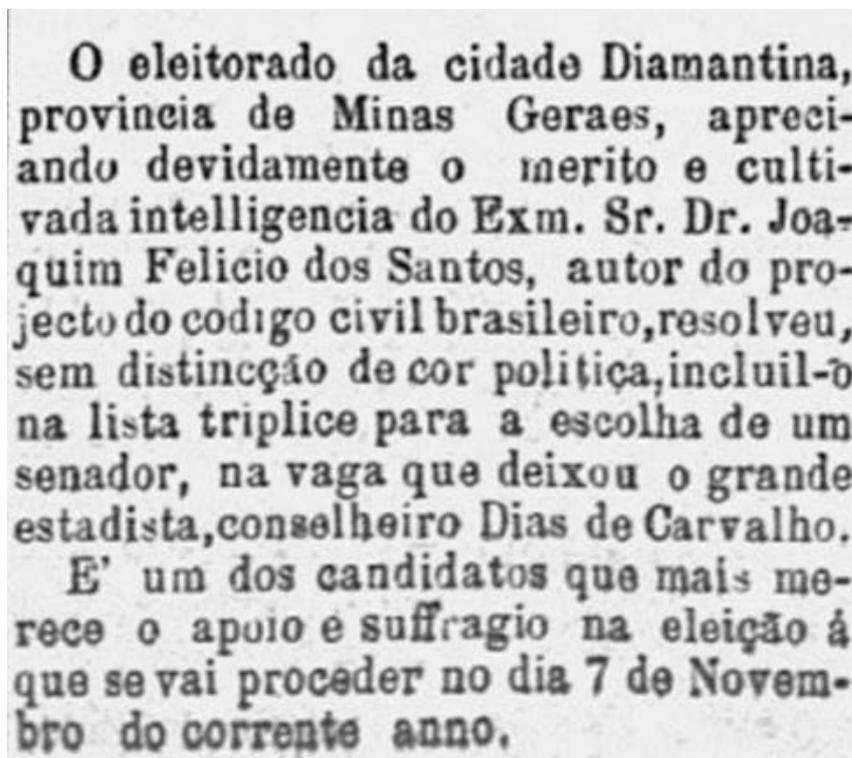
No entanto, no mesmo ano vem a óbito o conselheiro Dias de Carvalho, e muitos membros do partido Liberal, assim como a sociedade de Diamantina, sugerem publicamente o nome de Felício dos Santos para ocupar tal cargo. Famoso e

<sup>47</sup> Jornal *A Actualidade: órgão do Partido Liberal*, Ouro Preto (MG): 12/03/1879, edição n° 29, página 2.

<sup>48</sup> Jornal *A Actualidade: órgão do Partido Liberal*, Ouro Preto (MG): 07/08/1880, edição n° 78, página 4.

<sup>49</sup> Jornal *A Pátria*, Rio de Janeiro (RJ): 11/07/1881, edição n° 26, página 3.

reconhecido pelo esforço para concluir os *Apontamentos do Código Civil Brasileiro*, Felício dos Santos é reconhecido por vários estratos sociais de Minas Gerais, sendo largamente cogitado em diversos jornais do período.



O eleitorado da cidade Diamantina, provincia de Minas Geraes, apreciando devidamente o merito e cultivada intelligencia do Exm. Sr. Dr. Joaquim Felicio dos Santos, autor do projecto do codigo civil brasileiro, resolveu, sem distincção de cor politica, incluil-o na lista triplice para a escolha de um senador, na vaga que deixou o grande estadista, conselheiro Dias de Carvalho. E' um dos candidatos que mais merece o apoio e suffragio na eleição á que se vai proceder no dia 7 de Novembro do corrente anno.

FIG. 7: Jornal *A Actualidade*: órgão do partido Liberal, Ouro Preto (MG): 30/09/1881, edição nº 111, página 4.

Em 1882, houve uma alteração na comissão de análise dos *Apontamentos do Código Civil*, o Sr. Conselheiro Duarte de Azevedo substituiu o Sr. Justino Andrade e o Sr. Conselheiro Ribas recusa o cargo na comissão sendo nomeado para substituí-lo Joaquim Felício dos Santos. A comissão agora é composta por Felício dos Santos, Duarte de Azevedo, Antônio Ferreira Vianna e Antônio Coelho Rodrigues.

Código Civil. – Lê-se no *Diário da Manhã* de S. Paulo: A comissão de revisão do código civil deve continuar brevemente os seus trabalhos com atividade.

Para isso, espera apenas que se torne efetiva a nomeação do Sr. Conselheiro Duarte de Azevedo para substituir o Sr. Dr. Justino Andrade, que resignou o lugar que ali ocupava.

O Sr. Conselheiro Ribas igualmente recusou o lugar de membro da comissão, sendo nomeado para substituí-lo o Sr. Dr. Joaquim Felício dos Santos, autor do projeto do código.<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Jornal *O Cearense*, Fortaleza (CE): 25/01/1882, edição nº 19, página 2.

Alguns dos indicados para formar a comissão de análise das novas propostas do Código Civil não acreditavam que elas seriam aprovadas e colocadas em prática, por isso não aceitaram a nomeação e foram substituídos. Mesmo participando da Comissão, Felício não consegue que seu projeto seja aprovado. Iniciou-se uma nova tarefa de revisão do Código Civil que se arrastaria por vários anos<sup>51</sup>. As obras sobre o Código Civil Brasileiro propostas por Felício dos Santos, são: *Apontamentos para o Projeto do Código Civil Brasileiro* publicada em 1881; *Projeto do Código Civil Brasileiro* publicada em 1882; *Projeto do Código Civil e Comentário*, publicada entre 1884 e 1887 e por fim *Projeto do Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil*, publicada em 1891.

Durante este período, Felício dos Santos aceita se candidatar em 1883, ao senado pelo Partido Republicano, não se classificando entre os mais votados. Segue a carta que apresenta seu nome às urnas em 1883:

Illmo. Snr.

Apresentando-me candidato a uma cadeira vaga, no Senado, por morte de Visconde de Jaguary, peço a valiosa proteção de V. S. e de seus amigos.

Só tenho de dizer que se obtiver um assento no Senado procurarei cumprir os deveres de representante da nação.

De V. S.

Patrício e Am.º Obr.º

Joaquim Felício dos Santos,

Diamantina, 30 de agosto de 83.<sup>52</sup>

Em 1888, Felício dos Santos se candidata novamente ao senado pelo Partido Republicano em Minas Gerais, mas perde conforme noticiado no jornal *O Paiz*<sup>53</sup>. Nestas eleições, Joaquim Felício declara que “(...) mesmo escolhido pelo Poder Moderador, não assumiria a cadeira”<sup>54</sup>. Desiludido com a vida política e com os esforços que fez por muitos anos para torná-la mais democrática, Felício encara a perda das eleições para senador de Minas com desprezo e raiva, rejeitando completamente os poderes monárquicos ainda vigentes naquele período. Joaquim Felício dos Santos recebe 3.288 votos, tento o primeiro colocado, Barão de Santa Helena,

<sup>51</sup> REIS, 2007, p.160.

<sup>52</sup> Prefácio do editor da Livraria Castilho, no livro *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*, publicado em 1924, pela Livraria Castilho, 2ª Ed. Rio de Janeiro. Página: XIII.

<sup>53</sup> Jornal *O Paiz*, Maranhão: 07/11/1888, edição nº 252, página 2.

<sup>54</sup> EULÁLIO, 1976, p.30.

recebido 4.788 votos e o último colocado, Honório Brandão, 2.926 votos. Desta forma, Joaquim F. dos Santos ficou em 6º lugar.

Ainda em 1888, em uma reunião do partido Republicano, com a intenção de debater a propaganda e a lei orgânica do partido foi votada a criação de uma lei que regularia a contribuição pecuniária por paróquia, município, distrito e província. Para elaborar o que seria uma futura constituição do estado mineiro, são nomeados: Dr. Joaquim Felício dos Santos, Pedro Lessa e Rezende, com o planejamento de apresentação do projeto agendado para o dia 14 de julho de 1889.

Nos dias 16, 17 e 18 continuaram as reuniões dos delegados republicanos do congresso. (...). Foi votada também uma lei que regula a contribuição pecuniária por paróquia, município, distrito e província. Cogitaram os delegados da constituição do futuro estado mineiro e para confecciona-la foi eleita a seguinte comissão: Drs. Joaquim Felício dos Santos, Pedro Lessa e Rezende. Esta comissão apresentará o projeto antes da futura reunião do congresso, que se realizará a 14 de julho de 1889<sup>55</sup>.

Em 1889, Felício dos Santos é nomeado pelo governo provisório, como parte de uma comissão para tratar e organizar o serviço eleitoral e construir o ramo legislativo da soberania nacional. Estavam também nessa comissão, Antônio da Silva Jardim e Benedito Cordeiro dos Campos Valladares.

O governo provisório criou, por decreto de 18 do corrente, uma comissão composta dos Drs. Joaquim Felício dos Santos, Antônio da Silva Jardim e Benedito Cordeiro dos Campos Valladares para tratar da organização do serviço eleitoral, para constituir o ramo legislativo da soberania nacional. Os membros dessa comissão deverão receber o vencimento de seis contos anuais<sup>56</sup>.

O jornal *A constituição*, divulga o resultado das eleições de Minas Gerais, para as quais dois conservadores e um republicano são eleitos: Dr. Horta Barbosa, Carlos Peixoto e Joaquim Felício dos Santos, respectivamente. “É conhecido o resultado total da eleição de Minas, ficando a lista com dois conservadores, os Sr. Drs. Horta Barbosa e Carlos Peixoto, e um republicano o Sr. Dr. Joaquim Felício dos Santos”<sup>57</sup>.

<sup>55</sup> Jornal *Pharol*, Juiz de Fora (MG): 22/11/1888, edição nº 269, página 2.

<sup>56</sup> Jornal *Pharol*, Juiz de Fora (MG): 24/12/1889, edição nº 301, página 1.

<sup>57</sup> Jornal *A Constituição*, Fortaleza (CE): 13/07/1889, edição 132, página 2.

Em 1890, Felício dos Santos é indicado a concorrer como senador, de acordo com o *Jornal de Recife*<sup>58</sup>, ao lado do Dr. Francisco H. F. Brandão e do cônego Camillo de Britto.

O *Pharol* apresenta o conflito existente entre o desejo de um chefe republicano (não citado) de Ouro Preto em montar uma chapa formada por membros dos antigos partidos: Felício dos Santos, Afonso Augusto Moreira Penna e Barão de Santa Helena. Porém, o partido Republicano propõe outra formação com: Felício dos Santos, Francisco Honório Ferreira Brandão e Cônego Joaquim Camillo de Brito.

Eleição Geral: Afirmam-nos que um importante chefe republicano de Ouro Preto esforça-se para que a chapa senatorial d'este Estado fique composta com os seguintes nomes que representam os elementos dos três antigos partidos: Dr. Joaquim Felício dos Santos, conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna e barão de Santa Helena.

Consta-nos, porém, que essa lista sofre oposição da comissão executiva do partido republicano d'aquela capital, a qual dá preferência a chapa, que há dias publicamos, composta dos srs. Drs. Joaquim Felício dos Santos, Francisco Honório Ferreira Brandão e cônego Joaquim Camilo de Brito<sup>59</sup>.

Por fim, o *Pharol*<sup>60</sup> publica a decisão do partido em Ouro Preto, optando por colocar em votação a segunda chapa de senadores. O conflito dentro do partido Republicano vem do desejo em se formar um partido sólido, com representantes dos antigos partidos existentes durante grande parte do segundo reinado, em contraste com a proposta da formação de um partido Republicano com novo fôlego, envolvendo homens com atuação efetiva na política e sem nenhum tipo de ressalva a fazer com relação ao projeto do partido. Opta-se deste modo, pela segunda formação, contando com Felício dos Santos que foi sugerido em ambas as situações, o que prova sua dinâmica e sua atuação ainda eminente.

<sup>58</sup> *Jornal de Recife*, Recife (PE): 07/06/1890, edição n° 128, página 1.

<sup>59</sup> *Jornal Pharol*, Juiz de Fora, (MG): 04/06/1890, edição n° 130, página 1.

<sup>60</sup> *Jornal Pharol*, Juiz de Fora (MG): 22/06/1890, edição n° 146, página 1.

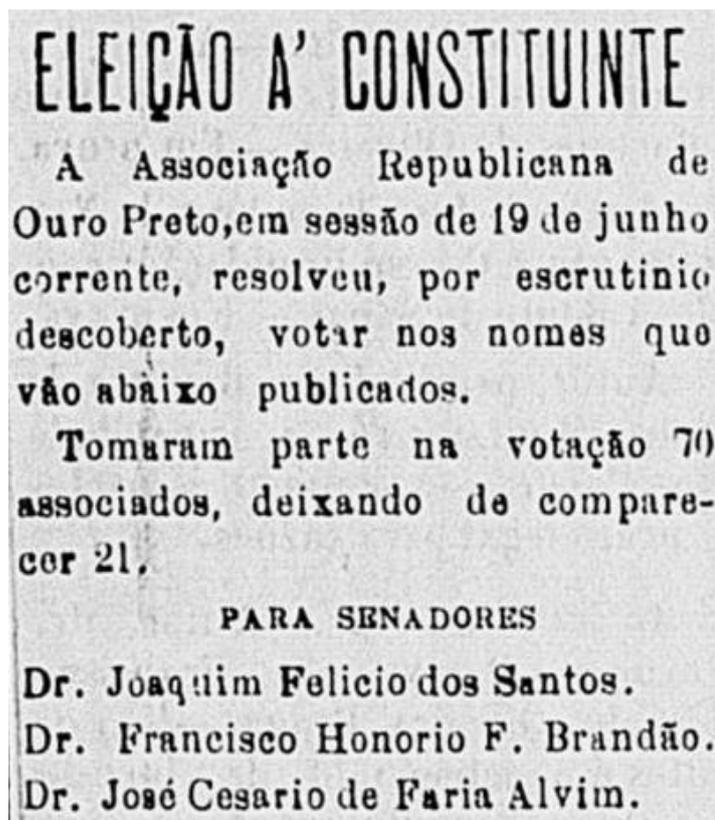


FIG. 8: Jornal *Pharol*, Juiz de Fora (MG): 22/06/1890, edição nº 146, página 1.

Em 1890, Felício dos Santos se torna presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral Geral da República para trabalhar as bases dos processos jurídicos e estatísticos. Neste período, o governador do Estado reorganiza a comissão escolhida em 1888, para elaborar o projeto da Constituição de Minas Gerais. Felício dos Santos, que era membro da primeira comissão é nomeado pelo governador e continua na função. Porém, ao final de 1890, Felício dos Santos adoece e abdica das funções do cargo.

Constituição de Minas. Pelo Dr. governador do Estado foi nomeada a seguinte comissão, par organizar o projeto da Constituição de Minas: Dr. Joaquim Felício dos Santos, Dr. Antônio Jacob da Paixão, Dr. Feliciano Penna, Dr. Lamounier Godofredo, Dr. Fernando Lobo Leite Pereira, Dr. Antônio Gonçalves Chaves e Dr. Chripim Jacques Bias Fortes.

Cada um dos membros da comissão receberá um 1.000\$ para o primeiro estabelecimento e 500\$ mensais.

A comissão deverá reunir-se no dia 30 do corrente.<sup>61</sup>

<sup>61</sup> Jornal *Pharol*, Juiz de Fora (MG): 05/07/1890, edição nº 157, página 1.

**CONSTITUIÇÃO DE MINAS**

Por incommodos de saúde,  
o dr. Joaquim Felicio dos  
Santos não tomará parte nos  
trabalhos da commissão en-  
carregada de organizar a con-  
stituição deste estado.

FIG. 9: Jornal *Pharol*, Juiz de Fora (MG): 16/08/1890, edição nº 193, página 1.

No final de 1890, Felício dos Santos é um dos senadores mais votados de Minas Gerais, é eleito e assume o cargo em 1891 apesar dos problemas de saúde. Uma nova revisão do *Código Civil Brasileiro* é publicada, contando com sua terceira parte completamente reformulada, ressaltando as ideias mais modernas da legislação civil.

Distribuio-se no dia 24 nas Camaras legislativas o *Projecto do Codigo Civil* da Republica, pelo Sr. Senador Joaquim Felicio dos Santos, publicado por autorisação, não do Ministerio da Justiça, mas do da Fazenda, para ser apresentado ás camaras.

Contém o projecto 2,762 artigos e não tem indice.

Depois de um titulo preliminar tratando da publicação, effeito e applicação das leis em geral, vem a *Parte geral* occupando-se das pessoas, cousas e actos juridicos em geral, seguindo-se a *Parte especial*, sob-dividida em dous Titulos, sobre a familia, tutella e curadoria, quanto ás pessoas; e quanto as cousas, em tres Titulos sobre a propriedade, posse, prescripção e successão; e quanto aos actos juridicos em particular, em dous Titulos, sobre disposições da ultima vontade e contratos.

Tanto quanto se póde julgar do trabalho por perfunctorio perpassar da vista por suas paginas, diz o *Jornal do Commercio* o seu organisador segue as idéas mais modernas de legislação civil.

E' um trabalho sério que precisa ser estudado detidamente.

FIG. 10: *Jornal de Recife*, Recife (PE): 04/11/1891, edição nº 251, página 2.

No ano de 1892, Felício dos Santos apresenta ao Ministro do Interior as finanças imperiais que deveriam ser revertidas para a nação após a morte dos membros da família real, sendo de usufruto das ex-princesas enquanto vivas, assim como o que seria herdado por D. Pedro II. Esta nota nos apresenta um Brasil já republicano, em um momento de transição, no qual Felício dos Santos atua como homem e advogado de confiança, devido aos seus esforços em períodos anteriores, tão conturbados como o atual. A lealdade e representatividade de Felício para com o partido liberal é estendida ao partido Republicano que toma as rédeas das mudanças do cenário político nacional.

Consta-nos que o Sr. Senador Joaquim Felício dos Santos já apresentou ao Sr. Ministro do Interior o seu parecer sobre os dotes da ex-princesas imperiais.

O Sr. Senador Joaquim Felício é de parecer que os bens patrimoniais da ex-princesa, a Sra. D. Isabel não reverterão para a Nação sendo depois de sua morte, competindo-lhe o usufruto dos mesmos em quanto for viva.

Quanto aos bens do patrimônio da falecida ex-princesa D. Leopoldina, entende que tendo deles já tomado posse o ex-príncipe D Pedro, na qualidade de usufrutuário só depois de sua morte é que reverterão livres para a Nação.<sup>62</sup>

Em 1894, o *Jornal de Recife*, publica a trajetória de todo o projeto dos *Apontamentos do Código Civil Brasileiro* feito por Joaquim Felício dos Santos, apresentando a conclusão de toda esta jornada. Neste momento, Felício estava afastado da maioria das atividades políticas, porém, continua a exercer a função de senador.

---

<sup>62</sup> *Jornal de Recife*, Recife (PE): 02/02/1892, edição nº 26, página 2.

**Em 1881 o illustre jurista mineiro Dr. Joaquim Felício dos Santos offereceu ao governo para servir de base de revisão seus— *Apontamentos para o Código Civil Brasileiro*—, os quaes sendo submittidos ao exame de uma comissão composta dos homens de mais subido valor em tal materia, foram reputados como não offerecendo bases sufficientes para revisão, concluindo a comissão que «tendo os *Apontamentos para o Código Civil Brasileiro* subido merito, como trabalho preparativo podia o seu autor retocando-os com arte, apparelhar um projecto em condições de franca revisão.»**

FIG. 11: *Jornal de Recife*, Recife (PE): 26/08/1894, edição nº 194, página 3.

Ao final de 1895, Felício dos Santos se afastou por completo da política e se retirou para o distrito de Biribiri, onde havia fundado uma indústria têxtil em conjunto com seu irmão Antônio Felício dos Santos e local no qual viria a falecer em 21 de outubro de 1895. Seus restos mortais foram transferidos para a Igreja do Carmo em Diamantina no ano de 1968, mas a família os levou de volta para Biribiri. Durante grande parte da vida, Joaquim Felício dos Santos tentou a aprovação de seu projeto do *Código Civil Brasileiro*, sendo a última recusa em 1896. O projeto foi tirado do esquecimento por Clóvis Beviláqua, que se inspirou parcialmente nos 2.692 artigos para elaborar o *Código Civil Brasileiro* promulgado em 1916.

Em 1895, o jornal *Pharol*<sup>63</sup> publica uma nota assinada pelos “mineiros patriotas”, comunicando a necessidade de se preencher a vaga ao Senado Federal aberta pelo falecimento do benemérito Joaquim Felício dos Santos, lembrando ao eleitorado o nome do Visconde de Ouro Preto.

Algum tempo após o falecimento de Felício dos Santos, sua família recebeu uma série de recompensas e bonificações pelos serviços prestados por ele à nação, como a pensão de quinhentos réis à viúva, liberada em 1899 e o pagamento de subsídios ao ex-senador que foi liberado em 1908.

Na Câmara dos Deputados ao Congresso Federal foi apresentado um projeto de lei concedendo pensão de 500\$ mensais a viúva do

<sup>63</sup> *Jornal Pharol*, Juiz de Fora (MG): 26/11/1895, edição nº 258, página 2.

jurisconsulto e ex-senador por Estado, Dr. Joaquim Felício dos Santos.<sup>64</sup>

Em aviso dirigido ontem ao presidente do Tribunal de Contas, o Sr. Ministro do Interior consultou sobre a legalidade da abertura do crédito de 9.450\$ para pagamento de ajudas de custo reclamadas pelo Dr. Joaquim Felício dos Santos, na qualidade de senador pelo Estado de Minas.<sup>65</sup>

Joaquim Felício dos Santos seguiu o modelo político Liberal por grande parte de sua vida, inspirando-se na figura de Teófilo Ottoni e seguindo o radicalismo liberal. “Foi influenciado por clássicos como Scott, Cooper, Les Natchez, Atala, Hugo, Dumas, Sue e Alencar”<sup>66</sup>. A apresentação do jornal *O Jequitinhonha* nos permite conferir a clara influência da escola liberal francesa, marcada por Augustin Thierry e P. Barante, homens que combateram a aristocracia por meio da vertente liberal produzindo uma história que desaguardaria em revoluções, objetivando o fim do sistema vigente. Da mesma forma, Felício dos Santos publicou vários folhetins apresentando um Brasil futuramente republicano e mais democrático a partir do fim do regime monárquico.

Eder Novaes acredita que por meio da radicalização política de Felício, ocorrida em meados da década de 1870, ele se tornou um republicano ao amadurecer os debates liberais com os quais sempre esteve envolvido, visto que na década de 1860, havia a separação entre liberais e liberais conservadores. Estes últimos não sobreviveram ao republicanismo de 1870, momento no qual as ideias passam a ser diretoras do posicionamento no debate político. Se em um primeiro momento Felício dos Santos se relaciona com a tradição memorialística, a partir de 1870 ele utiliza a propaganda republicana para se posicionar mais claramente<sup>67</sup>.

Sob uma perspectiva metodológica, os textos de Felício dos Santos são inicialmente jurídicos, conforme os dados apresentados na obra *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862), na qual são utilizados instruções, processos executivos, Portarias, Bandos, Ordens, Deliberações das Juntas e Regimentos de Execução das Leis. O caráter de “verdade” é atribuído especialmente a esta obra, devido à relação cronológica com os fatos, depoimentos das testemunhas oculares e a ideia de cotidiano, atribuída a escrita. Ele utiliza “(...) crônicas como formas de relatos. Sua linguagem é pitoresca, na qual introduz discursos e procura reproduzir o vivo e o

<sup>64</sup> Jornal *Pharol*, Juiz de Fora (MG): 21/09/1889, edição nº 66, página 1.

<sup>65</sup> Jornal *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro (RJ): 20/10/1908, edição nº 294, página 2.

<sup>66</sup> VINHAES, 2012, p.1.

<sup>67</sup> NOVAES, 2012, p.7.

concreto”<sup>68</sup>. Os trabalhos de Joaquim Felício são, em sua maioria, considerados mais como um esforço historiográfico do que memorialístico, apontando para o regional, mas não se restringindo a ele; como fez ao narrar uma História do Brasil imaginada nos anos 2000.

Esquecido pela memória nacional, seus textos foram revisitados quando a história local ganhou os institutos, sua monografia sobre a formação do Arraial do Tijuco ganhou fama tardia, apesar de Silvio Romero e Capistrano de Abreu terem o elogiado durante o fim do século XIX. Para Rodrigo Gurgel, “a grande característica deste autor é unir o contraste, negando uma visão plana das personagens e circunstâncias”<sup>69</sup>.

Com o intuito fazer uma investigação completa da atuação política de Felício dos Santos, faremos uma análise do jornal publicado por ele entre os anos de 1860 a 1873, O *Jequitinhonha*, utilizado não apenas como um meio informativo, mas também como um campo de lutas sociais e políticas.

## **I.II O *Jequitinhonha*: Um jornal político, literário, comercial e noticioso**

Dentre os anos de 1860 a 1873, as páginas do jornal semanal O *Jequitinhonha*, foram palco para a escrita de muitos textos, novelas, peças teatrais e literatura. Fundado por Joaquim Felício dos Santos e Josefino Vieira Machado, o jornal teve sua primeira edição publicada na cidade de Diamantina em 30 de dezembro de 1860. Foram colaboradores do jornal, Teodomiro Alves Pereira, os irmãos Francisco e Sebastião Corrêa Rabello; Teófilo Ottoni e Carlos Honório Benedito Ottoni; e D. João Antônio dos Santos<sup>70</sup>. Suas publicações seguiram até o ano de 1864; momento no qual ele teve uma pausa e só voltou à circulação em 1868 seguindo até sua última edição de número 179, em 6 de abril de 1873.

Em todos os anos de publicação, o jornal que continha apenas quatro folhas e que era considerado pequeno, foi caracterizado por Felício dos Santos como um jornal “político, literário, comercial e noticioso”<sup>71</sup>, diagramado da seguinte forma: A primeira seção denominada “O *Jequitinhonha*” era um texto de caráter político,

---

<sup>68</sup> VINHAES, 2012, p.1.

<sup>69</sup> GURGEL, 2010, p.1.

<sup>70</sup> MARTINS, 2003, p.467.

<sup>71</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 30/12/1860, edição nº 1, página 1.

no qual o redator principal, Felício dos Santos opinava sobre o cenário político local. Em seguida, encontra-se um capítulo do folhetim, totalizando treze histórias diferentes ao longo de todo jornal<sup>72</sup>. Logo após, havia a seção de notícias, correspondência, pedido ou transcrições. Quando dois folhetins estavam sendo publicados ao mesmo tempo, o segundo era exposto depois da seção noticiosa. Por fim, o leitor encontrava notas rápidas da política nacional e anúncios. O preço do jornal era 8 mil réis por ano, pagos adiantados, o que era avisado aos leitores em apresentação do jornal com o seguinte texto.

Publica-se uma vez por semana na Tipografia do Jequitinhonha. – Ao editor Giraldo Pacheco de Mello, na cidade de Diamantina, é que deverão ser dirigidas quaisquer correspondências, anúncios ou reclamações – O preço das assinaturas é de 8.000 réis por ano pagos adiantados. Imprimem-se gratuitamente todas as publicações e correspondências de interesse público; o preço das mais será o que se tratar.<sup>73</sup>

O preço do jornal era considerado baixo, comparado com outros jornais de grande circulação naquele mesmo período, como o *Diário de Minas* que custava 12 mil réis ao ano e o *Diário do Rio de Janeiro* que custava 24 mil réis ao ano, ambos para a Corte. 1 conto de réis - 1 milhão de réis - equivalia a um quilo de ouro, logo, *O Jequitinhonha* no valor de 8 mil réis correspondia a 0,8% do valor de 1 conto de réis ou um quilo de ouro; o que demonstrava ser um preço acessível para grande parte da população.

A partir da edição número 14, em 6 de maio de 1861, foi adicionado ao final da apresentação citada acima, o seguinte: “Redator Joaquim Felício dos Santos”<sup>74</sup>, visto que até então não havia clareza na autoria de alguns textos.

Até a edição de número 44, em 1º de novembro de 1862, ainda na apresentação do jornal, havia a frase: “À lei seu império, aos homens sua dignidade”<sup>75</sup>. Conforme apresentado na imagem abaixo.

<sup>72</sup> As obras serão apresentadas posteriormente e suas histórias variam entre, memórias, romances, novelas, contos, teatros e textos futurísticos.

<sup>73</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 27/04/1861, edição nº 13, página 1.

<sup>74</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 06/05/1861, edição nº 14, página 1.

<sup>75</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 20/01/1861, edição nº 3, página 1: “A la loi son empire, aux hommes leur dignité” (Tradução nossa).

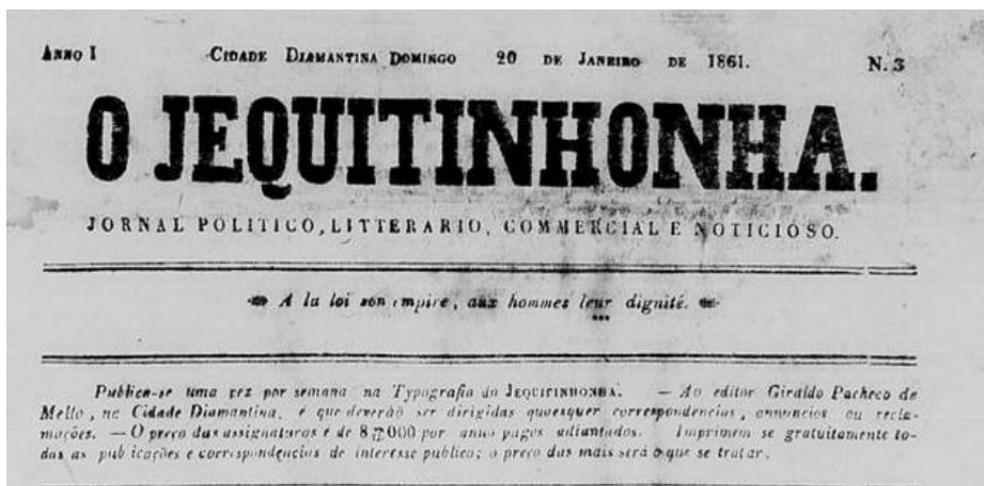


FIG. 12: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 20/01/1861, edição nº 3, página 1.

A apresentação do jornal enfatizava o caráter e objetivo de seu fundador e principal redator, Joaquim Felício dos Santos. A citação em francês vêm de uma série de referências que se iniciam com o autor original da frase, Alexandre François Auguste Vivien, também chamado de Vivien de Goubert. Tendo nascido em julho de 1799 e falecido em 1854, em Paris, Vivien Goubert teve uma ativa participação política e militar. Fazia parte do grupo de liberais que estavam no conselho da Sociedade de Ética Cristã e que assinaram a petição de 1830 contra a pena de morte. Forte defensor da política de resistência, sendo nomeado Ministro da Justiça e dos Assuntos Religiosos em 1840 e após um longo período de promoções políticas, a partir de 1851 se dedicou exclusivamente a escrita de sua obra literária, vindo a falecer em 1854.

A referida obra de Vivien, teve seu primeiro volume publicado em 1852, denominado *Études Administratives* em Paris pela Guillaumin ET Cie, Libraires-Éditeurs.<sup>76</sup> Em seu texto com forte caráter revolucionário, o que nos chama atenção é a passagem, apropriada por Felício dos Santos anos mais tarde:

É hora de restituir à lei seu império, aos homens sua dignidade, ao país a segurança que perdeu. É do governo, sobretudo que o impulso deve partir. Ele é o primeiro servo da lei e aqueles que têm a honra de servi-lo devem não menos que ele, se mostrar, em todas as ocasiões, rígidos observadores da lei.<sup>77</sup>

<sup>76</sup> Estudos Administrativos em Paris pela Guillaumin and Co., editores-Livreiros (Tradução nossa).

<sup>77</sup> VIVIEN, 1852, p.77. “Il est temp de restituer à la loi son empire, aux hommes leur dignité, au pays la sécurité qu’il a perdue. C’est du gouvernement surtout q l’impulsion doit partir. Il est le premier serviteur de la loi et ceux qui ont l’honneur d l’assister doivent, non moins que lui, se montrer, en toute occasion, les rigides observateurs du droit (Tradução nossa).

A passagem evoca uma mudança radical, quebrando os paradigmas do império, relembrando uma atuação e a aplicação mais justa das leis, perante aos direitos e deveres dos cidadãos.

No Brasil, apenas cinco anos depois, em 1857, Dr. José Antônio Pimenta Bueno vai usar a mesma frase ao apresentar sua análise da Constituição do Império.

O amor pela liberdade nos une em um tratado.  
A Constituição é a expressão dos direitos e obrigações dos diferentes poderes públicos.  
As leis nada mais são do que o resultado e a expressão dos direitos e deveres do homem.  
À lei seu império, aos homens sua dignidade.<sup>78</sup>

José Antônio Bueno, também chamado de Marquês de São Vicente, nasceu em Santos, São Paulo em 1803 e faleceu em 1878. Filho de José Antônio Pimenta Bueno e de Mariana Benedita de Faria e Albuquerque; bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, tornou-se Servidor Público e iniciou na magistratura em 1843. Em 1849, abandonou o partido Liberal e se aliou ao Partido Conservador. Jurista e político, José Bueno é conhecido por sua participação na elaboração da *Lei do Ventre Livre* datada em 28/09/1871. Exerceu os cargos de Chefe de Polícia, de Juiz de Fora e de Juiz da Alfândega de Santos, de Primeiro Juiz de Direito da Comarca de Santos, Desembargador da Relação do Maranhão e Desembargador na Corte. Foi também Presidente de Província de 1836 a 1838 e em 1850, Deputado geral de 1845 a 1847, Senador entre 1853 a 1878 e tornou-se Visconde em 1867 e Marques em 1872. Também foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro dos Negócios da Justiça – Interino, Ministro dos Negócios da Justiça, Presidente do Conselho de Ministros, Integrante do Conselho de Estado do Império e governador das províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Foi encarregado de preparar cinco projetos para a emancipação gradual dos escravos, que deu origem a promulgação da *Lei do Ventre Livre* no ano de 1871. Aposentou-se como Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e morreu na cidade do Rio de Janeiro. Em sua obra jurídica destacaram-se *Apontamentos sobre as formalidades do processo civil* em

---

<sup>78</sup> BUENO, 1857, p.1. Libertatis amor stabili nos foedere junxit. La constitution este l'expression des droits, et des obligations des différents pouvoirs publiques. Le lois ne sont que le résultat et l'expression des droits et des devoirs d'homme. A la loi son empire, aux hommes leur dignité. (Tradução nossa).

1850, *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro* em 1857, *Direito público brasileiro e análise da constituição do império* em 1857, *Direito internacional privado e aplicação de seus princípios com referência às Leis Particulares do Brasil* em 1863 e *Considerações relativas ao beneplácito e recurso à Coroa em matéria de Culto* em 1873. Recebeu a *Ordem da Rosa* em 1838, que é considerada a máxima condecoração imperial por serviços prestados em Mato Grosso.

Como cita César Salgado, José Bueno em todo momento de sua vida política reitera sua fidelidade à ordem e à liberdade, nunca admitindo qualquer antítese entre a lei e dignidade da criatura humana. A justiça é um direito natural e é inseparável da entidade moral do homem, que não deve ser sacrificado nem mesmo em prol de um interesse coletivo. A independência da magistratura é condição elementar para a exata aplicação da justiça<sup>79</sup>.

A citação em francês explicita como Felício dos Santos se mantinha em contato com as correntes historiográficas estrangeiras, assim como a constante procura e dedicação em atualizar-se com as letras e filosofias europeias, já que “admirava profundamente Rousseau e Kant, defensores das liberdades individuais”<sup>80</sup>. A citação também nos apresenta seu posicionamento político com relação ao Império. Visto por muitos contemporâneos como um homem erudito, Felício dos Santos prezava pela manutenção da ordem e das leis, porém, tais leis deveriam respeitar a dignidade dos homens, pensando na população e no futuro da nação; e não apenas criadas e seguidas em prol da manutenção do Império, principalmente na cidade de Diamantina; região na qual os mandos imperiais eram considerados por Felício dos Santos como despóticos. Utilizando da referência francesa de Alexandre François Auguste Vivien (1852) e posteriormente do brasileiro liberal e depois conservador, José Antônio Pimenta Bueno (1857), Felício dos Santos não só demonstra a ideia de que os cidadãos em busca de seus direitos devem romper com os trâmites do império, mas também se apropria ironicamente da ideia de que os homens que forjaram e disseminaram tal ideia nunca se desprenderam do aparato imperial. Vivien seguiu fielmente suas convicções liberais e militares, mas já Bueno, engolido pela política monárquica, tornando-se conservador. A dignidade do homem, não deveria em nenhuma circunstância se curvar perante as leis do império. A frase em francês

---

<sup>79</sup> SALGADO, 1972, p.469.

<sup>80</sup> REIS, 2007, p.157.

apresentada, já carregada de referências, se torna destaque em um jornal explicitamente liberal e posteriormente republicano, incitando a população a realizar uma profunda mudança nas bases políticas do Brasil. A todo momento, *O Jequitinhonha* foi um meio de veiculação de críticas ao império, e a referida citação é mais uma destas críticas, sob o véu da erudição, do conhecimento, das movimentações políticas e literárias internacionais.

Na edição de número 30 de 31 de agosto de 1861, o *layout* do jornal se altera; assim como os preços. As assinaturas antes cobradas adiantadas passam a valer 5 mil réis equivalente a seis meses e a anual se mantém em 8 mil réis. O texto se altera um pouco e vem seguido de uma observação:

Publica-se uma vez por semana na Tipografia do Jequitinhonha. – Ao editor Giraldo Pacheco de Mello, na cidade de Diamantina, é que deverão ser dirigidas quaisquer correspondências, anúncios ou reclamações. Imprimem-se gratuitamente todas as publicações e correspondências de interesse público; o preço das mais será o que se tratar, mas sempre adiantado. – Redator – Joaquim Felício dos Santos.

Observação: Não se fará restituição de qualquer escrito que nos seja remetido, seja ou não publicado.<sup>81</sup>

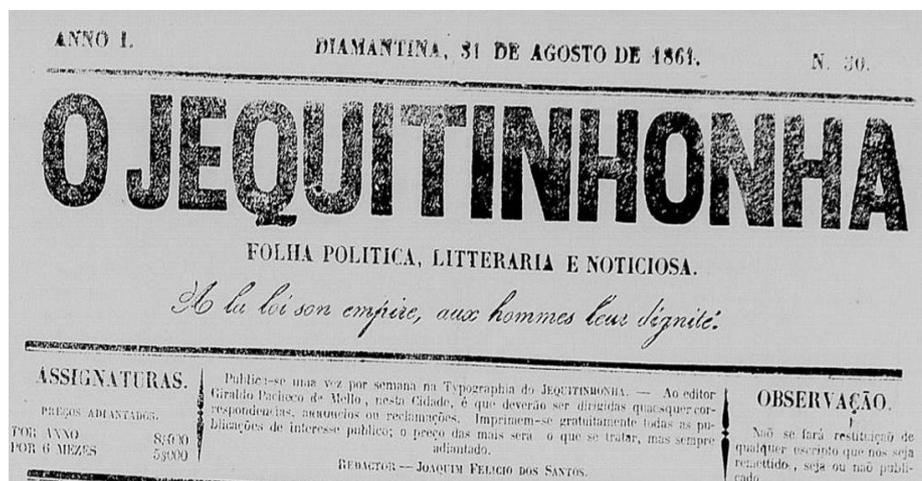
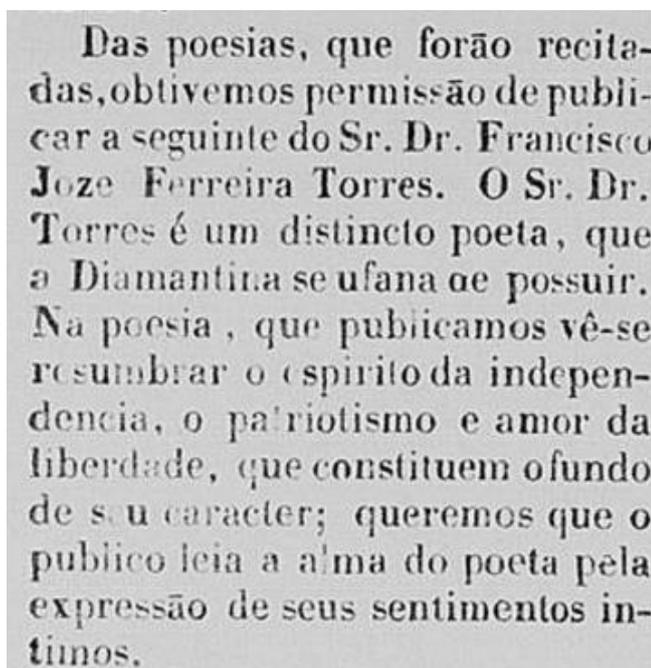


FIG. 13: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 31/08/1861, edição nº 30, página 1.

Na tiragem de número 40 de 16 de novembro de 1861, a autoria dos redatores é alterada, além de Joaquim Felício dos Santos, é apresentado também como redator d'*O Jequitinhonha* Francisco José Ferreira Torres. Na seleção número 100 de 12 de janeiro de 1863, Ferreira Torres encerra sua contribuição para o jornal e Joaquim Felício dos Santos volta a ser o único redator. O jornal segue este formato até sua pausa em 1864.

<sup>81</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 31/08/1861, edição nº 30, página 1.

Francisco José Ferreira Torres inicia sua participação no jornal após ter uma poesia escolhida para ser publicada n' *O Jequitinhonha*<sup>82</sup>. Felício dos Santos o apresenta como um distinto poeta, caracterizando-o pelo espírito da independência, pelo patriotismo e pelo amor à liberdade. No ano de 1861, Francisco Torres obteve 42 votos para ser escrutinador e secretário da Câmara dos Deputados pelas eleições do 6º distrito de Minas Gerais do Colégio de Diamantina, na qual estavam presentes 60 votantes. Com uma participação ainda tímida na política, Torres era visto como um homem digno de confiança para preencher por exemplo, o cargo de secretário e investigar as eleições da Câmara de Deputados<sup>83</sup>. Tomando as palavras do redator como verdadeiras, Francisco Torres teria sido escolhido por Felício dos Santos para publicar n' *O Jequitinhonha* em função de seu senso de justiça. Tendo uma breve participação como colaborador, o afastamento de Francisco Torres não pode ser justificado através das fontes encontradas, pois se sabe muito pouco sobre ele. No entanto, é perceptível que a seção política e noticiosa d' *O Jequitinhonha* ganha mais espaço ao longo dos anos, não havendo por onde Francisco Torres continuar a publicar suas poesias e ensaios literários.



Das poesias, que forão recitadas, obtivemos permissão de publicar a seguinte do Sr. Dr. Francisco Joze Ferreira Torres. O Sr. Dr. Torres é um distinto poeta, que a Diamantina se ufana de possuir. Na poesia, que publicamos vê-se resumbrar o espirito da independencia, o patriotismo e amor da liberdade, que constituem o fundo de seu caracter; queremos que o publico leia a alma do poeta pela expressão de seus sentimentos intimos.

FIG. 14: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 11/09/1861, edição nº 32, página 2.

Na edição de número 45 de 8 de novembro de 1862, o jornal não foi publicado mais com a frase em francês “A la loi son empire, aux hommes leur dignité”<sup>84</sup>.

<sup>82</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 11/09/1861, edição nº 32, página 2.

<sup>83</sup> Anais do Parlamento Brasileiro, 1861. p.61

<sup>84</sup> "Para o império do direito, os homens de sua dignidade"

Não foi atribuído nenhum motivo especial para a retirada da citação, apenas um aumento do conteúdo do jornal, sendo necessário mais espaço para as publicações sem que a categoria do jornal fosse alterada.

Em 1868, o jornal passa por mais uma mudança nos preços, às assinaturas agora equivaleriam de seguinte forma: por um ano seria mantida em 8 mil réis, seis meses passaria para 4 mil e 500 réis e três meses, valeria 2 mil e 500 réis. Para fora do município os preços seriam: por um ano em 9 mil réis; por seis meses 5 mil réis e três meses seria 3 mil réis. O *Jequitinhonha* agora seria publicado todos os domingos e se tornaria propriedade de Josefino Vieira Machado. No texto de apresentação encontrava-se a seguinte informação: “As assinaturas são pagas adiantadas. As reclamações serão dirigidas à redação”<sup>85</sup>.

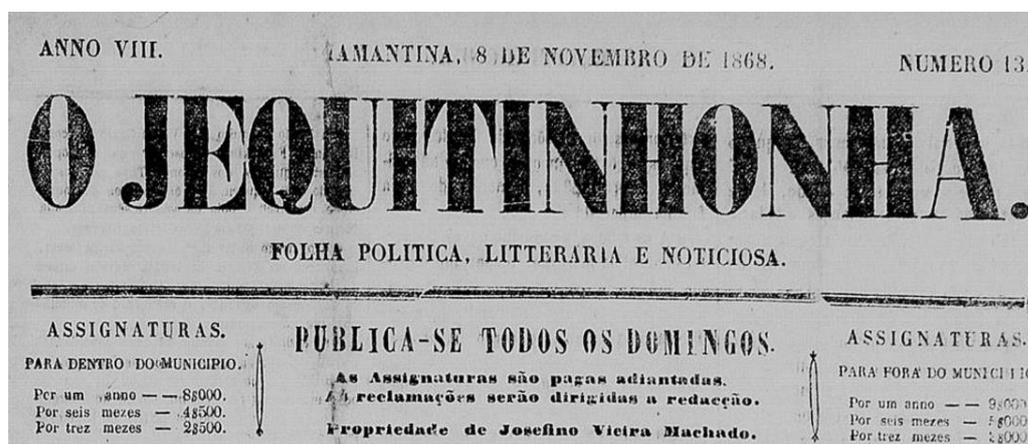


FIG. 15: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 08/11/1868, edição nº 30, página 1.

Josefino Vieira Machado, Barão de Guaicuí, foi proprietário de diversas empresas brasileiras. Membro efetivo do partido Liberal teve uma significativa participação política, tendo elegido parte da comissão dos trabalhos eleitorais do partido em 1863, conforme noticiado no jornal *O Jequitinhonha*, e no ano seguinte sendo eleito vereador liberal de Diamantina com 1.601 votos juntamente com Dr. Antônio Felício dos Santos com 1.542 votos, conforme noticiado no jornal *Diário do Rio de Janeiro*<sup>86</sup>.

<sup>85</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 11/09/1861, edição nº 32, página 2.

<sup>86</sup> Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ): 18/10/1864, edição nº 287, página 2.

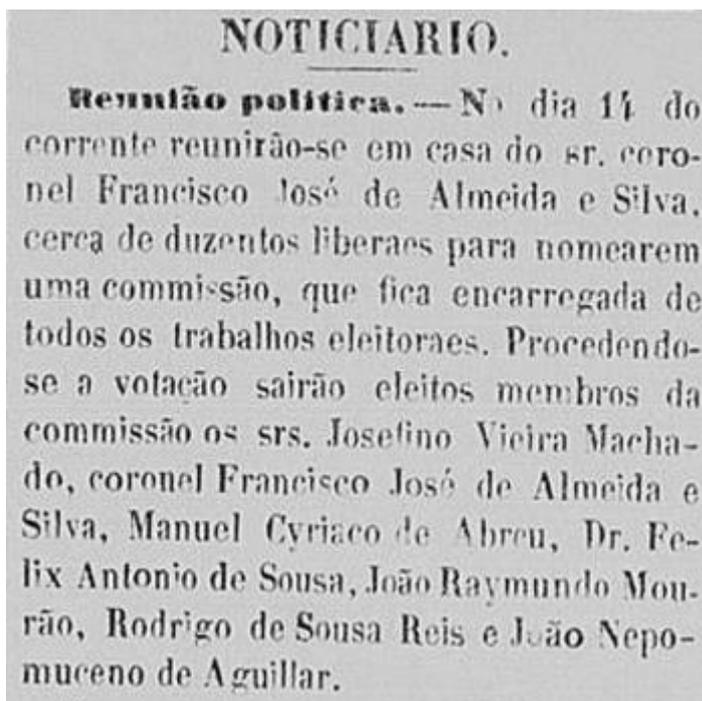


FIG. 16: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 22/06/1863, edição nº 122, página 2.

A compra do *Jequitinhonha* demonstra primeiramente um aparelhamento dos membros do partido Liberal, em um momento crucial para a política brasileira. Felício dos Santos, que começa a ganhar fama por sua atuação pelo partido e na vida política, é visto por Josefino Machado como um continuador dos feitos liberais. Com o capital empresarial ele compra o jornal e é incumbido de reforçar o caráter liberal das publicações, auxiliando Felício dos Santos, que em vista dos inúmeros pedidos para o pagamento da assinatura dos jornais adiantados não se encontrava em condições de manter sozinho a tipografia.

O jornal segue neste formato até a edição 1ª de 31 de outubro de 1869, na qual o proprietário se torna Herculano Carlos de Magalhães Castro. Os preços se mantêm e a apresentação do jornal vem com o seguinte texto:

Assina-se na Tipografia do *Jequitinhonha*, Rua do Macau, nº3. As assinaturas e todas as publicações particulares são pagas adiantadas. As correspondências e as reclamações serão dirigidas ao proprietário. Publica-se todos os domingos. O JEQUITINHONHA professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude, propagando-se as reformas constitucionais radicais no sentido da DEMOCRACIA PURA.<sup>87</sup>

<sup>87</sup>Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 31/10/1869, edição nº 1, página 1.

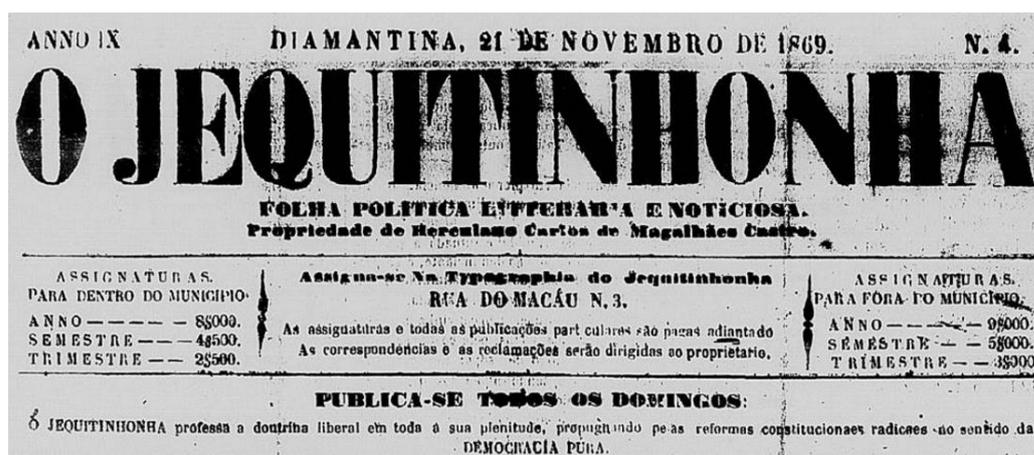


FIG 17: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 21/11/1869, edição nº 4, página 1.

Neste período, *O Jequitinhonha* se torna um jornal mais radical, com críticas mais veementes ao império e voltando-se para as pretensões republicanas. É referente à mudança de postura e à troca de dono que atribuímos à alteração na numeração das edições, na qual recomeça a contagem em 21 de novembro de 1869. Em 10 de janeiro de 1869, Felício dos Santos traz no texto de abertura, destinado “ao público”, seu parecer sobre a situação do Brasil na guerra do Paraguai.

Não é mais a causa nacional que se pleiteia no Rio da Prata. Não é o interesse público que aconselha o adiamento das mais palpitantes necessidades da pátria enquanto se esbanja a fortuna pública, derrubando o governo legítimo do Paraguai, para ‘civilizar’ aquele país ‘a moda de César’. O que o povo quer é a restituição de suas liberdades usurpadas e a paz, sem a qual não há progresso.<sup>88</sup>

Ao longo de todo o texto críticas ao motivo da continuidade da Guerra do Paraguai, que estaria sendo sustentada pelo Império, assim como os gastos exacerbados do dinheiro público, são feitas por Felício dos Santos de forma explícita insinuando o despotismo de um governo que deseja “civilizar” o outro, não sendo ele mesmo digno de civilidade, liberdade ou progresso.

Pela trajetória de moderação e contenção de Felício dos Santos na política, o radicalismo é mais atribuído ao novo dono do Jornal, Herculano Carlos de Magalhães Castro, membro do partido liberal e com uma carreira política importante na região do Serro. Eleito vereador liberal de Diamantina, com 1535 votos em 1864<sup>89</sup>, também foi delegado de polícia de Diamantina em 1867<sup>90</sup>, Presidente da Câmara

<sup>88</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 10/01/1869, edição nº 22, página 1.

<sup>89</sup> Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ): 18/10/1864, edição nº 287, página 2.

<sup>90</sup> Jornal *Diário de Minas*, Ouro Preto (MG): 13/09/1867, edição nº 314, página 2.

Municipal e substituto do Juiz Municipal da cidade de Diamantina em 1869<sup>91</sup>. Neste ano, sua participação na política estava mais evidente; sendo assim se aproveitou para disseminar as tendências mais radicais do partido liberal utilizando *O Jequitinhonha*.

O Jornal se mantém nesse formato até 1870 na edição número 25 de 17 de abril, a partir da qual ele muda de locação e passa para a Rua de Theophilo Ottoni, nº 3, mantendo o texto de abertura, porém Herculano Castro se retira como dono do Jornal.

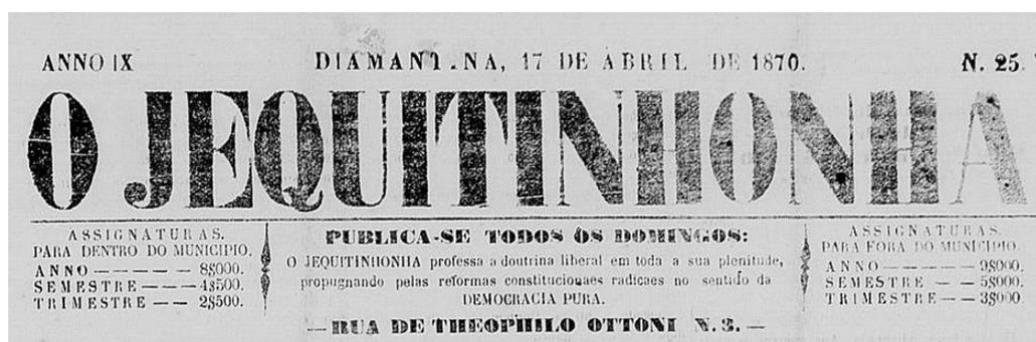


FIG. 18: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 17/04/1870, edição nº 25, página 1.

O jornal segue assim até o ano de 1871, quando Joaquim Felício dos Santos volta a ser o redator principal juntamente com seu irmão Antônio Felício dos Santos. O jornal é agora apresentado como “Órgão Republicano”.



FIG. 19: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 19/09/1871, edição nº 68, página 1.

Em 1872, a tipografia do jornal muda para o número 2 da Rua de Theophillo Ottoni e passa a se caracterizar como uma folha “política e noticiosa”. Com o con-

<sup>91</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 21/03/1869, edição nº 31, página 4.

trole do jornal de volta às mãos de seu principal redator, Felício dos Santos se mostra completamente dedicado à causa republicana. *O Jequitinhonha*, que há muito demonstrava a radicalidade liberal em seus textos, se mantém como um jornal político e noticioso, retirando o caráter literário e comercial. O objetivo era transformá-lo em um meio de publicação exclusivamente político e social, no intuito de aumentar seu caráter e influência na formação da opinião popular. O jornal se torna mais militante, não perdendo seu tom satírico com fortes críticas ao Império. Sua formatação finda da seguinte forma em 1873:

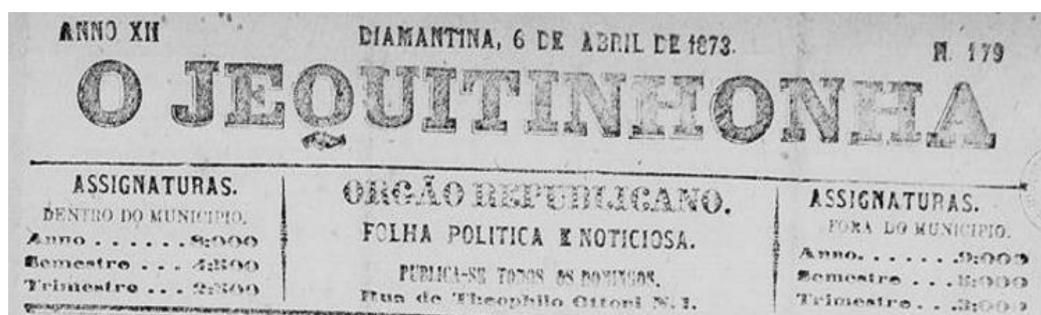


FIG. 20: Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 06/04/1873, edição nº 179, página 1.

*O Jequitinhonha* teve muitas publicações literárias, a maioria em formato de folhetins e todas de autoria de Joaquim Felício dos Santos. Para além das obras já citadas como *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862), o romance indígena *Açayaca* (1862-1863) publicadas também em livros e os projetos constitucionais, Felício dos Santos também escreveu novelas e contos, tais como: *Fragmento de um Manuscrito* (1861); *Os Invisíveis* (1861); *Cenas da Vida do Garimpeiro João Costa* (1862); *O poção do Moreira* (1862); *Braz* (1862); *O Acaba-Mundo* (1863); *O Capitão Mendonça* (1863); *Um Manuscrito Velho* (1863). Dedicou-se da mesma forma a duas obras teatrais: *O Intendente dos Diamantes -comédia em 1 ato-* em 1861-1862 e *John Bull ou O Pirata Inglês -farsa em 1 ato-* em 1863. Redigiu também os textos futurístico, *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862*, publicado em 1862 e *Páginas da História do Brasil, escrita no ano de 2000*, publicado entre 1868-1873<sup>92</sup>.

No capítulo seguinte, trataremos da ação política e popular dos folhetins de Felício dos Santos, da história local, erudita e imaginosa, da forma como os folhetins chegavam ao leitor atentando-se para as minúcias nas obras mais polêmicas e

<sup>92</sup> As datas apresentadas são referentes às publicações no jornal *O Jequitinhonha*.

de maior circulação. Começaremos com uma análise de *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862), depois passaremos para o romance indígena *Acayaca* (1862-1863) e por fim pelos textos futurísticos *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* (1862) e *Páginas da História do Brasil escritas no Ano de 2000* (1868-1873). Por meio desta análise mais minuciosa poderemos perceber as rupturas, as continuidades na escrita de Felício e a forma de como ele utilizou seus folhetins para uma ação social, inserindo os debates teóricos do período na realidade de seus textos.

## Capítulo II: *O Jequitinhonha*, a história e a ficção a serviço da transformação política

### II.I *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* (1861-1862): uma leitura "instrutiva e amena"

O folhetim mais famoso do *Jequitinhonha* foi *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, publicado nos anos de 1861 e 1862. Em 1868, foi publicada a primeira versão do livro *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)* como uma compilação com 42 capítulos dos textos publicados n' *O Jequitinhonha*.

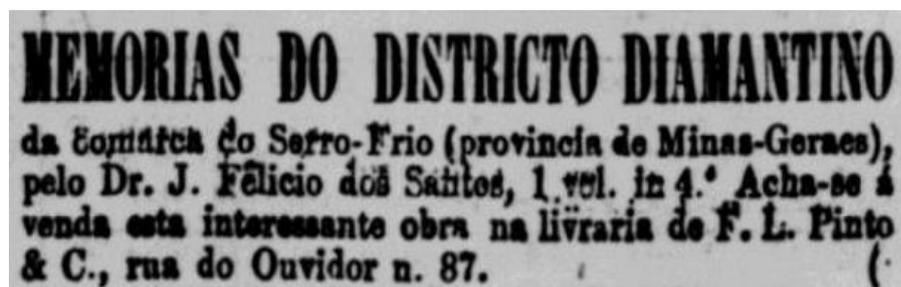


FIG. 21: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro (RJ): 16/02/1869, edição nº 49, página 3.

No total foram cinco publicações, além da já citada em 1868, houve uma publicação em 1924 pela Livraria Castilho do Rio de Janeiro; uma em 1956 pelas Edições Cruzeiro do Rio de Janeiro; outra em 1976 pela Editora Itatiaia de Belo Horizonte e em 1978 pela Editora Vozes de Petrópolis. A partir da segunda edição a obra foi acompanhada de numerosos textos introdutórios sobre o autor e o livro,

assinados por Nazareth Menezes, Herberto Sales, Joaquim Ribeiro, José Teixeira Neves e Alexandre Eulálio Pimenta da Cunha. Além destas publicações, as *Memórias do Distrito Diamantino*<sup>93</sup> foram reproduzidas no *Diário do Rio de Janeiro* nos mesmos anos em que foram publicadas no *O Jequitinhonha*, além de terem sido integralmente publicadas na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1909 e 1910.

Considerada um monumento da história colonial de Minas Gerais, as *Memórias do Distrito Diamantino* narram a história da descoberta do Arraial do Tijuco e de seus principais moradores, fala da geografia da cidade, das festividades, das leis e dos decretos que vinham do rei ou eram criadas pelos Intendentes da própria região. Utilizando-se basicamente de documentos jurídicos, como decretos, leis e devassas, além do relato e do acervo particular dos entrevistados, o autor foi narrando, por exemplo, como a cidade reagiu ao contexto nacional da Inquisição e aos debates para a construção da nova constituição brasileira. O livro inicia-se no final do século XVII com a descoberta do ouro em todas as Minas Gerais e em específico nas terras de Serro Frio, perpassa pela atuação dos bandeirantes (nos últimos anos do século XVII), o estabelecimento do Arraial do Tijuco (1713) e do Distrito Diamantino (emancipada do Serro em 1831), até as leis de regulamentação das terras, executadas a partir de 1853.

Embora seu texto manifeste acentuado cunho bairrista, o livro foi recebido com uma preciosa revelação que vinha do interior do país, por seu alto grau de espírito de narrativa e por sua linguagem pura e escoreita.<sup>94</sup>

As bases do projeto da transformação modernizadora do Brasil, inspiradas no ideal “liberal-republicano”, foram expostas nesta obra, assim como o povoamento e demarcação do antigo Tijuco. A todo o momento fica explícita a relação conflituosa entre Estado e Nação, identificada através da História de Diamantina como origem do problema nacional.

O ponto fundamental para o início das análises voltadas ao regionalismo “consciente” do autor, segue a nota ao leitor, que ele escreve para a primeira edição do livro:

---

<sup>93</sup> A partir deste ponto, a obra *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*, passa a ser referida como *Memórias do Distrito Diamantino*.

<sup>94</sup> REIS, 2007, p.158.

No ano de 1862, encetei no periódico Jequitinhonha a publicação de vários artigos sobre o Distrito Diamantino da comarca do Serro Frio (província de Minas Gerais).

Era minha intenção fazer algumas supressões e publicá-los depois em separado, como aconselhou-me o ilustrado redator do Diário do Rio de Janeiro (Joaquim Saldanha Marinho), que os transcreveu em suas colunas. Mas alguns amigos, a quem manifestei esta ideia, talvez levados mais do espírito de bairrismo, pediram-me que nada suprimisse. Quem mais ou menos não é bairrista? Não nego em mim esse sentimento. Embora, pois, se me censure alguma minuciosidade n'esta Memórias, vão publicadas, só com pequenas alterações, como saíram pela primeira vez no Jequitinhonha.

Diamantina, 1º de outubro de 1864; O Autor.<sup>95</sup>

O livro publicado em 1868 com o nome de *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)* tinha o mesmo nome na coluna iniciada em 1861 n' *O Jequitinhonha*. O interesse sobre a história dos diamantes em Minas Gerais atraiu a atenção de outras províncias de modo que o *Diário do Rio de Janeiro* iniciou a transcrição da matéria d' *O Jequitinhonha*. A partir deste momento, Felício dos Santos foi reconhecido e convidado a colaborar com revistas da capital do império. “Estava preparado, portanto, o lançamento do livro, pela qualidade da narrativa e limpidez da informação, a partir daí tornou-se leitura obrigatória do estudioso de Brasil”<sup>96</sup>.

A obra apresenta um território desconhecido do resto do país, além de entrar nos campos complexos da economia e da sociedade tijuquense, através dos mecanismos administrativos e políticos da coroa, Joaquim Felício uniu o escritor romântico ao homem político, através da apresentação de um passado surpreendente e vigoroso. Podemos identificar nas páginas deste livro, a indignação de um civil para com a opressão sofrida no Distrito Diamantino: “Tanto mais que a paixão bairrista somada ao fervor democrático levam-no a recriar o torrão natal com o relevo de figurante personalizada”<sup>97</sup>

Em cada capítulo, facilmente encontramos a ironia e o caráter exaltado do autor, que conta toda a história do Distrito Diamantino através de críticas polêmicas; fazendo com que o passado se tornasse um problema a ser debatido no presente.

---

<sup>95</sup> Nota ao leitor, do livro *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*, publicado em 1924, pela Livraria Castilho, 2ª Ed. Rio de Janeiro. Página: VII.

<sup>96</sup> SANTOS, 1976, p.11.

<sup>97</sup> Ibidem, p.12.

Discutiu e corrigiu em muitas vezes as histórias impostar pelos Institutos Históricos, trazendo à luz novas interpretações e informações, tentando encontrar o modo de ser, sentir e pensar da época sobre a qual aborda sem a ela aderir.

Um exemplo disso foi quando Felício dos Santos faz uma análise da atuação dos Intendentes na região de Diamantina, em meados de 1770. Em uma tentativa de organizar a desordem crescente nas terras diamantinas, a política de Pombal, juntamente com o Regimento resultou em um aumento das inadimplências na Colônia. A presença da elite tijuquense em cargos administrativos, que se encontrava distante da relativa centralização, cada vez mais era movida por interesses próprios. A independência dos intendentes, ressaltada por Felício dos Santos, em muitos aspectos deixa de lado a presença dos governadores, “que continuaram emitindo ordens, instaurando devassas, exigindo o cumprimento de suas determinações, controlando os funcionários locais e ordenando ou ameaçando castigos”.<sup>98</sup>

Contraditoriamente, tamanha repressão permitiu a concentração dos poderes nas mãos dos funcionários locais, levando à sua independência do governo da Capitania. O despotismo atuava neste momento, o que levaria à destruição e despovoamento da região. Desta forma, através do terror instalado pelo despotismo, os interesses da Coroa foram prejudicados tendo que enfrentar a desobediência das autoridades locais. Havia uma necessidade constante da intervenção dos governadores para que a ordem fosse estabelecida, visto que os Intendentes desrespeitavam e eram desrespeitados constantemente; burlando a legislação, fato que Felício dos Santos toma como mais relevante ao tratar da política interna de Diamantina, que sofria constante intervenção dos governadores, não conseguindo se manter em ordem por ser despótica. Diferente das interpretações recorrentes, Felício atribuía o aumento da desobediência e da participação dos Governadores na Região de Diamantina ao achado de mais minas de diamantes. Desta forma, ele sugere que os problemas políticos internos de Diamantina fossem debatidos no presente em que ele escrevia, na década de 1860.

Utilizando sempre o seu lado jornalístico somado a sua atuação de historiador, Joaquim Felício dos Santos dá um tom ficcional e criativo ao texto cheio de transcrições documentais. Através deste método, ele recupera o tradicional relato cronista, aproximando-se da crônica ibérica caracterizada por ser um conjunto de

---

<sup>98</sup> FURTADO, 1996, p.86.

documentos e testemunhos analisados através de uma ótica crítica, tornando-se polêmica e documentada; na qual foi mantida em Portugal do século XV ao XVII, indo de Fernão Lopes e Diogo de Couto a Castanheda e Frei Antônio Brandão.<sup>99</sup>

Por meio de documentos oficiais o autor narra à vida da população tijuquense, desde o nascimento da consciência política dos habitantes da região até o desenvolvimento dessa intelectualidade. A reconstituição da atmosfera do Arraial do Tijuco na época dos Contratos deixa claro o estilo crônico de Felício dos Santos, a partir da construção das personagens de Chica da Silva de Felisberto Caldeira, de João Fernandes, de Isidoro o Mártir; quando o autor transmite os detalhes da decadência da mineração, da perseguição a João Costa e José Basílio; junto a teoria de Contratadores e Fiscais, Intendentes e Ouvidores da conquista até a descoberta e dispersão das pedras preciosas.

O caráter narrativo não faz da obra sugestiva ou ficcional, visto a grande quantidade de transcrições dos documentos oficiais, papeladas do governo e o rigor pelo qual tais fontes são tratadas. Foram analisados “decretos, alvarás, cartas-régias, regimentos, bandos, instruções, portarias, contratos, decisões administrativas e judiciárias”<sup>100</sup>, para que com a erudição cartorial juntamente com a disposição para ouvir e escrever sobre o caráter local fosse permitido essa troca entre historiador, jurista e jornalista. Em tempos de crise para os especialistas em História, as atenções se voltam para a imaginação visualizadora e a idealização realista.<sup>101</sup>

*Memórias do Distrito Diamantino* é uma obra na qual o clímax é a chegada do *Regimento Diamantino* em 02 de agosto de 1771, conhecido popularmente por *Livro da Capa Verde* (por estar encadernado com uma capa verde), através do qual os moradores do Tijuco foram governados até o estabelecimento da constituição (1822). Entregue ao intendente Francisco José Pinto de Mendonça, o exemplar impresso de tal regimento foi muito criticado e rejeitado pelo povo, pois continha todas as disposições publicadas ao longo de vários anos, conferindo ao intendente um amplo poder arbitrário estendido aos funcionários da administração.<sup>102</sup>

*Livro da capa verde!* Palavra que excitava o terror na demarcação diamantina: era como o espantalho, que continha os criminosos. (...) Se os tijuquenses tivessem algum dia de fazer uma revolução, seria com o fim de obterem a sua revogação. Quando em 1821 se

<sup>99</sup> SANTOS, 1976, p.12.

<sup>100</sup> Ibidem, p.14.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> SANTOS, 1992, p.181.

proclamou a constituição das cortes no Tijuco (e nós também fizemos a nossa pequena revolução), de envolta com os vivas, que demos á liberdade, ouviram-se repetidos morras ao *Livro da capa verde*.<sup>103</sup>

É perceptível, por toda a obra os usos do conceito de despotismo e das diversas situações demonstradas, cujo autor critica severamente a centralização do governo. A chegada do Regimento Diamantino enfatiza a tentativa despótica e violenta de centralização do poder. A grande contradição é que essa tentativa centralizava o poder na mão dos Intendentes -o que de certa forma já era visto como uma descentralização do poder do governo-; só aumenta o caos e a insatisfação em relação a situação que só seria resolvida, de acordo com Felício dos Santos, através das revoltas que levariam ao fim de tais leis. Após a Independência do Brasil em 1822, Felício dos Santos narra a história do Arraial do Tijuco ainda enfatizando a tentativa de centralização do poder. Tentativa essa expressa no poder moderador, de cunho nacional, exercido pelo imperador D. Pedro I. A insatisfação pela nova constituição e pela forma como foi feita, através de uma Assembleia Constituinte formada por partidário de D. Pedro I, após a dissolução de uma primeira assembleia que não deixou o imperador satisfeito. Fica evidente a formação liberal de Felício dos Santos, demonstrando sua preferência pela descentralização política, já indicando marcas de sua futura filiação aos republicanos.

O texto foi visto como uma obra fiel às descrições e transcrições de documentos oficiais do período da formação do Distrito diamantino. Utilizado, ainda no final do século XIX, como um documento oficial e fruto de uma produção ilustrada do erudito Joaquim Felício dos Santos.

No *Jornal do Comércio*, a publicação de Felício dos Santos é utilizada para defender a reputação do desembargador João Ignácio, que é citado em *Memórias do Distrito Diamantino*, como um homem honrado e justiceiro.

Se o articulista tivesse lido alguma coisa com referencia á administração diamantina, se convenceria de que o desembargador João Ignácio sempre gozou de reputação de homem honrado e justiceiro. E assim que nas *Memórias do Distrito Diamantino*, escritas pelo ilustrado Dr. Joaquim Felício dos Santos, se vê a pag. 263 o seguinte: “A corte tinha tudo a ganhar com a conservação de João Ignácio, como empregado em Tijuco; nenhum outro havia de mais habilitações para o cargo de intendente: povo,

---

<sup>103</sup> SANTOS, 1924, p.142.

econômico, zelador dos interesses da fazenda. Acérrimo perseguidor dos contrabandistas”.<sup>104</sup>

No jornal *O Ypiranga*, a publicação do livro é caracterizada como instrutiva e amena, ressaltando o caráter documental da obra.

Lê-se no *Jornal do Commercio* de 11: “Imprensa- Acabam de publicar umas interessantes *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro Frio* na província de Minas, pelo Dr. J. Felício dos Santos. É uma minuciosa história, em que o autor remonta as primeiras descobertas dos terrenos auríferos e diamantinos daquele distrito, acompanha os sucessivos trabalhos de mineração, narra à criação e desenvolvimento das diversas povoações ali fundadas, expõe os diferentes regimes a que tem estado sujeitas as minas e a respectiva legislação tão frequentemente alterada até os nossos dias. Muito curiosas particularidades se encontram neste livro que oferece uma leitura ao mesmo tempo instrutiva e amena.”<sup>105</sup>

Joaquim Felício dos Santos deixou bem claro na apresentação da primeira edição publicada como folhetim das *Memórias do Distrito Diamantino*, o seu intuito e um breve resumo do que seria aquele folhetim.

Com este título publicaremos alguns artigos sobre minerações, que serão feitas pela extinta Real Extração em diferentes lugares do Distrito Diamantino, e alguns apontamentos que servirão para a história, que mais tarde pretendemos oferecer aos nossos patriotas deste o interessante canto do Brasil nos tempos coloniais.<sup>106</sup>

O caráter documental da obra é ressaltado, voltado para a divulgação factual do Brasil no período de criação do Arraial do Tijuco, acompanhando toda sua formação até elevação a Distrito Diamantino. A obra é nitidamente voltada para a fixação na história, como arquivo, acervo oficial da história da Região do Serro e escrita por um homem erudito.

A diferença entre os interesses da metrópole e o poder local são destacados, analisados de forma romântica e até em certo ponto ingênua ao associar o bem ao povo e o mau à monarquia. Quando se refere aos índios e negros os considera em um primeiro momento como inimigos, criticando de forma amena a escravidão. Os moradores do Distrito são vistos como revolucionários e adeptos da constituição<sup>107</sup>.  
Para Rodrigo Gurgel,

<sup>104</sup> *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro (RJ): 16/04/1869, edição nº 105, página 1.

<sup>105</sup> *Jornal O Ypiranga*, São Paulo (SP): 13/02/1869, edição nº 144, página 2.

<sup>106</sup> *Jornal O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 20/01/1861, edição nº 3, página 3.

<sup>107</sup> VINHAES, 2012, p.1

(...) o empenho do autor não se encontra apenas no resgate dos costumes, no qual prevalece o olhar do cronista, mas também na reconstituição dos personagens que se tornam heróis, permissivos, corruptos, arrogantes e anedótico, apesar de terem existido.<sup>108</sup>

Eder Novaes<sup>109</sup> chama atenção para a forma como o texto é criado, seguindo as tendências da historiografia do século XIX, que tende a justificar toda a existência da obra em seu prefácio, como uma apresentação dos motivos da escrita do texto. A obra regionalista ou bairrista como Joaquim Felício apresenta, diferenciava-se das monografias produzidas pelo IHGB que pretendiam fazer a manutenção da ordem imperial, através da crítica ou escárnio da política imperial.

A seguir faremos a análise do único romance de Felício dos Santos, *Acayaca: romance indígena*, que foi publicado no *O Jequitinhonha* nos anos de 1862 e 1863, momento no qual ele finalizava o folhetim *Memórias do Distrito Diamantino*, de forma que ao final de 1862 as duas histórias eram publicadas simultaneamente.

## II.II *Acayaca: romance indígena (1862-1863): A ficção histórica*

Outro folhetim do *Jequitinhonha*, de autoria de Joaquim Felício dos Santos foi *Acayaca: romance indígena*, que se passava em 1729, publicado no ano de 1862 e 1863, depois no formato de livro em 1866 e recentemente reeditado pela PUC de Minas Gerais sob os cuidados de Valéria Seabra de Miranda e Oscar Vieira da Silva.<sup>110</sup> O romance novelesco retrata a saga de índios em Diamantina nos séculos XVIII e XIX. É necessário ressaltar a importância dada ao gênero do romance, que começava a se tornar popular no Brasil neste período. O único romance que Felício dos Santos escreveu foi amplamente divulgado e rapidamente reunido e publicado pela *Revista da Biblioteca Brasileira* nos anos de 1863 e 1869.

---

<sup>108</sup> GURGEL, 2010

<sup>109</sup> NOVAES, 2012, p. 2

<sup>110</sup> SANTOS, Joaquim Felício dos. *Acayaca: romance indígena*. Atualização dos textos, notas e estudos crítico e bibliográfico: Valéria Seabra de Miranda e Oscar Vieira da Silva. Belo Horizonte: Traquitana e PUC Minas, 2004.

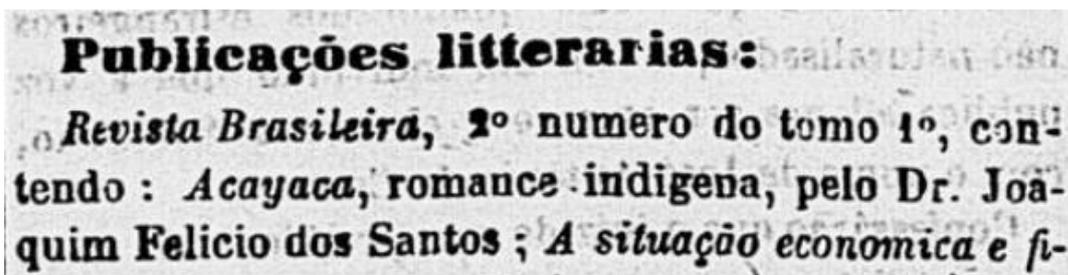


FIG. 22: Jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro (RJ): 20/08/1863, edição nº 228, página 1.

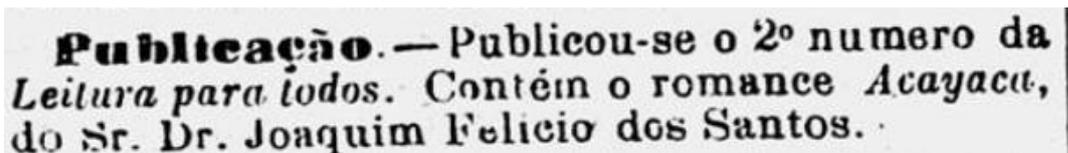


FIG. 23: Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ): 27/08/1869, edição nº 234, página 1.

A história é narrada em 1729, na região do Serro, mais especificamente ao norte no Morro do Santo Antônio nivelado com o Campo do Rio das Pedras, lugar chamado de *Ibytyra* pelos indígenas que lá viviam. Felício dos Santos descreve a chegada dos bandeirantes ao local demonstrando como o território foi bem dividido. Chamo atenção para o fato de o autor demonstrar em 1862, ideias contra a escravidão ao falar do pelourinho que foi erguido na região, assim que ela começou a ser povoada.

Era de costume de nossos antepassados levantarem logo um pelourinho quando se fixavam em qualquer parte com a intenção de fundarem um arraial (...) Nas nossas vilas e cidades ainda, se vê esse sinal de barbaria da atualidade.<sup>111</sup>

Ressalto também que, o pelourinho construído as margens do rio Piruruca foi chamado de *Córrego do Pelourinho*, e que tal nome foi esquecido ao longo do tempo, devido ao “bom senso do público, ou, quer que seja (...)”<sup>112</sup>. O arraial crescia cada vez mais, e assim constituiu-se o Arraial do Tijuco, tomando o nome do córrego junto ao qual fora fundado e *Ibytyra* ficou se chamando Morro de Santo Antônio.

Felício dos Santos narra o cotidiano dos indígenas. Estabelecidos no alto do *Ibytyra*, o cacique era chamado de *Corurupeba*, tinha grande força física e submetia

<sup>111</sup> SANTOS, 1894, p.8.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p.8.

"despoticamente" todas as tribos próximas a seu poder. Em um retorno à cultura clássica Felício dos Santos o compara a “Alexandre, o Grande e Carlos Magno”<sup>113</sup>.

Os tijuquenses eram chamados de *peros* e o tempo todo o autor ressalta a divergência e o conflito que existia entre eles, “ Por muitas vezes, os índios desceram o *Ibytyra* e tentaram apossar-se do Tejuco, mas eram repelidos e forçados a retirarem-se”<sup>114</sup>. Felício dos Santos usa o termo “selvagem” para se referir aos indígenas, deste modo denegrindo assim a religião do outro, apresentada como o grande motivo para que eles fossem controlados e posteriormente destruídos. De acordo com o autor, os indígenas ficaram com mais medo dos brancos, ao verem que eles podiam dominar uma raça de animais indômitos das matas, apresentada como os negros. O trabalho negro é narrado da seguinte forma, na perspectiva dos índios:

Quando, pela primeira vez, viram os nossos negros trabalhando na mineração, quase nus, só com uma tanga enrolada na cintura, como um escárnio à honestidade, chafurdando-se na lama, com o feitor ali ao pé para forçá-los ao trabalho por meio do castigo, exclamara:

\_ Tapanhô-a-canga!

O que quer dizer: - Olha macaco sujo de terra!<sup>115</sup>

Pela trajetória de Felício dos Santos, é possível constatar que a imagem degradante do negro destaca os períodos vergonhosos para a história do Tijuco, apesar de tal imagem cumprir bem sua função de diminuir os índios, que não entendiam e tinham medo do que viam, como se os tijuquenses se orgulhassem de terem domado os negros para o trabalho na mineração e isso fosse de fato um fator que levasse os índios a um real temor.

Felício dos Santos nos apresenta *Acayaca*, uma árvore que dataria de muitos anos atrás, cuja origem, na perspectiva indígena seria a de que o Hyvituhuri teria passado por um grande cataclismo que inundou toda a região do Jequitinhonha e do país, só se salvaram um casal que se refugiou no topo da *Acayaca* onde as águas não chegaram, assim depois de passado o evento climático o casal desceu e começou a povoar a terra novamente. O mito do surgimento da *Acayaca* é muito próximo da narrativa cristã do dilúvio, na qual Noé salvou a população construindo uma arca. A aproximação com o cristianismo tem grande presença ao longo de toda a

---

<sup>113</sup> Ibidem, p.12.

<sup>114</sup> Ibidem, p.13.

<sup>115</sup> Ibidem, p.13.

obra, em uma tentativa de civilizar a história indígena. Como salvadora da humanidade Acayaca passou a ser vista como uma árvore sagrada, suas folhas tinham poder de cura e em sua sombra existia o *Ibycoara*, sepultura dos caciques da tribo. As reuniões para tomar decisões ocorriam logo acima dessa região. Rezava a lenda que nenhuma folha da *Acayaca* caía sem que fosse substituída imediatamente, e que enquanto ela continuasse a existir toda a tribo estaria salva, próspera, unida e alegre.

O autor nos apresenta outra realidade existente no arraial do Tijuco, no mesmo período em que a tribo indígena lá morava. A figura do mameluco Thomaz Bueno, se torna destaque, por ser apresentado como filho de uma escrava índia com seu senhor, um português branco. A índia chamada de Isabel foi violentada e engravidou. Felício dos Santos descreve o pai de Bueno da seguinte forma: “Os primeiros povoadores do Brasil eram, em geral, muito sensuais e poucos religiosos: só tinham a religiosidade exterior”<sup>116</sup>. *Manassu*, o nome indígena da mãe de Bueno, fugiu com os invasores da fazenda do Português e teve seu filho no meio do mato, chamando-o de Peropyranga (branco-vermelho). Vinte anos depois, os tupinambás foram derrotados pelos paulistas e Peropyranga foi capturado e batizado com o nome de Thomaz Bueno. Este homem tomou um rápido apreço pela vida dos vencedores; e por conhecer muito bem os costume e língua dos indígenas foi usado com muito valor pelos seus captores.

Thomaz Bueno participou de um ataque à aldeia indígena, ação que ele mesmo planejou e colocou em prática, visto que ninguém conseguia derrubar a *Acayaca*, que estaria atrapalhando os planos de expansão do Arraial do Tijuco. Thomaz sabia que durante uma cerimônia de casamento, todo o gentio se reunia em uma região afastada da *Acayaca*. *Cajuby* filha de *Corurupeba* iria se casar com *Iepippo*, um dos líderes guerreiros da tribo; toda a cerimônia é descrita inicialmente como uma tradição respeitosa, porém ao fim dos votos inicia-se a *Tabyra*, uma fogueira é acesa e bebidas inebriantes são servidas, os convidados entregam-se à violência, sensualidade e à orgia, marcado pelo canibalismo com crânios humanos e animais servindo de taça. Felício dos Santos ressalta as características consideradas selvagem dos índios, como a antropofagia e a orgia (que era vista como um ato não cristão, no qual o autor muito se apega na escrita desta obra, pois a falta do cristianismo na vida dos indígenas reforça a visão selvagem e violenta). A insanidade e a violência eram vistas como um ato de terror, sendo utilizado para justificar o fim

---

<sup>116</sup> Ibidem, p.19.

“merecido” da tribo. “Cada espécie do reino zoológico concorrera com o seu representante para o grande festim, só faltava um prisioneiro para torna-lo mais esplêndido e satisfazer a antropofagia”<sup>117</sup>.

*Corurupeba*, pai da noiva e chefe da tribo, tem um pressentimento e afastado do grupo tem pensamentos violentos, e assim trata os convidados com grosseria. Ele é deixado de lado, até que ao ouvir barulhos e sentir o mau agouro, dispara o grito de guerra e corre em direção à *Acayaca*. “-Guerreiros, marchemos para a taba; a ave agourenta anuncia desgraças”<sup>118</sup>. Todos correram para o local, com muita tristeza e desespero perceberam que a *Acayaca* não existia mais. Seus malfeitores já estavam longe e não podiam ser seguidos.

O plano de sucesso de Thomaz Bueno é apresentado ao leitor, visto que Bueno conhecia os costumes do gentio, ele então diz:

O índio é louco por festa. (...) ele deixará tudo, desobedecerá e voará ao festim. Se estiver guardando um prisioneiro, que tem de ser buscado, o prisioneiro fugirá; ele sabe que no dia seguinte será morto por ter deixado fugir um prisioneiro, mas não importa, mais vale folgar uma noite e morrer depois.<sup>119</sup>

Na visão do mameluco, sua origem indígena era suja e preguiçosa, deste modo usa dessa artimanha e dos conhecimentos que tem do grupo indígena para atacar e derrubar a árvore sagrada.

Ao perceberem que a *Acayaca* foi derrubada, os índios entram em um estado de torpor e desespero e começam a se unir para seguirem os *peros*, porém em uma tentativa de manter o grupo salvo e unido *Corurupeba* proíbe que os membros da tribo lutem naquele momento. A decisão do líder é vista como temor, e alguns dos principais guerreiros o afronta e o ataca. Na tentativa de acabar com o desespero e traçar um plano, *Corurupeba* é morto pelos próprios membros da tribo. Inicia-se um conflito violento entre os que defendiam e os que eram contra o antigo líder. Partindo desse princípio, o banho de sangue continua sem porquê e sem distinção, com mulheres e crianças sendo atacadas, os sobreviventes emergiam no meio dos corpos e só pensavam em atacar novamente violenta e desesperadamente. Mais uma vez, o autor culpa a religião e a crença indígena por levar seu povo ao fim trágico.

---

<sup>117</sup> Ibidem, p.22.

<sup>118</sup> Ibidem, p.25.

<sup>119</sup> Ibidem, p.28.

Um eclipse que acontecia no momento, e a tempestade que estava se formando; unida aos sons desumanos da batalha reforçam o cenário de selvageria.

Travavam-se braço a braço, corpo a corpo. Dilaceravam-se com os dentes, com as unhas; rolavam atracados pelo chão, precipitavam-se nos fossos, rasgavam-se as carnes nas pontas do rochedo, nos gorgulhos cortantes; atracavam-se pelas gargantas, até se estrangularem: um não se levantava sem deixar por terra o cadáver do contrário, quando ambos não morriam.<sup>120</sup>

Neste momento, surge um antigo pajé, que não andava nem enxergava e vivia trancafiado em uma caverna. Todo o misticismo e a situação o fizeram caminhar até o local onde antes estava a *Acayaca*, e foi que o pajé *Pyracassú*, acalmou toda a tribo e diante do banho de sangue presenciado prometeu que forças o tinham despertado pela vingança. Ele consegue a atenção da população e coloca fogo nos restos da *Acayaca*, com um olhar comparado ao satanismo, ele se une aos galhos da árvore e desaparece junto a ela. Todo o fogo de repente some e toda claridade vira escuridão, a queima libera um carvão e uma cinza comparados à cidade de Pompéia que foi sepultada abaixo das cinzas do Vesúvio.

De forma dramática Felício dos Santos narra a promessa de um futuro devastador para o Arraial do Tijuco, assim como o sumiço dos indígenas que ali viviam. No local onde a árvore *Acayaca* existira foi erguido um cruzeiro, resguardado pelas autoridades cristãs e pelo temor a Deus. O risco e o demônio haviam partido junto com os índios e os mineiros podiam trabalhar em paz e tranquilos. Dias depois do ocorrido, chega no Arraial um naturalista e sábio que havia viajado todo o mundo e vinha de Madri. Ele gostava de tratar das ciências naturais, pois sendo um grande erudito, descobriu que “estudando as obras do criador, é que o homem pode conhecer a sua onipotência e infinita sabedoria”<sup>121</sup>. Seus conhecimentos mineralógicos e metalúrgicos eram datados de todo o mundo e quando ele chegou às lavras do Tejuco, se fixou para estudo do solo. “Uma excelente qualidade possuía o doutor, que sobressaía das demais: era muito desinteressado, muito amante do próximo, muito religioso e temente a Deus”<sup>122</sup>. Tal descrição se faz relevante, pois o doutor não era apegado a bens materiais, era apenas um homem curioso e um erudito que viajara

---

<sup>120</sup> Ibidem, p.34.

<sup>121</sup> Ibidem, p.50.

<sup>122</sup> Ibidem, p.51.

todo o mundo e que reconhecia em Deus a autoridade do Criador com extremo respeito e obediência.

Em um dia comum no Arraial, mineiros chegaram com uma pedra de tom transparente e extremamente dura, que devido à curiosidade dos extratores, foi levada ao Dr. Medina. Ele reconheceu de imediato os diamantes e já prevendo o mal que aquilo causaria ao Arraial, disse aos mineiros que não se preocupassem, pois se tratava de uma simples combinação química sem valor. Para demonstrar sua convicção, ele fez várias experiências químicas chegando à perfeição cristalina com o carvão de cedro. Os mineiros despreocupados e decepcionados pelas pedras encontradas em demasia não terem valor, se retiraram e seguiram suas vidas recolhendo as pedras cristalinas para decoração. É necessário ressaltar, que o autor esclarece na obra que o carvão de cedro era retirado das cinzas da *Acayaca*, por isso a formulação química do Dr. Medina ficou tão perfeita.

Em 1728, chega ao Tejuco um frade da irmandade da Terra Santa, que contando com a hospitalidade dos tijuquenses é hospedado por Bernardo da Fonseca Lobo. Na casa de seu anfitrião, o frade cujo nome o narrador deixa explícito não ter encontrado, vê os diamantes utilizados como enfeite e os reconhece imediatamente. Inebriado ele faz várias perguntas a Bernardo Lobo, que apesar de reconhecer sua estranheza responde de prontidão. Bernardo Lobo recolhe várias amostras daquelas pedrinhas na vizinhança e as leva para o frade. Naquela noite, trancado em seu quarto o homem de Deus pesa os diamantes e extasiado com a situação fala em voz alta que estava feliz por pesar tantos diamantes. Bernardo Lobo, que há muito desconfiava das atitudes do frade, ouvia atrás da porta e invade o quarto revelando que sabia da verdade e fazendo um acordo com o frade. Assustados ambos concordam em vender os diamantes e dividir os lucros na manhã seguinte. Bernardo Lobo passa uma noite turbulenta sonhando com a vida que teria de riquezas e quando acorda percebe que o frade fugiu com todos os diamantes. O frade nunca mais é visto e sua história é encerrada, não sabendo se ele foi para o Rio de Janeiro ou sentido Bahia.

O que resta ao leitor é a imagem de um Bernardo Lobo desiludido, raivoso e abatido devido à ambição que o assolava e à infidelidade do frade, é que o narrador deixa bem claro, que de homem de Deus não tinha nada já que foi o responsável por iniciar o que seria o maior mal feito ao Arraial do Tijuco. Bernardo Lobo após pensar vários dias, decide denunciar à coroa Portuguesa a existência de diamantes nas terras no Tijuco, porém o medo de que o frade estivesse indo fazer o mesmo, e

estivesse em sua frente, o limita. Toda a honra e glória que Bernardo Lobo ganharia avisando a coroa da existência dos diamantes poderia ser destruída caso o frade fizesse primeiro, além de não possuir nenhum diamante sequer para provar à coroa a existência dos mesmos.

É nesse contexto que *Cajuby*, a filha do líder da tribo que fora assassinado, e que tivera seu casamento destruído, aparece. Ela cerca Bernardo e presencia toda a fuga do frade e a descoberta dos diamantes. Ela lhe faz uma proposta, mediante ao desespero de Bernardo Lobo. *Cajuby* promete conseguir os diamantes dos quais Bernardo precisa se em troca, ele lhe der uma espingarda.

Bernardo: - Retira-te, retira-te de diante dos meus olhos! Sai, condenada das chamas eternas! Vai cumprir a tua pena. Não quero teus diamantes; são brasas do inferno donde saístes para vir tentar-me. Feiticeira, eu te esconjuro. Não venhas perder a minha alma, que sou verdadeiro Cristão.

*Cajuby* (abrindo um picuá cheio de diamantes). Vê: não são brasas do inferno. São diamantes verdadeiros, como os que pedia a pouco.

(...)

Bernardo: - quanto queres? Eu os compro

*Cauby*: - Há pouco oferecias por um diamante tudo o que possuías.

Bernardo: - E não te basta? Queres mais?

*Cajuby*: - Não preciso da tua fortuna...

Bernardo: - Queres então minha alma? Queres um pacto infernal? Es o diabo com máscara de mulher? Sai tentação! Espírito das trevas; Não me tentaras. Não te venderei a minha alma.

(...)

*Cajuby*: - Troco os meus diamantes por tua espingarda.<sup>123</sup>

Este diálogo se faz importante quando analisamos o caráter religioso e a utilização da palavra diamante para marcar o início da corrupção moral da alma cristã. *Cajuby* é mais uma vez vista como um demônio, ligada à ideia de que a cultura e principalmente a religiosidade indígena tinha um impacto devastador, maldoso e quase demoníaco sobre os *peros*. Apesar de se tratar de um homem temente a Deus e extremamente cristão, Bernardo Lobo deixa sua fé falhar ao ver os diamantes, e falha mais uma vez ao aceitar trocar os diamantes por sua espingarda. Mesmo temendo que *Cajuby* mate alguém, Bernardo Lobo faz a troca alegando que ela “(...). Não matarás ninguém: juras não é assim? Não és capaz disso. És boa, és

---

<sup>123</sup> Ibidem, p.78.

compassiva”<sup>124</sup>. O valor dos diamantes corrompe até mesmo a visão que o tijuquense tinha sobre os hábitos, costumes e moral indígena.

Neste mesmo período, chegou ao Arraial do Tijuco um naturalista alemão Zschokkeffrs, encarregado de fazer observações científicas. Acontece que existia no Tejuco uma gruta, considera a *Gruta do Diabo*, onde vários índios, após sangüinárias guerras haviam sido enterradas. Mesmo lugar em que posteriormente o inconfidente Padre Rolim, haveria também de ser enterrado. Era tão funda que era impossível explorá-la por completo. A mineração chega à região, e o naturalista alemão tem sua curiosidade despertada pelos ossos e restos mortais encontrados.

Há uma crítica severa e áspera feita por Felício dos Santos aos naturalistas como o dr. Zschokkeffrs, que buscam o sensacionalismo em tudo que veem e se esquecem da ciência. O narrador ressalta que o alemão, dez anos depois de sua volta à Alemanha, publica em cinco volumes com estampas a intitulada “História da Criação e transformação do globo”. Na própria obra, o alemão defende a geologia como um método extremamente eficaz visto que nenhuma outra ciência tem dado “provas mais incontestáveis do poder do gênio humano, resolvido mais vasto problemas e excitado um mais vivo interesse”<sup>125</sup>. O método tão eficaz que nos remete ao antiquário, que no século XIX está em pauta e se confundindo com o ofício do historiador, é exaltado pelo alemão, como o método mais eficiente, porém é visto por Felício dos Santos como algo fácil de forjar. É perceptível o sarcasmo e o desdém com o qual o trabalho do alemão é citado, o que é confirmado pela grande quantidade de citações de sua obra e pelas descrições dela. Porém, Felício dos Santos não desacredita completamente o naturalista, ele apenas não valoriza a sua atuação solitária, longe de uma análise histórica e erudita, visto que sem um estudo teórico aprofundado qualquer fonte não literária poderia ser ressignificada e datada conforme as crenças do pesquisador.

Na obra de Zschokkeffrs, ele diz ter provado a existência do cataclismo, através da ossada encontrada de animais gigantes e que ao longo do tempo os homens foram se degenerando fisicamente, até alcançar o formato atual. Em nota do manuscrito o narrador faz a seguinte observação:

O leitor terá compreendido o acervo de falsidades, que Zschokkeffrs escreveu para seus patrícios a respeito do Tejuco. As penas

---

<sup>124</sup> Ibidem, p.78.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 82.

que se encontraram no Tapynhangá, e que se lhe apresentaram, foram de araras, de que índios faziam seus cocares. Entretanto, ele lhes dá vinte e dois palmos de comprimento! E com elas reconstruí o seu fabuloso *dinormi*! Eis como os estrangeiros, sábios, improvisados escrevem suas viagens.

O sábio naturalista viu fragmento de uma maracá ou cabeça que tomou por concha do tatu ou *dasyopus gigans*.<sup>126</sup>

Fica claro como Felício critica as descobertas geológicas feitas no Tijuco, que a seu ver são utilizadas para comprovar a teoria bíblica do cataclismo, visto que Deus teria se arrependido de criar o homem e por isso mandou uma inundação, o que poderia ser provado, de acordo com a obra do alemão, por resquíços de cristais que foram encontrados e analisados como chuva. O posicionamento de Felício dos Santos, que apesar de utilizar em suas obras muitos documentos oficiais e testemunhas, critica e rebaixa a geologia como análise única de um vestígio, visto ser necessário se apegar à teoria e aos estudos exaustivos para não se entregar à uma análise simples e falsa, criando o que se quer com os vestígios que encontrar.

Voltando à narrativa principal, Thomaz Bueno, o mameluco, preocupado com a tristeza de seu amigo Bernardo Lobo, começa a investigar o que lhe aconteceu. Bernardo Lobo, que depois de ter em mãos os diamantes seguiu para Lisboa, estava desaparecido e uma vizinha conta que viu uma índia rondando sua casa. Thomaz Bueno, conta a seus conterrâneos, que antigamente existia uma tribo de índios no local, e como ele foi de grande ajuda ao criar o plano que derrubaria a árvore sagrada da tribo e como ele a destruiu. Os mineiros depois de ouvirem toda a história questionam a moral de Thomaz:

- Mas isso era uma traição sr. Thomas, atalhou um dos mineiros.

(...)

- Quais criaturas de Deus! Exclamou o mameluco com mau humor. Índio não é gente, é um selvagem, é um animal do mato. Logo que ele não segue a religião cristã, logo que ele não se veste como nós, é como se não fosse homem; e não é na realidade. Matar um índio é o mesmo que matar um cão; ou ainda menos, porque o cão não ofende a Deus, e o índio vive em constante pecado de idolatria, canibalismo e outros.<sup>127</sup>

Felício dos Santos finalmente nos explica a existência da personagem de Thomaz Bueno, fruto de uma índia com o Português. A arrogância e a ganância

---

<sup>126</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 92.

portuguesa são a marca de Thomaz, que apesar de ter tido a mãe estuprada e tratada como escrava acredita na missão civilizadora dos portugueses de levar o catolicismo, a fé e a civilização para o Arraial do Tejuco. O grupo de índios, que se recusou a ser temente a Deus, merecia morrer já que eram selvagens e pecadores, ou seja, não eram gente. O objetivo da elite letrada brasileira, representada pelo IHGB, naquele momento, era a de construir um passado comum, forjando uma identidade nacional, sendo necessário que a ideia de selvageria e depreciação indígena desaparecesse. Felício dos Santos o fez, narrando um ato repentino, um ultimato de vingança da índia *Cajuby*, que sempre vigilante e à espreita de Thomaz Bueno, ansiando por fazê-lo pagar por tempos de desespero e exploração de seu povo atira em Thomaz, levando-o à morte.

Neste momento da obra há uma pausa. Para compreendermos o trecho a seguir é necessário ressaltar, que Felício dos Santos cria a personagem de um letrado que viveu em 1796. Esse homem é o narrador participante da história e é ele quem conta a história da *Acayaca* e de todo o Arraial. Voltando à obra, o narrador (que não se identifica em momento algum) conta como foi detido e interrogado incansavelmente, por estar fazendo um folhetim sobre diamantes, o que era veementemente proibido pelo *Regimento Diamantino*, também chamado de *Livro da Capa Verde*. Assim como o autor ressaltou em sua obra *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862), a chegada do *Livro da Capa Verde* no Arraial do Tijuco reprimiu e violentou ainda mais a população que já estava sendo sugada ao máximo, de forma que a chegada dos intendentess aumentou a vigilância sobre a contagem e o tráfico de diamantes. A casa do narrador foi revirada até que apenas os manuscritos dessa obra fossem encontrados, sem nenhuma referência à contagem ou posse de diamantes.

Tal situação é narrada neste folhetim, pois o intuito é apresentar ao leitor, como a descoberta de que os diamantes tinham valor, conforme levou a uma série de situações vergonhosas para os tijuquenses, cuja expressão máxima foi o estabelecimento do *Regimento Diamantino*, sob vigilância dos intendentess, que ascendiam no poder conforme o maior número de denúncias. A ambição do homem, unida à forma como os povoadores trataram os nativos (contado de acordo com a maldição indígena), revela como todo o processo de mineração do diamante foi extremamente prejudicial para a vida dos tijuquenses.

Voltado à narrativa, Bernardo de Fonseca Lobo chega a Portugal, e após conversar com Dom João V, rei de Portugal e Algarves, apresenta-lhe os diamantes e onde os encontrou, tentando contar uma história de bravura e coragem. O rei hipnotizado com os diamantes encontrados em seu território oferece a Bernardo o cargo de governador e capitão geral da capitania mais rica do Brasil. O rei é apresentado como confuso e instável, não apenas pela empolgação da descoberta dos diamantes em seu território, mas também por não demonstrar conhecimento da política adotada em seus domínios. Em diálogo com Bernardo Lobo, D. João V pergunta:

- Só aí? Mas não importa, se for em grande abundância. E o cacique do Tejuco não a conhecia?
  - De que cacique fala V.M.?
  - Do cacique que governa a sua terra.
- Bernardo não entendia; abriu grandes olhos e ficou silencioso. Então o ministro que tinha levado a bastonada, entrevistou:
- S.M. fala do ouvidor geral da comarca do Serro Frio.<sup>128</sup>

Nota-se que o rei não tinha ideia de como seus domínios eram governados, reforçando a máxima de que todos que viviam em sua colônia eram índios, selvagens e que mereciam ser tratados como tal. É perceptível, a noção de que o tratamento que os indígenas recebiam dos povoadores, vinha de uma diferenciação criada dentro da colônia e que denegria o outro, o nativo, que não tinha a cultura europeia. Porém, para o rei de Portugal, todos os colonos eram índios e seu chefe era o cacique.

Bernardo Lobo sai de Lisboa com o sonho de ser alguém importante no Brasil, mas essa promessa foi esquecida pelo rei, que agora só pensava no lucro que a extração de diamantes poderia lhe acarretar. Sendo assim, em 2 de novembro de 1729, o ouvidor geral da Comarca do Serro Frio, Dr. Antônio Ferreira do Vale e Melo ao saber da presença de diamantes em seu território, divulga o decreto do Rei, alegando que tudo naquelas terras pertencia a Dom João V não podendo haver a prática da mineração em hipótese alguma, nem que somente para a extração do ouro. Sob as duras penas, o decreto puniria os que desobedecessem, com isso a população se encontrava assustada.

---

<sup>128</sup> Ibidem, p.101.

Apenas o pregoeiro acabava de ler este bando, no meio do mais profundo silêncio, ouviu-se uma estrondosa gargalhada que partira do alto do comoro, que dominava a Cavalhada. Todos olham atônitos e viram o vulto de uma índia que fugia através dos rochedos. Ainda era *Cajuby*.<sup>129</sup>

A angústia e a premonição presentes na risada da índia confirmariam o início de um período de sofrimento e exploração para os tijuquenses. A forma de extração foi alterada, e a partir do descobrimento dos diamantes a história do Tejuco poderia ser dividida em três: 1) Da captação: o povo poderia praticar a mineração e teriam o livre comércio, porém havia uma captação sobre cada mineiro que nela trabalhasse. 2) Contratos: um contratador particular arrematou o privilégio exclusivo da extração de diamantes e ninguém mais podia extraí-los. 3) Real Extração: aboliram os contratos e criou-se a mineração por conta da Real Fazenda, através do Regimento, chamado o *Livro da Capa Verde*. Tal regimento acabou com muitas famílias tijuquenses, o povo se tornou segregado e isolado, governados por Intendentes que tinham poderes ilimitados e despóticos. Todos os moradores do arraial se tornaram suspeitos. A prática da denúncia foi incentivada com recomendações para o Rei como bons súditos, dedicados servidores e candidatos a cargos públicos com amplos poderes. Toda a população tijuquense se destruía, se denunciando atrás de mais poder e influência.

A profecia do pajé se cumpre “- Das cinzas do *Acayaca*, nascerá a perdição dos peros”<sup>130</sup>, porém o autor finaliza a obra escrevendo: “Que venha a tempestade: é Deus quem manda! ... As tempestades estragam, mas purificam e dão novo vigor à natureza. Que venha, ela é do futuro! ...”<sup>131</sup>. As palavras finais do narrador provam que ele acredita que a população é capaz de mudar tal situação e aprender com os ditames imperiais. O momento no qual Felício dos Santos escreve a obra, em um país independente, que luta pela liberdade, para não retornar a tempos de violência e retrocesso; tempos de despotismo e perseguição aos tijuquenses, um povo tão rico que não poderia ser abalado facilmente, pois a luta por uma nova ordem deveria continuar.

Toda a obra reflete o embate do espaço entre os povoadores e os indígenas. O que deveria ser a riqueza e o desenvolvimento do Arraial, com a descoberta dos

---

<sup>129</sup> Ibidem, p.112.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>131</sup> Ibidem.

diamantes, passa a ser a desgraça dos tijuquenses, devido à forma de como foi descoberto e extraído, carregado de profundas maldições. A ambição do homem, temente a Deus, leva ao infortúnio futuro do Arraial, o que é enfatizado pela vingança dos indígenas que foram brutalmente afastados de suas terras. Tudo isso criado a partir de relatos, fontes científicas e testemunhos, recolhidos por Joaquim Felício dos Santos.

No próximo tópico serão analisadas as duas obras futurísticas de Felício dos Santos, publicada também em formato de folhetim no jornal *O Jequitinhonha*, são elas: *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862*, publicada em 1862 e *Páginas da História do Brasil, escrita no ano de 2000*, publicada entre 1868 e 1873, focos principais de análise desta pesquisa.

### II.III A história do futuro

Destaco que os dois textos são o foco desta pesquisa. Primeiramente, *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* publicada em 1862, narra a chegada de um viajante à cidade São Francisco, uma cidade secundária dos Estados Unidos Brasileiros. Dados atuais (2862) são registrados, como a quantidade da população, o tamanho da cidade e a presença de uma epidemia que dizimaria parte da população a qual começaria no dia da chegada do viajante. O vapor não era mais a fonte energética do momento, e sim a eletricidade, trouxe junto com ela toda a facilidade e comodidade para a população.

O viajante chega à casa dos livreiros Dracon, Braga & Cia, que acabam de expor a obra a História do Brasil pelo Dr. Jeremias, classificada como “a história mais moderna que existe publicada até o presente”<sup>132</sup>. A obra custa 618 réis e é composta por 162 grossos volumes impressos em tipo fino para economizar, demonstrando a consciência dos editores e do autor. O viajante declara que “é um trabalho monumental. O Dr. Jeremias gastou dois meses e quatro dias na sua composição!”<sup>133</sup>. Para ressaltar a monumentalidade da obra, junto com o tempo gasto para compô-la enfatiza a modernidade dos anos 2000, e principalmente a chegada da energia elétrica, que facilitou e permitiu uma maior eficiência na escrita da obra.

<sup>132</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 22/11/1862, edição nº 47, página 1 e 2.

<sup>133</sup> *Ibidem*.

Visto como um erudito que viajou o mundo todo para recolher evidências, a obra é apresentada como “[...] completa, imparcial, minuciosa e compreende o espaço de 1362 anos, 4 meses, 8 dias e 26 minutos, isto é, começa no descobrimento do Brasil e termina-se no momento em que ele deixará a pena de historiador”<sup>134</sup>.

O viajante abre o livro, se depara com “o volume 94º e abri a pág. 2680. Eis um capítulo: é o MMMMDXCVI tem por título – Segundo Reinado de Bragança – Pedro II”<sup>135</sup>. O período do Segundo Reinado é descrito como miserável, onde a constituição jurada pelo povo não era respeitada e os partidos lutavam apenas pela liderança e não por suas divergências de ideais.

Misérias e corrupção: deverás ser a epígrafe deste capítulo. O segundo reinado significa um ensaio infrutífero, que fizeram os brasileiros do sistema representativo. A constituição jurada pelo povo em 1825, com suas reformas e interpretações posteriores, nunca foi respeitada. A separação e independência dos poderes foram sempre burladas. O executivo absorvera todos os outros. Era o governo despótico, e tanto mais intolerável quanto ele sabia encobrir-se com o manto da constitucionalidade. Os brasileiros aplaudiram, embasbacados com as palavras sonoras, pomposas, sesquipedais do regimento representativo.<sup>136</sup>

Chamo atenção para o fim do texto, no qual Dr. Jeremias afirma ter acontecido uma revolução em 1863, ano seguinte ao qual Felício dos Santos escreve.

Assim ia o Brasil, quando em 1863 um partido político, desgostoso de ter sido arredado do poder de que estava em posse a 14 anos, excitou uma revolução em todo Império, e então... Não posso continuar a transcrição por falta de espaço; mas por este trecho já se pode avaliar o mérito da história do Dr. Jeremias.<sup>137</sup>

A revolução realizada pelos conservadores, que haviam perdido o poder para os Liberais em 1863, seria a chave para as mudanças previstas para o ano de 2862, o desdém do Dr. Jeremias, ao ter limitado um espaço para se falar do período do Segundo Reinado, narrando como a presença monárquica transformou o Brasil em um país retrógrado, que depois de mil anos se recuperou e se encontra no auge da modernidade. Há na narrativa um trecho pontilhado, que em nota Felício dos

---

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> Ibidem.

<sup>137</sup> Ibidem.

Santos afirma não ter podido ler, pois durante a transcrição do viajante, lhe faltou tinta, ele lamenta ao dizer: “É pena, há de ser interessante”<sup>138</sup>.

Neste texto, Felício dos Santos, recorre ao futuro para olhar ao passado e narrar tudo o que a sua perspectiva particular e do partido Liberal pretendia para o Brasil, porém, este passado se torna hipotético embora muito próximo da realidade do autor.



FIG. 24: Jornal, O Jequitinhonha, Diamantina (MG): 22/11/1862, edição nº 47, página 1.

A última obra, que é vista como a continuação da ideia do texto publicado em 1862, é denominada *Páginas da História do Brasil, escrita no ano de 2000*, publicada entre 1868 e 1873. Através deste texto, Felício dos Santos fez com que todos os personagens que atuaram a favor da monarquia fossem ridicularizados. Segundo Ana Cláudia Ribeiro, Felício dos Santos:

[...] promoveu uma verdadeira campanha que ironizava, escarnecia e levava “ao último ridículo” todas as figuras do Governo responsável pela queda dos liberais, pela dissolução da Câmara e pela vitória eleitoral comprada.<sup>139</sup>

Joaquim Felício dos Santos inicia a narrativa de *Páginas da História do Brasil*<sup>140</sup>, no ano de 1868, apresentando o cotidiano de Dom Pedro II, envolto às atribuições monárquicas e na difícil tomada de decisão sobre a continuação da Guerra do Paraguai (1864-1870).

O texto apresenta um longo diálogo entre D. Pedro II e o visconde (cujo nome não é citado) sobre as mudanças no mundo e o passado monárquico, no qual há uma forte crítica a um imaginado Pedro V, por ter abolido a tradição do “beijamão”, o que foi visto como um rebaixamento da realeza. Há também uma forte

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> RIBEIRO, 2011, p.2.

<sup>140</sup> A partir deste ponto a obra *Páginas da História do Brasil, escrita no ano de 2000* (1868-1873), passa a ser referida como *Páginas da História do Brasil*.

comparação com a República instaurada nos Estados Unidos; e a todo o tempo o imperador trata a constituição e a forma de governo norte americano com desprezo.

Os demagogos não cessavam de atroar-nos os ouvidos na imprensa, na tribuna, por toda a parte, e procuravam demonstrar que os progressos da grande república eram devidos as suas detestáveis instituições republicanas, queriam com isso significar a superioridade d'estas sobre o sistema monárquico! Ignaros! Que desconheciam que o nosso poder procede de Deus e não dos povos.<sup>141</sup>

O autor apresenta um imperador insolente, que não admite que a monarquia e a sua coroa fossem questionadas. O poder divino dos reis era a grande cartada para desconsiderar a República norte americana. Houve uma tentativa de insurreição contra os Estados Unidos, mas não deu frutos, o que frustrou muito Dom Pedro II.

Podem as mais nações vilipendiar o Brasil, pisá-lo, insultá-lo: tudo isso me é indiferente. Soberania honra, dignidade, são palavras vis. O que não consentirei é que me toquem na coroa.<sup>142</sup>

A Europa, por sua vez, é considerada como berço da monarquia, uma parceira do Brasil. Dom Pedro II, afirma ter se recusado a mandar um representante ao congresso de Lima, cujo objetivo era definir as fronteiras entre os europeus e os americanos e “firmar-se a detestável doutrina de Monroe, em consequência das justas reclamações da Espanha contra o Peru”<sup>143</sup>, porém a coroa brasileira não queria perder a parceria da Europa.

Com este meu sistema de política acha-se hoje o Brasil de relações cortadas com quase todas as nações da América. Mas em compensação conto com a amizade das monarquias da Europa, e é do interesse d'estas sustentar-me no trono.<sup>144</sup>

Com estas falas iniciais, Felício dos Santos mostra o desprezo da monarquia com relação à nação brasileira, na qual o imperador fazia o que bem entendesse em prol de seu próprio benefício, mesmo que tanto para questões internas quanto ex-

---

<sup>141</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 03/01/1869, edição nº 21, página 1 e 2.

<sup>142</sup> Ibidem.

<sup>143</sup> Ibidem.

<sup>144</sup> Ibidem.

ternas milhares de civis tivessem que morrer. O desprezo à constituição e pela representatividade do povo se transformam na mesma falta de estima que o leitor sente pelo monarca.

Felício dos Santos resolve por transcrever o *Tratado de Astronomia*, de C. van Bynkershoek, no qual os brasileiros são criticados por seu servilismo e por sua adoração ao monarca como se fosse um Deus, que é satirizado no seguinte episódio no diálogo de Dom Pedro II com o diretor do laboratório de fabricação de espoletas. Todo o processo de explosão do mercúrio é explicado pelo pesquisador e D. Pedro II responde da seguinte maneira:

Pois há um processo novo, uma maravilhosa invenção; há uma substância mais explosiva com que sem despesas se podem fabricar espoletas. Saiba Senhor diretor, que essa substancia, de que já se usa em toda a Alemanha, é simplesmente o café torrado.  
- Ah! Exclamaram os cortesãos voando em chusma a beijar a mão do imperador; este homem tem ciência infusa, sabe tudo, entende até de espoletas!  
- Que pateta! Disse um estrangeiro, que por casualidade se achava presente.<sup>145</sup>

No mesmo tratado, o Brasil é visto como atrasado, em constante degradação moral e material devido à forma de governo monárquica. “Os brasileiros são como os impenitentes de que fala o Evangelho: tem olhos e não veem, ouvidos e não ouvem e morrerão no seu pecado”<sup>146</sup>. A leitura deste *tratado* é feita para D. Pedro II pelo visconde, e a resposta do monarca a tantas acusações é o simples tédio e o conformismo. Felício dos Santos ataca a população que assiste quieta os ditames do monarca, enquanto ele assume seu papel de governante do Brasil e reconhece a degradação de sua população: “Tudo que diz esse autor poderá ser verdade; mas sei que o governo um povo semi bárbaro, sem sentimentos e sem dignidade é o povo do qual sou adorado monarca!...”<sup>147</sup>

Tratando de outra questão, a política interna adotada por D. Pedro II entra em pauta, ele afirma querer uma guerra civil entre os brasileiros, mas não um confronto com derramamento de sangue, e sim uma guerra das “paixões políticas” que tem suas vantagens pois “não pede descanso, pode ser perpetuada ao infinito, mas ao mesmo tempo extinguindo todos os sentimentos de dignidade e patriotismo torna

<sup>145</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 21/02/1869, edição nº 27, página 2 e 3.

<sup>146</sup> Ibidem.

<sup>147</sup> Ibidem.

os homens dóceis para serem governados à vontade<sup>148</sup>. Citando Proudhon, D. Pedro II usa de sua erudição (fortemente criticada por Felício dos Santos) para caracterizar sua política interna e consagrá-la como genial. “Penso como Proudhon, visconde: a guerra é o estado natural do homem, é necessária para o desenvolvimento e civilização da humanidade. Tudo neste mundo é contraste e antagonismo”<sup>149</sup>. Dividir o império para melhor conseguir dominá-lo seria a estratégia de Imperador. Neste ponto, Felício dos Santos reconhece a importância dos partidos políticos que se opunham, o conservador e o liberal, que queriam se aproximar de Dom Pedro II para serem beneficiados. O autor, percebe que o imperador se aproveita da situação para garantir um reinado sem grandes revoltas, já que divididas as forças partidárias se tornariam fracas, o monarca incentiva esse conflito levando as coisas com “ma-nha e hipocrisia”, conforme sua personagem afirma na obra.

O visconde começa a ler as cartas que chegam para o monarca, todas o convidando para eventos de inauguração ou participação ilustre. Em mais um ato irô-nico, a personagem de D. Pedro II declara “ - Sou decididamente o Augusto de século XIX: todos os dias tenho convites desta ordem, falem que sou o monarca mais sábio e ilustrado do universo”<sup>150</sup> cogitando ser reconhecido pela Europa como um “protetor das artes e das ciências”. Durante todo o texto este título do imperador é criticado, visto que sua falsa erudição e sabedoria o apresentam como um homem integrado das pesquisas atuais e da escrita de uma história do Brasil, porém as ações como governante não condizem com tal imagem. Felício dos Santos critica também a participação do imperador nesses eventos, visto que ele só compareceria se a comida fosse farta, pois o que guiaria o homem, de acordo com o imperador seria a barriga. A sátira à erudição e à alimentação do imperador se torna incisiva quando a personagem de Dom Pedro II diz: “ Escreverei alguma coisa a este respeito, um pequeno tratado de quinhentos volumes que se intitulará *Compêndio de Química Culinária* com especial aplicação aos recheios dos papos de perus”<sup>151</sup>. Felício dos Santos chega a criticar o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, visto que Ferreira Viana ao escrever do poder divino dos reis se qualifica para ser redator do jornal. A expressão popular seria controlada por D. Pedro II, a sociedade teria um jornal “livre”

---

<sup>148</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 28/02/1869, edição nº 28, página 2 e 3.

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 21/03/1869, edição nº 31, página 2 e 3.

<sup>151</sup> Ibidem.

escrito por um adepto da monarquia, que se qualificou para tal cargo por elogiar D. Pedro II.

- Boa ideia, excelente ideia. Darei dez contos de reis para a sociedade ter um jornal, que se intitulará *Diário do Rio*; será seu redator o Ferreira Vianna, que escreveu a *Conferência dos divinos*. Este diabo tem estilo para tudo; ainda ei de nomeá-lo senador do Império. Continuai visconde.<sup>152</sup>

Apresentando todos os convites, o visconde chega à carta d' *A Sociedade de Beneficência*, que explica ao imperador que por ser uma sociedade que socorre a pobreza e as famílias da Guerra do Paraguai, não tem dinheiro para pagar a “sopa do Imperador” e por isso não o convida para o evento. D. Pedro II ao invés de se revoltar aceita a situação concordando com o fato de que se não houver comida de qualidade ele não comparece.

A participação do imperador no IHGB é apresentada como superficial, falseada pela presença do monarca, que durante os debates mais importantes se retira. Em uma reunião para definir a etimologia da palavra “Brasil”, o convite é aceito pelo imperador que planeja se retirar quando a acalorada discussão se iniciar. Visconde, tentando proteger a imagem do imperador, avisa-o para ter menos frequência nas reuniões do Instituto, visto que algum letrado pode usar de seu nome, devido à frequência que o vê, para fazer alguma sátira, mas Dom Pedro II defende os homens do Instituto os caracterizando como homens discretos.

Em se tratando do campo da pesquisa histórica e da atuação do Imperador no IHGB, Felício dos Santos critica a função da paleontologia, (uma questão que esteve em pauta na segunda metade do século XIX. A personagem de D. Pedro II se enaltece por ter uma matéria no jornal europeu *O Punch*, afirmando que ele foi o descobridor dos restos mortais de Estácio de Sá. A crítica aqui se faz em duas frentes, ao jornal inglês que é reconhecido como um jornal satírico; e a forma como a paleontologia estava moldando e se inserindo em um novo campo historiográfico. Desconsiderando toda a ironia do texto, a personagem de D. Pedro II afirma ser verdade as descobertas narradas no artigo. Ignorar a crítica, é uma característica comum ao monarca do Brasil, que só retira as informações que o beneficia. Por se tratar de um jornal estrangeiro, o imperador se motiva ao imaginar um apoio de toda a população europeia ao seu governo. A matéria diz o seguinte: “O pedantismo do

---

<sup>152</sup> Ibidem.

imperador do Brasil chega a ponto de querer passar por grande antiquário e o pior é que seus súditos acreditam”<sup>153</sup>. O episódio é todo descrito como um capricho do imperador de querer se mostrar um antiquário e ir atrás dos restos mortais de Estácio de Sá. A busca envolve letrados de toda a sociedade, que em uma corrida, narrada como cômica, tentam se provar de grande ajuda. Por fim, uma sepultura, que aparentemente foi escolhida aleatoriamente, que se encontrava dentro de uma igreja é aberta.

- É dele, doutor, é dele: é o crânio de Estácio de Sá, bradou o imperador. Eu conheço apesar de terem decorrido duzentos e oitenta anos! Oh! Prodígios da ciência! É como se neste momento eu estivesse vendo o primeiro capitão-mor do Rio de Janeiro.<sup>154</sup>

Neste momento, cada pesquisador começa a buscar no crânio provas de que ele se refere a Estácio de Sá, medindo-o e buscando marcas. Porém, Felício dos Santos desmente o achado com o diálogo seguido entre Frei Caetano e Frei Cândido:

- E este frei Venâncio! Dizia frei Caetano, quer o imperador que aquilo seja o crânio de Estácio de Sá!  
 - É um ignorante: respondia frei Venâncio.  
 - Não é só ser ignorante, é um ignorante enfatado, que são os piores.  
 - Sabes de quem é aquela sepultura e aquele crânio?  
 - Não me lembro?  
 - Pois é de frei Tibúrcio.  
 - De frei Tibúrcio o emparedado?  
 - Esse mesmo. Aquele frade que em 1793 foi condenado a morrer emparedado por ter-se envolvido na conjuração do Tiradentes. Seus ossos no ano de 1848 foram trasladados para aquela sepultura, onde o imperador diz ter achado o crânio de Estácio de Sá.  
 - De forma que...  
 - De forma que nosso irmão emparedado vai ter no Panteão as honras de Estácio de Sá.  
 - Quem diria que os ossos de um conjurado republicano haviam de ter tais honras....<sup>155</sup>

Com ironia, o autor mostra ao leitor como a ignorância e arrogância do imperador serviriam para derrubá-lo, visto que em busca de satisfazer um capricho e

<sup>153</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 04/04/1869, edição nº 32, página 2 e 3.

<sup>154</sup> *Ibidem*.

<sup>155</sup> *Ibidem*.

se firmar como um antiquário, ele colocará em um panteão a ossada de um republicano. Percebe-se como é veemente à crítica de Felício dos Santos quanto ao uso solitário do método antiquário, quando voltado exclusivamente para a paleontologia. Assim como em *Acayaca* (1862-1863), o autor apresenta vestígios que foram encontrados e utilizados como provas da teoria, que o pesquisador que as descobriu quisesse provar. A fragilidade de se encontrar fontes fora de um contexto e utilizá-las como bem entender era a grande preocupação de Felício dos Santos, apresentada aqui em forma de sátira e zombaria à erudição de D. Pedro II.

Voltando a análise para o *Punch*, Visconde consegue convencer D. Pedro II de que o jornal o denegria e pela primeira vez o imperador se mostra irritado, afirmando que seria venerado no futuro por seus trabalhos servidos a paleontologia. O jornal ataca mais uma vez, criticando a tradição do “beija mão”, afirmando que “há na medicina uma enfermidade local, subcutânea, conhecida com o nome de trichophylia que afeta particularmente as costas das mãos e que produz uma comichão ou prurido intolerável”<sup>156</sup>, e que se uma pessoa toca os lábios na parte afetada, absorve o pus secretado e o paciente se sente aliviado. O jornal afirma que D. Pedro II possui essa doença e por isso o ritual de “beija mão” é importante para seus súditos, deste modo é criada uma situação fictícia, na qual D. Pedro II está presente e é reverenciado por todos seus súditos através dessa saudação. A tradição monárquica é vista como abusiva e nojenta para com a população que satisfazia as necessidades do imperador.

Voltando a narrativa, Visconde tenta justificar o desgosto dos ingleses pelo Imperador, visto que os jornais só seriam lidos nas tabernas de Londres e que “estes ingleses não devem ser muitos afetos a V.M. principalmente depois da célebre questão dos africanos livres, que ainda até hoje estão no cativeiro”<sup>157</sup>. Percebe-se que o problema da escravidão, combatido por Felício dos Santos, também é um fator de atraso para a nação brasileira que não poderia ser comparada a outras nações mais desenvolvidas.

O *Punch* continua criticando as ações de D. Pedro II, ao narrar o episódio no qual o imperador enviou a estátua equestre de seu pai para uma exposição de inovações em Paris. A figura de Porto Alegre aparece como um defensor da estátua,

---

<sup>156</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 11/04/1869, edição nº 33, página 2 e 3.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

alegando ser D. Pedro responsável por fatos heroicos como a tomada da Uruguai-ana.

Felício utiliza de várias páginas para narrar o impasse sobre o problema financeiro pelo qual o Brasil passava. O Imperador queria continuar a Guerra do Paraguai e para isso era necessário arrecadar mais capital, mas sem deixar a população irritada. Em reunião com seus conselheiros, o Visconde do Itaborahy é o primeiro a propor um plano de produção de papel moeda. Crítico ferrenho da monarquia, o Visconde de Itaborahy, que antes de se tornar ministro, acreditava que a produção de papel moeda era um roubo, quando acusado por D. Pedro II de se contradizer, responde o seguinte: “Há em mim duas pessoas: ontem o Visconde de Itaborahy na oposição, e hoje o ministro da fazenda no governo. Todo o homem político tem duas faces; apresenta ora uma, ora outra maneira”<sup>158</sup>. A estratégia de controlar os opositores do governo é mais uma vez apresentada, e a nessa atitude D. Pedro II classifica o visconde como “verdadeiro amigo”.

Muitos outros conselheiros apresentaram suas propostas assim como Paranhos, que propõe que o Brasil contraia mais um empréstimo, visto que sua habilidade de diplomata levaria a Europa a ceder. José de Alencar é destaque na reunião, pois como um romancista bem visto pelo monarca, propõe que o problema da crise seja resolvido com o sistema de “drama moeda”, no qual todas as transações financeiras seriam pagas com seus romances. “Quem, por exemplo, tiver de pagar uma dívida de cem mil reais, pagará com dez exemplares dos meus dramas e o credor será obrigado a recebê-los como moeda corrente”<sup>159</sup>. O senador Paulino apresenta a proposta do vintém-papel. “: -O governo emitirá notas no valor de 100,000 até que a quantia seja a necessária. Cada nota vencerá de prêmio diariamente um vintém”<sup>160</sup>. Outras propostas são apresentando totalizando sete:

O Sr. Cotegipe propõe a importação de africanos, o Sr. Muritiba sequestros violentos, o Sr. Antão um estabelecimento de apicultura na Itaverava, o Sr. Paranhos um empréstimo estrangeiro, que só propõe negociar, o Sr. Alencar a emissão do drama moeda, o Sr. Paulino a emissão do vintém papel, e o Sr. Itaborahy os bonds<sup>161, 162</sup>.

<sup>158</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 02/05/1869, edição nº 36, página 2 e 3.

<sup>159</sup> *Ibidem*.

<sup>160</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 23/05/1869, edição nº 39, página 2 e 3.

<sup>161</sup> Títulos (Tradução nossa).

<sup>162</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 23/05/1869, edição nº 39, página 2 e 3.

Cada integrante da reunião defende sua própria ideia e por fim a do Visconde do Itaboraí é escolhida. É a mais onerosa à economia do Brasil, porém é a que mais gera ouro para o monarca. Por fim, D. Pedro II decide por continuar a Guerra revelando sua real motivação.

Declarei a guerra a Lopez, a ele só, e não ao povo paraguaio. Desde o principio se tem dito isso, mas ainda ninguém o compreendeu. Hei de esmagar o tirano!... Lopez, nome odioso que tremo de raiva ao pronunciar! Ter a ousadia de pedir em casamento a minha Zabelinha Eu misturar o sangue real, o sangue dos Césares com o sangue plebeu de um guarani!<sup>163</sup>

Ao criticar Alencar, Felício dos Santos cria na narrativa uma revista, que seria publicada de 1962 a 1974, a *Revista dos Teatros* que em sua publicação número 614 traria uma comédia histórica escrita por José de Alencar em 1868 e publicada em 1902, *pós mortem*, provando como Felício dos Santos estaria certo sobre o autor. “José de Alencar representou um papel importantíssimo no grande teatro político do segundo reinado, já como ministro da coroa, já como empregado público, já como representante da nação”<sup>164</sup>. Compreendendo que viveu em uma época cheia de degeneração moral e em meio à loucura da monarquia, conforme cita Felício dos Santos, Alencar teria se deixado levar pela dinâmica da monarquia. Sua obra publicada na *Revista do Teatro* chama-se *Reconciliação*, uma comédia histórica em 5 atos que apresenta “a ridícula reconciliação entre D. Pedro II e o Marquês de Caxias, fato que teria ocorrido no mês de fevereiro de 1869. Não podia escolher melhor assunto”<sup>165</sup>. Os cinco atos são transcritos mostrando como Felício dos Santos reconhece a influência e a capacidade de escrita de Alencar, que se deixou envolver pelo poder monárquico, porém esse envolvimento para não ser taxado como ridículo a um homem das letras, é apresentado como proposital, com o intuito de colher informações e criticar todo o aparato imperial.

Ainda no presente narrado de 1868, Dom Pedro II discute com seus conselheiros a realidade política no Brasil. Pergunta-lhes sobre a opinião pública e a reação do povo para com as medidas que pretendem ser tomadas.

A opinião pública! Respondeu o Visconde com um sorriso sardônico. Há no Brasil opinião? No Brasil o povo não tem opinião própria, pensa conforme o pensamento do governo: hoje por uma

<sup>163</sup> Ibidem.

<sup>164</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 06/06/1869, edição nº 41, página 2, 3 e 4.

<sup>165</sup> Ibidem.

maneira, amanhã por outra, segundo as conveniências do momento. No Brasil senhor, com a hábil corrupção e imoralidade; não há sentimentos de um verdadeiro patriotismo: o vício é virtude, a honra é desonra, a verdade é mentira, o poder é impudência e vice-versa. E assim deve ser, para o governo poder fazer sentir a sua ação e conter a anarquia. É preciso obediência cega, a obediência passada dos *vivos cadáveres*, na bela expressão do Sr. Ferreira Viana. De outra forma não se compreende um governo regular.<sup>166</sup>

Neste trecho, além do autor recriminar completamente os atos do governo imperial, a forma com a qual o desqualifica através da imoralidade, a imposição do pensamento do governo sob a população obediente, a falta de um verdadeiro patriotismo e dos métodos contra a anarquia de muito se parecem com os conflitos ideológicos que embasaram a construção da nação na Europa e na América do Norte. A falta de patriotismo comum e uno está ligada à moralidade perdida no governo imperial, moralidade essa que se instaurada, derrubaria o império e abriria as portas para os Estados-Nacionais. A igualdade dos homens levou a uma obediência cega ao governo, marcada pela imoralidade, corrupção e desonra ao país.

Neste ponto da narrativa, Felício dos Santos começa a tratar do futuro. Afirmando ser espírita, ele narra a chegada de um médium russo no ano de 1869, o Dr. Tsherepanoff que mostra um volume da História do Brasil trazido do século XXI, sendo esse manuscrito, o motivo de todos passarem a acreditar no espiritismo.

Vamos contar como o célebre médium conseguira trazer ao nosso século essa história preciosa, e como facultou-nos publicar algumas páginas. O que se vai ler é extraído do *Neuryphology, or Rational of nervous Sleep*<sup>167</sup>, do Dr. Reichembach, Tom. 14, cap. 64, 8, n° 46. pág. 1012.<sup>168</sup>

No Palácio de São Cristóvão, Dom Pedro II às “11 horas, 14 minutos e 23 segundos da noite”<sup>169</sup> estava sonolento e pensando no futuro do seu reinado, até que o Dr. Tsherepanoff aparece e diz ter sido invocado pelos pensamentos do imperador. Apresentando aqui uma gama de conhecimento sobre a história do mundo, Felício dos Santos narra um panorama mundial do século XIX por meio da fala do Dr.

Sou um médium; comunico-me diretamente com os espíritos. Estive hoje em Pequim, onde curei o celestial soberano de uma congestão proveniente de excesso de ópio: salvei em Constantinopla

<sup>166</sup> SANTOS, 1957, p.117.

<sup>167</sup> Neurologia ou razão do sono nervoso (Tradução nossa).

<sup>168</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 12/12/1869, edição n° 7, página 2 e 3.

<sup>169</sup> Ibidem, p.2.

o sultão, ameaçado por uma conspiração dos eunucos: em S. Petersburgo, a pedido do czar, evoquei dos infernos os manes polutos de Catharina II, com todo o cortejo de seus amantes assassinos: em Roma, em uma sessão de espiritismo, fiz aparecer à figura macilenta da envenenadora Lucrecia Borgia; em Londres, consolei a rainha Victória, mostrando-lhe o seu querido Alberto: em Paris deixei Napoleão III conversando com César, que exigia certas correções na história que aquele monarca escrevera de sua vida: enquanto Napoleão toma apontamentos, aproveitei o ensejo para acudir ao chamado de V. M.<sup>170</sup>

O monarca aceita a viagem ao futuro, contando de cento e trinta e dois anos à frente, acordando no primeiro dia do século XXI. Dom Pedro II se encontra no ano 2000, na a cidade de Guaicuí Capital Federal da Confederação dos Estados Unidos do Brasil, contando com vinte e dois estados regidos por constituições republicanas, onde se aboliram os títulos de nobreza, privilégio e aristocracia, adotando neste lugar o espírito de igualdade entre os cidadãos, liderados pelas virtudes e qualidades próprias. Petrópolis era habitada por pessoas que viviam da caça e de uma indústria que extraia salitre. O imperador era tratado como uma lembrança ruim e maldosa, como o “bicho papão” que assusta as crianças. O presidente da República do Brasil é um indivíduo de “baixa origem”, denominado João Servius Pugirá, e o Brasil é um país onde qualquer tipo de distinção pela cor, negros, mestiços, brancos e índios, não existe. Devido a isso, para Dom Pedro II “Barbarizaram-se os brasileiros”<sup>171</sup>.

Algumas críticas mais veementes são claras, como no momento em que Dom Pedro II é questionado pelo médium Dr. Tsherepanoff se realmente queria ir para o futuro e este respondeu: “Quero e já”<sup>172</sup>, fazendo uma referência direta ao Golpe da Maioridade em 1840, momento no qual D. Pedro II aceita a função de imperador. Outro ponto são as referências intelectuais europeias quando Felício dos Santos define as bases da constituição do Brasil nos anos 2000: “Liberdade, igualdade e fraternidade é a base da constituição moderna”<sup>173</sup>. Um terceiro momento é o encontro do espectro de Dom Pedro II com uma família que morava no Palácio Imperial. Ao encontrar uma mulher, Luísa, com a filha no colo, a criança começa a chorar e a mãe tenta acalmá-la com as seguintes palavras: “- Cala-te, minha filha, [...], que aí vem o Imperador”<sup>174</sup>. Sem entender a situação Dom Pedro II questiona

<sup>170</sup> Ibidem, p. 2 e 3.

<sup>171</sup> SANTOS, 1957, p.129-130.

<sup>172</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 12/12/1869, edição nº 7, página 2 e 3.

<sup>173</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 19/12/1869, edição nº 8, página 2 e 3.

<sup>174</sup> SANTOS, 1957, p.145.

Luísa sobre tal fala, e ela o responde: “(...) Quando queremos acalentar uma criança, para amedrontá-la, costumamos dizer: *ai vem o imperador!*, como se disséramos *ai vem o tutu*, ou *o lobisomem*”<sup>175</sup>. Podemos identificar na obra as premissas nacionalistas que movem os escritos e as características de um futuro para o Brasil segundo Felício dos Santos.

Nos anos 2000, o espectro de Dom Pedro II ouve do médium Dr. Tsherepanoff a seguinte explicação sobre os cidadãos brasileiros:

O que distingue um cidadão, continuou o médium, o que o eleva acima de seus iguais são as qualidades pessoais, a virtude, a ilustração, o patriotismo, a dedicação, a filantropia, os serviços prestados ao país ou à humanidade. A opinião pública o vai procurar na sua obscuridade, o exalta e faz conhecido, respeitado de seus concidadãos, mas não se lhe muda o nome para barão, conde ou marquês. O governo não pode conferir honras ou condecorações.<sup>176</sup>

É traçado um perfil do cidadão ideal, que tomado pela noção de igualdade individual é deslegitimado em prol da nação, utilizando de características individuais como a virtude e o patriotismo para servir a humanidade. Porém, tal serviço patriótico não deve ser exaltado visto que no novo Brasil dos anos 2000, o governo é privado destas condecorações, reforçando a ideia de sacrifício pela pátria.

Continuam as explicações sobre o novo sistema brasileiro, para o espectro de Dom Pedro II:

No sistema republicano, pelo contrário, dizem esses sofistas, tudo é simplicíssimo, a existência do governo não depende da centralização, a máquina uma vez, montada, como que vai por si só funcionando sem um impulso externo; cada uma de suas partes trabalha por uma força própria, apenas ligada ao movimento geral, sem que de ponto algum se ofereça obstáculo ao seu livre desenvolvimento.<sup>177</sup>

O imperador se assusta e pergunta das grandes potências de sua época a França e a Inglaterra, e se surpreende com a resposta que o médium lhe dá.

Não, imperial Senhor; V. M. se engana. “A França é hoje uma república unitária; a Inglaterra é uma confederação republicana,

<sup>175</sup> Ibidem, p.146.

<sup>176</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 19/12/1869, edição nº 8, página 2 e 3.

<sup>177</sup> SANTOS, 1957, p.133.

composta de três estados, Irlanda, Escócia e Inglaterra propriamente dita, com o nome de Triarquia Britânica”.<sup>178</sup>

Há uma crítica à centralização estatal, característica do império, a qual substituíra o desmembramento das partes autônomas formadoras de um sistema simples e funcional, constantemente em desenvolvimento. A França e a Inglaterra são consideradas referências para o novo mundo republicano, pioneiras e vitoriosas no processo de democratização.

Dr. Tsherepanoff lê um jornal para Dom Pedro II que dizia o seguinte:

Damos parabéns à civilização do século XXI, que teve um feliz princípio. Chegaram-nos importantes telegramas do Oriente. O único país do mundo, que pelo fanatismo e espírito de imobilidade que caracterizava seus habitantes ainda se conservava preso ao regime monárquico, dando assim o triste espetáculo de uma imensa mancha negra no mapa das nações cultas, a China, dizemos nós, acaba de entrar na verdadeira senda do progresso, proclamando a república. (...) O imperador foi deposto e fugiu para Sandwsk. Organizou-se um governo provisório de três membros que são os mandarins...<sup>179</sup>

A aceitação do império é marcada pelo fanatismo e pelo espírito de imobilidade que servia de modelo para uma nação inculta. Apesar das divergências de Felício dos Santos com o império, é inegável que as movimentações sociais e a mobilidade das comunicações permitiram que se formasse uma nação e um sentimento nacional com mais vigor e velocidade. Felício dos Santos tenta, através deste trecho, ressaltar o atraso das nações que ainda se dedicavam à monarquia e não aceitavam a ruptura para a República culta e marcada pelo progresso. Percebe-se uma ironia em tal excerto visto que a escravidão foi a principal força motriz que adiou a ruptura do sistema político brasileiro, ressaltado com atrasado e obscuro. O autor ainda deixa espaço para que após a ruptura um governo provisório se estabelecesse e através dele o povo se adaptasse como seus governantes para uma nova nação.

Por fim, Dom Pedro II pergunta sobre o que fizeram com a dívida de seu reinado e encontra a seguinte resposta de seu amigo médium:

Quando V.M. foi deposto do trono no ano de 18... (o médium não nos deu autorização de publicar a data precisa), o Brasil carre-

---

<sup>178</sup> Ibidem, p.134.

<sup>179</sup> Ibidem.

gava uma enorme dívida proveniente em grande parte da desastrosa guerra do Paraguai. Com o estabelecimento da República, as províncias se constituíram em estados federados independentes e começaram a prosperar. A emigração estrangeira acudiu pressurosa para um país, onde atraíam as vantagens resultantes do trabalho livre, de uma civilização nascente, da tolerância e, mais que tudo, da aurora da liberdade que começava a radiar no horizonte brasileiro. As despesas diminuíram por não ter mais o país de sustentar o pesado fardo da monarquia e de uma corte inútil. O desenvolvimento da indústria e do comércio, em poucos anos colocou o Brasil em estado de poder saldar todas as suas dívidas e entrar no caminho da civilização, rivalizando com as nações cultas da velha Europa. O século XXI, Senhor, inaugurou-se.<sup>180</sup>

Os estados federados independentes foram base da organização nas províncias e fator determinante para o próspero mercado que se desenvolvia. Os imigrantes foram atraídos pelo trabalho livre, como se a mancha da escravidão tivesse sido retirada e o Brasil conseguiu condições para o progresso marcado pela liberdade. O desenvolvimento industrial, assim como o comercial, permitiu um melhoramento da economia interna e das relações exteriores chegando a rivalizar com a Europa, inaugurando assim o desenvolvimentismo do século XXI.

O Rio de Janeiro, capital da monarquia, sofre com o futuro do Brasil, sendo completamente destruída e se encontrando na miséria. O autor traz a destruição de qualquer ligação direta ou indireta com a monarquia, provando que tudo relacionado a ela apodreceu.

O Rio de Janeiro, como berço da monarquia e foco do monarquismo, depois do estabelecimento da nova forma de governo, devia naturalmente sofrer uma reação calculada, caprichosa, em ódio as velhas instituições proscritas”.<sup>181</sup>

A estátua equestre de D. Pedro I é destruída para se moldar uma estátua de Tiradentes. A ironia deste momento não poderia ser maior visto que um conspirador republicano, morto durante o período colonial, é agora aclamado na República Brasileira; e o símbolo desta dedicatória é uma estátua feita do bronze da antiga estátua equestre. A monarquia é humilhada em todas as frentes, inclusive através de seus símbolos e monumentos, dos quais tanto orgulho lhes foi atribuído no Segundo Reinado. Em diálogo com o Dr. Tsherepanoff, D. Pedro II curioso pela estátua da praça central, questiona:

---

<sup>180</sup> Ibidem, p.137.

<sup>181</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 19/12/1869, edição nº 8, página 2 e 3.

- Vejo, e no meio assoberba-se uma estátua equestre colossal.
- Aquela é a Praça da Regeneração, e a estátua que V. M. avista é a de Tiradentes.
- De Tiradentes!... Exclamou o imperador com indignação. Do inconfidente de Minas! Do rebelde que foi enforcado, esquartejado por tentar estabelecer a República no Brasil!...
- Foi por essa mesma razão, Senhor, que os brasileiros ergueram lhe aquela estátua. Entenderam ser chegada à ocasião da posteridade reparar as injustiças do passado, levantando um padrão de glória ao primeiro mártir da liberdade...<sup>182</sup>

Em uma última tentativa de garantir seu orgulho D. Pedro II em conversa com o presidente do Brasil Servius Pugirá, ressalta que o monarca era um poeta, fato que percebe ser desconhecido pelo presidente. O imperador recita versos de seus próprios poemas e é rejeitado por Pugirá que os considera detestáveis. Para provar sua habilidade de intelectual e guardião das artes e das ciências, ambos entram em uma biblioteca e Pugirá encontra os versos recitados por D. Pedro II na obra intitulada *Coleção das poesias de Pedro Antônio Ferreira Garção*.

- Ah! Ah! Ah! Disse Pugirá rindo-se. Os versos, que acabaste de recitar-me, nunca foram composição de D. Pedro, este cometeu um plágio vergonhoso, extraindo-os de uma obra de Pedro Garção e passando-os como seus, para o álbum de uma dama de honor.<sup>183</sup>

Acusado, no passado (1868) e no presente (anos 2000) de plágio, o imperador reconhece a vergonha que não pode mais abafar, dominar, nem ignorar e por isso pede que a conversa seja alterada, já que só lhe restava observar como sua imagem foi destruída e virou motivo de zombaria entre os brasileiros do século XXI.

É notável, a intencionalidade de Felício dos Santos ao escrever duas histórias sobre o Brasil nos anos 2000 sob uma perspectiva antimonárquica. Seu público alvo era a população que estava sendo convocada a se unir aos liberais, visando também os intelectuais do partido liberal, do qual Joaquim Felício fazia parte. Livrar o Brasil da monarquia, demonstrando o atraso e a miséria que viver nesse período gerou era o projeto do grupo Liberal, levando a política brasileira para um novo nível onde a monarquia não se faria presente, visto que ela era o que segurava e impedia o Brasil de se modernizar. A “convocação” da população se faz mais

---

<sup>182</sup> Ibidem.

<sup>183</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 03/04/1870, edição nº 23, página 1 e 2.

forte e necessária diante da revolta de 1863, momento no qual os Conservadores retomam o poder, sendo urgente que a população se unisse para não permitir que o país retrocedesse, guiando-o para o progresso, que poderia ser compreendido e provado no século XXI.

As *Páginas da História do Brasil* voltam ao âmbito de discussões e debates devido a Alexandre Eulálio, que reproduziu alguns excertos inéditos na *Revista do Livro* em junho de 1957. As obras de Felício dos Santos não podem ser analisadas fora do cenário historiográfico brasileiro da segunda metade do século XIX, devido a isso no próximo capítulo será apresentada a relação de Felício dos Santos com o IHGB, comparando a proposta de escrita por ele como método científico proposto no século XIX. A atuação do historiador ligada à ação política e o conflituoso debate sobre ser historiador e ser antiquário serão horizontes de análise que demonstrarão como Felício dos Santos é percebido e se percebe como historiador e escritor da História do Brasil na segunda metade do século XIX.

### **Capítulo III. O escritor antiquário e o método científico como horizontes da historiografia oitocentista: Felício dos Santos e o IHGB**

O IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) nasceu com o objetivo explícito de auxiliar a administração imperial e a trazer clareza aos brasileiros. Tendo como mestres fundadores o marechal Raymundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, em 1938 era necessário construir e compilar dados geográficos e históricos que provassem a formação da nação brasileira. O instituto caiu nas graças de Dom Pedro II, que era um membro ativo, escrevendo e publicando várias monografias frequentemente. Dos 27 membros, 22 tinham cargos públicos de destaque, sendo próximos ao imperador, restringindo assim a intelectualidade e a autoria da produção das monografias às mãos da elite intelectual imperial.<sup>184</sup> Era um momento no qual a História estava sendo inserida no campo das ciências, ou seja, se separando da literatura e aplicando assim um olhar crítico às fontes.

---

<sup>184</sup> BARBATO, 2014, p.337.

O Instituto, que foi a maior expressão da historiografia brasileira no século XIX, tinha inicialmente toda sua produção restrita à elite letrada do Brasil, o que caracterizou a tentativa de construção de um passado nacional ligado a este grupo, gerando uma forte imagem depreciativa do *outro*. A memória coletiva, construída através da escrita elitista foi utilizada como artifício para certificar o projeto do Instituto, tornando-se comum e “relembra” por todos.

Desse modo, a constituição do sentido da experiência do tempo é um processo de consciência em que as experiências da vida prática são interpretadas conforme as intenções do agir e, assim, a cultura historiográfica está inserida na determinação de sentido do mundo e na auto interpretação do homem.<sup>185</sup>

Como nos alerta Manoel Luís Salgado Guimarães<sup>186</sup>, havia uma dificuldade explícita em se criar um projeto nacional baseado em uma sociedade escravista e onde havia populações indígenas que viviam em conflito. “Trata-se de precisar com clareza como esta historiografia definirá a Nação Brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente”.<sup>187</sup> Surge a necessidade de se delinear uma relação entre Monarquia, Estado e Nação para que este projeto fosse global e capaz de se auto definir.

Joaquim Felício dos Santos ao publicar no jornal *O Jequitinhonha*, que contam a História do Brasil, através do futuro e de uma perspectiva do partido liberal, é inserido em um momento no qual grande parte da historiografia do século XIX está voltada para a questão do progresso, baseando cientificamente em teorias que visavam à construção da nação brasileira.

Como ressalta Luís Fernando Barbato<sup>188</sup>, com a intenção de criar uma memória coletiva e um passado unificado e glorioso, seria impossível utilizar da história do tempo presente, no momento da escrita das monografias, visto que toda a sociedade brasileira ainda vivia a independência recente, e tentava aos poucos se tornar autônoma. Sendo assim, tudo que era escrito, era feito por meio de um passado distante, que não poderia ser tocado, para manter intacto a parceria Brasil e Portugal, não questionando a missão civilizadora portuguesa.

---

<sup>185</sup> GONÇALVES, 2007, p.8.

<sup>186</sup> Em seu artigo de 1988, *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de História Nacional*.

<sup>187</sup> GUIMARÃES, 1988, p.6.

<sup>188</sup> BARBATO, 2014, p.343.

Felício dos Santos se afasta do presente para criar um futuro distante, nos anos 2000, como forma de legitimação do presente, para confirmar que a possibilidade desse futuro são ações já consolidadas no presente e no passado não tão distante. Podemos considerar uma utilização diferente para a história *magistra vitae*, visto que as ações do imperador revisitadas no passado definem o presente, o que permite a criação de um futuro legitimado pela atuação política no presente, que levará à mudança no momento em que Felício dos Santos escreve.

No IHGB, a separação entre portugueses e brasileiros era secundária, e os dois povos eram representados unidos em prol de um objetivo nacional comum. O passado é lido sob uma perspectiva do presente, na qual os elementos recolhidos e apresentados cumprem o objetivo do projeto do IHGB e permiti que projetos futuros fossem pensados e colocados em prática. A História se mostrava um porto seguro, com representações sólidas de um passado, que ao ser expressar, se mostrava benéfico, ou seja, um modelo a ser seguido em tempos de mudanças e crises. A população do século XIX, se apega a essa formação de sentidos e imagens que marcariam uma identidade individual e coletiva, à qual todos poderiam se fixar e confiar, olhando para atrás para justificar o presente.<sup>189</sup>

O historiador assumia então uma função patriótica, e sua função era levar uma história una aos brasileiros, cumprindo seu dever para com sua pátria, que nesse caso, era o de despertar em seus leitores o amor pelo seu país, difundindo entre eles suas inúmeras virtudes, além de afastar “ideias políticas imaturas”, como de “republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades”, marcando assim a visão na qual Brasil estava unido sob os auspícios de um Estado Monárquico.<sup>190</sup>

Ao mesmo tempo em que o “historiador patriótico” serviria para elucidar questões importantes ao passado e à nação brasileira, ele blindaria o imaginário coletivo contra ideias devastadoras, como as republicanas, garantindo a união dos brasileiros sob o domínio imperial. Mesmo que a partir de 1851, novos sócios fossem admitidos, uma nova forma de pensamento e escrita da história brasileira começasse a surgir, a história oficial delimitada na fundação do IHGB, foi gradualmente mantida e questionada.<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup> DOMINGOS, 2009, p.26 apud BARBATO, 2014, p.345.

<sup>190</sup> BARBATO, 2014, p.346.

<sup>191</sup> Ibidem, p.347.

Danilo Ferretti propõe outro olhar ao afirmar que a crise do Segundo Reinado estava justamente ligada a um discurso identitário regional, não mais subordinado ao nacional, tomando como necessário a modernização da monarquia brasileira.

Alguns visavam reformar as instituições monárquicas no sentido de sua adequação a necessidades da modernização capitalista enquanto outros acreditavam que para esta efetiva adequação era necessário o rompimento com a Monarquia e a adesão à forma republicana.<sup>192</sup>

O Estado Centralizado era considerado pelos liberais como o grande empecilho para o progresso do Brasil, sendo a federação a solução para a modernização. A interpretação política do passado brasileiro era base da matriz liberal. O embate entre autoridade e liberdade era explícito, atacando assim o estado monárquico centralizado, considerado uma extensão do passado e do presente que necessitava ser rompido<sup>193</sup>. É neste momento que Felício dos Santos diverge de seus contemporâneos ao criar um futuro, ainda que diretamente baseado no passado, mas que trazia elemento de mudança do presente, para que o futuro se tornasse um presente. A modernização era necessária, visto que o Brasil não se apresentava nem era representado como homogêneo, e para que essa gama de variedades surgisse no cenário histórico era necessário que o progresso acontecesse e para isso a monarquia deveria ser extinta.

Felício dos Santos, compreendendo o cenário de mudança e renovação do Instituto no qual escrevia, cria um futuro sólido, que embora seja ficcional pode ser identificado como desdobramentos de ações efetivas no presente. Esse futuro, de tão sólido e inebriante, se torna um local sentido e presenciado quase que fisicamente pelos leitores. Esse âmbito, seguro, é revisitado como ponto de afirmação e incentivador de ações que poderiam estar se desenrolando no presente: o futuro é o motivador do presente. As mudanças seriam necessárias, pois se elas não ocorressem, o futuro, garantido pelas experiências passadas, seria desastroso, levando a população iria sofrer e se atrasar. A ideia de um futuro afastado da monarquia causaria alívio e a população brasileira encontraria uma nova forma de se reconfortar, se tornando verdadeiramente independente, com todo o comportamento e objetivo de uma nação se pautaria na ideia de afastamento da monarquia.

---

<sup>192</sup> FERRETTI, 2004, p.104.

<sup>193</sup> Ibidem, p.391.

Creemos que a “função patriótica” do historiador estaria veemente presente em Felício dos Santos, porém o objetivo do escritor seria fazer com o que o brasileiro amasse a sua pátria, livre dos ditames imperiais; já o escritor cumpriria a função de convocar mudanças no presente, para que o futuro descrito fosse assegurado. O historiador cumpriria também a função de esclarecer como a monarquia atrasou o Brasil, como se fosse responsabilidade dele livrar a população de tal mal. A partir disso, o Brasil se uniria sob a égide da República, mas principalmente, da liberdade e do desenvolvimento, propiciado pelo afastamento do império brasileiro. Em *Páginas da História do Brasil*, o Dr. Tsherepanoff apresenta a Dom Pedro II, um rápido panorama do Brasil nos anos 2000, o que é ironicamente apresentado com amargura pelo abandono da monarquia, mas que levou ao desenvolvimento e a um maior senso de justiça aos brasileiros.

- Hoje, no ano de 2000, o Brasil forma uma confederação de cento e vinte e dois estados, regidos todos por constituições republicanas. Guaicuí, que tem a distinta honra de presença de V. M., foi escolhida para a capital federal por se achar situada no centro. Os ingratos brasileiros tiveram a ousadia de um dia sublevarem-se e dispensarem a dinastia de V. M., adotando a forma de governo republicano...<sup>194</sup>

Para Valdei Araújo, o IHGB era utilizado para o progresso do programa de histórias nacionais modernas, desenvolvido na segunda metade do século XIX. “A nova compreensão da história colonial enquanto um processo contínuo e totalizante anulava ou tornava indesejável a relativa autonomia que as histórias particulares gozavam até então”<sup>195</sup>. Porém, para que tais trabalhos fossem desenvolvidos eram confrontadas a “compreensão moderna de época”, ligada às identidades definidas, objetivando um sentido mais geral da escrita da História, com a “compreensão tradicional”, que colocava as épocas como simples marcos temporais, identificando o estabelecimento factual<sup>196</sup>. Foi à centralidade do império, projetada pela busca da nacionalidade brasileira juntamente com o equilíbrio entre o acúmulo documental adquirido nas pesquisas com as críticas eruditas, que tornou possível a permanência da História Geral.

Por outro lado, Rodrigo Turin, nos apresenta um historiador oitocentista bem diferente de Felício dos Santos: “Calcado no presente, o autor, sempre ‘em

<sup>194</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 12/12/1869, edição nº 7, página 2 e 3.

<sup>195</sup> ARAUJO, 2007, p.25.

<sup>196</sup> Ibidem, p.26.

relação à sua querida pátria’, ordena etapas sucessivas, evolutivas, de sua formação, onde a imparcialidade representa a maturidade intelectual”<sup>197</sup>.

Felício dos Santos, em prol da pátria, tenta alterá-la e não preservá-la, a parcialidade que segue o modelo liberal e posteriormente republicano é explícita, visto que apenas dessa forma o Brasil poderia seguir o caminho do progresso. Tomando as *Páginas da História do Brasil*, como uma continuação de *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias*<sup>198</sup>, Felício dos Santos garante que toda a revolução pela qual o Brasil estaria disposto a passar seria necessária visto que em 1863, os Conservadores retomariam o poder. Fica nítida a responsabilidade do partido liberal para com as mudanças na política e na sociedade brasileira.

Como Felício dos Santos publicava em seu próprio jornal *O Jequitinhonha*, poucas obras tiveram um prefácio e puderam ser compiladas por ele mesmo, isso ocorreu somente com *Memórias do Distrito Diamantino* na qual ele caracteriza sua obra como essencialmente bairrista. Tal defesa, ainda no prefácio, traz à luz a relação que o escritor tinha com o que escrevia e com o local do qual estava escrevendo. O vínculo de Felício dos Santos vinha principalmente da defesa do distrito, colocando-se como parte do que estava sendo feito, uma forma diferenciada de se considerar o “autor-nação” defendido e apresentado por Rodrigo Turin<sup>199</sup>.

Seguindo os parâmetros de Rodrigo Turin, faremos uma análise dos três *topoi* recorrentes na escrita do século XIX, que qualificam e restringem os enunciadores: sinceridade, cientificidade e instrumentalidade<sup>200</sup>, provando mais uma vez que Felício dos Santos se desloca do padrão do historiador oitocentista. A sinceridade em Felício não é fundamental, visto que ao utilizar da ficção ele joga com deslocamentos textuais, misturando fatos e invenções. Ele também é um crítico da cientificidade formal exigida no século XIX, fazendo fortes críticas à ciência da paleontologia e da arqueologia, por exemplo, através do método científico que garantia a neutralidade e que as fontes certificariam a teoria apresentada, o que ele mostra com ironia em sua obra, pois o pesquisador poderia utilizar os vestígios encontrados para legitimar sua teoria. Quanto à instrumentalidade, Felício dos Santos faz uma obra para emancipação, uma história anti-oficial que levaria ao estudo de histórias regionais não tão marcadas pelo cientificismo exigido.

---

<sup>197</sup> TURIN, 2009, p. 13.

<sup>198</sup> A partir desse ponto a obra *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* (1862), passa a ser referida como *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias*.

<sup>199</sup> TURIN, 2009, p.14.

<sup>200</sup> Ibidem.

Para Turin<sup>201</sup>, o compromisso com a “verdade histórica” estava em equilíbrio com o “amor à pátria”, dessa forma o caráter antiquário que garante o apego às fontes seria parceiro da erudição e da retórica, garantindo a formação da figura autoral do escritor oitocentista. Em Felício dos Santos, o historiador não se compromete com a verdade e a sinceridade histórica, a história seria usada para convocar mudanças para a pátria, sem a utilização do método científico exagerado, marca do século XIX, e nem por meio da ação antiquária muito criticada quando utilizada sozinha, sem um fundo teórico e de pesquisa. Apesar de ser contemporâneo de muitos historiadores que detinham o mesmo perfil traçado por Rodrigo Turin, se diverge deles não apenas por escrever uma obra futurística, mas também por deter uma visão diferenciada do que era escrever história e como dar a ela uma função para a sociedade em que vivia.

Encontramos em Felício dos Santos o questionamento de Kant, explorado por Koselleck<sup>202</sup>, sobre quem faz a história ser o mesmo que a enuncia (a história *a priori*). Por se tratar de duas obras futurísticas, os textos de Felício dos Santos cumprem sua enunciação, visto que ele cria uma teoria marcada pela representatividade liberal e a atuação do partido no presente, narrando com rigor poético e de fontes comparativas um futuro livre da monarquia, cuja principal característica é a modernidade. A teoria construída principalmente em *Páginas da História do Brasil*, em que o texto se inicia no ano de 1868, é transferida para o futuro, “presenciando” a enunciação teórica apresentada no começo do texto. O próprio autor escreve e enuncia a História, que se torna possível através da teoria que ele constrói e tenta colocar em prática em seu tempo presente. A moral fiel aos ideais da pátria vai à contramão das obras produzidas naquele momento, a escrita afetiva tem sua responsabilidade com o futuro da população abdicando de uma autoridade que se faz literalmente abstrata nos textos: o imperador e a monarquia. O modelo imperial não poderia mais seguir, e a responsabilidade de Felício dos Santos com a nação, de forma patriótica, incentiva o fato de que essa mudança deveria ser feita pelas mãos dos liberais, que assegurariam o futuro descrito.

A cientificidade da obra se daria através do método comparativo, pois se tratando do futuro seria impossível reunir documentações que provassem a enunciação do autor, porém os debates e discursos do presente apresentados através da

---

<sup>201</sup> Ibidem, p.17 e 18.

<sup>202</sup> KOSELLECK, 2006, p.120.

conversa entre os conselheiros de Dom Pedro II, são tomadas como testemunhos de uma realidade, que é confirmada como infeliz e medonha através dos monumentos (considerados do passado) que surgem como ruínas no ano 2000, como por exemplo o busto de D. Pedro II que assustava e colocava medo nas crianças. O desenvolvimento tecnológico também pode ser visto como uma fonte, que comparada ao presente e ao atraso gerado pela monarquia, levaria o Brasil a um futuro brilhante. Os jornais citados em *Páginas da História do Brasil*, também são tratados como fontes, como o *Punch*, de origem inglesa e o *Opinião Liberal*, que circulavam no Brasil no século XIX. Sobre o último, Felício dos Santos utiliza de fontes já apresentada aos leitores, ao narrar, por exemplo, o episódio em que Sergius Pugirá conta ao espectro de D. Pedro II (sem saber quem ele era), como o imperador plagiou os poemas que escreveu:

Eis quem era o teu grande poeta Pedro II, um plagiário, o plagiário de mãos versos. Deste furto foi ele acusado já mesmo em seu tempo. Um jornal da época, a *Opinião Liberal*, que o acusou, disse: “Pobre Garção! Nem depois de morto deixam-te repousar os Braganças! Em vida a modéstia bragantina infringiu-te 15 anos de cárcere, em morto a modéstia bragantina rouba-te os versos! ”.<sup>203</sup>

Já o *Punch*, era extremamente satírico, porém D. Pedro II ignora todo o ataque à família real e ainda valorizava o jornal. Em diálogo com Visconde, na obra *Páginas da História do Brasil*, D. Pedro II é convencido de que uma forte crítica era feita à sua pessoa:

- Bem previa eu, Senhor, que o *Punch* não elogiava a V. M. é um jornal satírico.  
 - É inveja de meus conhecimentos, visconde, conhecimentos de omni re scibili et quibusdam aliis<sup>204</sup>. Que grande homem já houve que não criasse invejosos? Já o esperava. Não podem negar ser eu o maior sábio do século XIX, e por isso fazem-me guerra com o ridículo. Vingam-me a posterioridade: meus olhos se mordeirão de raiva, quando virem meu nome divinizado pelos verdadeiros sábios.  
 - O *Punch* bem mostra ser um jornal só lido nas tavernas de Londres.<sup>205</sup>

<sup>203</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 03/04/1870, edição nº 23, página 1 e 2.

<sup>204</sup> Cognoscível e algumas outras coisas (Tradução nossa).

<sup>205</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 11/04/1869, edição nº 33, página 2 e 3.

Ambos os jornais citados, ainda que publicados em países diferentes, ressaltam o caráter pragmático da obra futurística. *O Opinião Liberal* traz informações já consolidadas sobre um plágio feito por Dom Pedro II na publicação de uma poesia. Tal ação é consolidada no futuro e é utilizada para garantir a veracidade da informação. Já *O Punch*, continua denegrindo e satirizando a imagem de Dom Pedro II, reafirmando, em uma estratégia de escrita da história, que o imperador levaria o Brasil à vergonha e ao escárnio se continuasse no poder. Uma fonte válida à outra.

As identidades do autor e da nação se confundem, porém, para não iniciar uma narrativa sem tomar a princípio as leis que a regem, o autor se integra, estabelece uma relação orgânica com o povo, quase que assumindo a responsabilidade da escrita de uma História na qual ele é integrante e participativo. No caso de Felício dos Santos, essa personalidade é representada pela responsabilidade do partido Liberal em fazer a revolução, realizar algo grande por meio da qual haverá uma mudança de perspectiva política dos brasileiros, negando por completo a monarquia.

Fica nítido como Felício rompe com o método da tradição imperial de escrita da história, ao escolher tratar de uma história regional, de usar a sátira, de inserir elementos da tradição oral às fontes utilizadas e escrever uma obra futurística rompendo com o método cientificista e legitimador que tentava transmitir uma história legítima através do método científico.

Escrevendo na segunda metade do século XIX, com as mudanças do IHGB em alta, Felício dos Santos ironiza o cientificismo, conforme ele apresenta em várias referências que faz a autores europeus ou a trabalhos internacionais que foram publicados pelo Instituto.

Não sabemos se o leitor crê na magia, no mesmerismo, no eletro-biologismo, nos médiuns, nas mesas rodantes e falantes, nos *spirits rappings* dos americanos; em Mirville, Gougenot, E. Levi, V. Annequim, R. Houdin, H. Carion, Guldestubbe, A. Kardec, Home, e mil outros que escreveram a respeito do espiritismo. Nós cremos firmemente: somos espíritas.

Laboulaye fora voltairiano, darwinista, evolucionista, transformista, e não sabemos o que mais; passou-se a espiritista depois que Jonathan Dream inspirou-lhe o seu Paris na América.

Também éramos tudo isso, e mudamos de opinião depois que o celebre médium russo Dr. Tsherepanoff mostrou-nos um volume da História do Brasil trazido do século XXI. A diferença é que Laboulaye é um escritor inspirado, e nós simples editor.<sup>206</sup>

<sup>206</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 12/12/1869, edição nº 7, página 2 e 3.

Estar por dentro das últimas novidades da ciência, traz uma autoridade quase que inútil ao historiador, o que é representado em Felício dos Santos em forma de ironia máxima. Ele é um romântico, que traz principalmente a crítica do que é ser cientificista no século XIX.

Renata Freitas nos apresenta a trajetória de José de Alencar, que assim como Felício dos Santos nunca foi membro do IHGB, porém isso não o impediu de escrever uma História do Brasil e ser reconhecido como um famoso romancista. Ao longo de suas obras, principalmente *As Minas de Prata* (1862-1865),

Alencar se valeu, para escrever essa vasta obra, composta de múltiplas sub-tramas e de longo enredo, de diversos recursos para garantir a verossimilhança de sua história, tais como notas, citações a cronistas no corpo do texto, digressões sobre o contexto histórico e adoção de formas narrativas do século XVII.<sup>207</sup>

O romance histórico oitocentista pode ser analisado por meio da historiografia, visto que os autores deste período utilizam a ideia de “passado” como de análise no século XIX. Flora Süssekind<sup>208</sup> ressalta a formação do narrador da prosa de ficção brasileira do século XIX, e como a escrita embasa e se remete à outras narrativas publicadas no período, como relatos de viajantes, manuais de arqueologia e paleontologia. Tal análise se faz nítida na leitura de *Açayaca*, (1862-1863), na qual são utilizadas teorias de viajantes sobre a população indígena, além da gama de histórias e superstições sobre a cultura indígena. Do mesmo modo, monografias sobre delimitação territorial e formação do Arraial do Tijuco, por meio de leis e decretos são também utilizados em *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862). Porém, para a análise das obras futurísticas aqui trabalhadas, Felício dos Santos segue apostando mais nos tratados publicados próximos a escrita de sua obra e à pesquisa sobre seus contemporâneos, utilizando de outros trabalhos e inovações do presente para criar rupturas e continuidades para o Brasil nos anos 2000. Assim como na obra de Alencar, o final da ficção de Felício dos Santos tem uma solução própria.

Mesmo não estando no panteão de monografias do IHGB, José de Alencar e Felício dos Santos tiveram suas obras reconhecidas como importantes para análise da escrita da História do Brasil oitocentista. Assim como Alencar, Felício dos Santos começa sua produção ambientada no Brasil Colônia, publicando sua obra mais

---

<sup>207</sup> FREITAS, 2009, p.12.

<sup>208</sup> SUSSEKIND, 1990, p.179.

famosa *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862), porém toda essa crítica ao passado e à monarquia vai se intensificando, tendo em *Acayaca* (1862-1863) sua transição e chega finalmente aos dois textos futurísticos apresentados, que representam o Brasil livre do mal monárquico, criticando o passado pela via do futuro, transformando-o em museu devido à aceleração da história, almejando ir ao futuro de forma que a historicização se torna complementar ao futurismo.

Rafael Bosisio<sup>209</sup> traz na imagem de Joaquim Manuel de Macedo, a literatura como meio de execução do projeto de uma nação brasileira. Tendo seus romances publicados em forma de folhetim no *Jornal do Commercio*, Macedo era um escritor muito querido, bem visto pela sociedade e pela família real. No campo intelectual e político preocupado com a formação de uma história nacional, o romantismo unido às invocações e à ideia de progresso abraça o projeto de construção da nação. Macedo auxilia na consolidação do gênero romântico no Brasil e o insere no projeto nacional.

Na obra de Macedo, aparece pela primeira vez no Brasil a figura virtualmente profissional do escritor, o homem que mesmo não vivendo da sua obra (que seria impossível no acanhado meio do Rio de Janeiro daquele tempo), se apresenta e é avaliado como produtor regular de textos que formam um conjunto, mediante o qual será aplaudido ou rejeitado. O seu papel social, sob este aspecto, foi decisivo.<sup>210</sup>

Os romances tinham um caráter de moral e civilidade, e por isso foram bem aceitos pela corte e pelas famílias brasileiras. Com o caráter de projeto nacional, a elite intelectual viu no romance uma forma de diversificar a maneira como as ideias deste projeto chegariam ao público. O ideal romântico nacionalista utiliza de uma linguagem mais eficiente apresentada através da vida cotidiana e dos lugares que o autor frequentava.

Felício dos Santos por sua vez cria um romance sobre o novo, o outro, a cultura diferenciada dos indígenas. Em *Acayaca* (1862-1863), obra polêmica e dinâmica, ele critica severamente a monarquia e seu nome não cai nas graças da corte. Desta forma, propõe um projeto coletivo para o futuro, um Brasil livre da monarquia, utilizando-se da linguagem romanesca para atingir um maior número de pessoas e leitores, eruditos ou não, da sociedade brasileira.

---

<sup>209</sup> BOSISIO, 2010, p. 68.

<sup>210</sup> CÂNDIDO, 1999, p.45 apud BOSISIO, 2010, p.68.

Há neste âmbito, uma ausência dos estudos sobre as obras de Felício dos Santos que tratam da História do Brasil. Ele é reconhecido pelas revisões no *Código Civil Brasileiro* e pela obra *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862). Dada a importância dos escritos do autor para o período, vale ressaltar que muitas obras escritas por intelectuais que não estavam em pauta foram descartadas do cenário historiográfico durante o século XIX. Pedro Afonso dos Santos cita a obra erudita de Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, como um esforço de extrema importância sobre a formação e desenvolvimento do Arraial do Tejuco. Porém, o debate levantado gira em torno da figura do erudito, que no oitocentos acaba por prejudicar os estudos históricos desenvolvidos no momento.

Na constituição da história como saber próprio, a erudição, entendida como estudo de primeira mão, direto nas fontes, e estabelecimento rigoroso dos fatos (ou de sua feição mais provável, de acordo com os documentos), ocupava lugar essencial, aparecendo como traço marcante entre os autores considerados historiadores de fato.<sup>211</sup>

O esforço do historiador oitocentista de colher dados, confirmar fontes e revelá-las são validados pela Revista do IHGB, agraciados pelo fato do historiador de uma História Geral fazer um resumo sobre a história colonial. No entanto, o gênero literário visto na história, foi ganhando força paralelamente ao exame de documentos, consulta de arquivos e análise minuciosa de questionamentos e pessoas ao longo do século<sup>212</sup>. Para Pedro Santos, a erudição teria que se tornar indispensável ao ofício de historiador, pois a crise da história não teve reflexões significativas entre os historiados brasileiros, mas pôde ser sentida pela perda de orientação do IHGB.

O resultado óbvio desse alheamento e do distanciamento das fontes primárias foi à produção de uma História do Brasil, erudita e diletante, operando quase sempre no campo da história política, fática por excelência, e tendo apenas a biografia ou os manuais com generalizações de segunda mão, como forma de apresentação dos trabalhos.<sup>213</sup>

Valdei Araújo ajuda a compor essa gama de interpretações sobre a escrita da história no século XIX e nos chama a atenção para o fato do IHGB não ser apenas

---

<sup>211</sup> SANTOS, 2011, p.2.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>213</sup> Anais do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros e I Seminário de Estudos Brasileiros. São Paulo: IEB, 1972, p. 37-38 *apud* SANTOS, 2011, p.13.

uma fábrica de ideologias, em certo momento ele se tornou um espaço autônomo da prática intelectual. O processo e eventos históricos que levaram a uma disciplinarização do método da escrita foram os mesmo que permitiram uma autonomização neste campo em uma linha de produção dúbia. Araújo tenta desmitificar a ideia de um projeto seguido pelo IHGB, o foco é trabalhar com a ideia de evento e estrutura que embasaram o processo histórico.

Para tratar desses fenômenos históricos, ele cria duas categorias: a compilatória e a disciplinar.

Em especial a categoria disciplinar deve ser entendida com maior cautela, pois para nós serve como resumo de um longo percurso histórico que do ponto de vista de sua realização pode parecer linear e coerente, mas que nos diferentes momentos históricos é mais ambíguo. (...) A prática compilatória, permitida por um modelo de autoria ainda difuso, colaboraria para o aprofundamento da experiência moderna e, de modo ambíguo, para a emergência de novos padrões historiográficos e autorais que depois colidiriam com a prática compilatória.<sup>214</sup>

A categoria disciplinar produziria um número excessivo de histórias nacionais, que quando compiladas para forjar uma história universal, levariam à experiência do singular coletivo. A compilação, por outro lado, apresentando um modelo de autoria difuso, seria apenas uma continuação em direção ao presente, se tornando um acréscimo constante de capítulos e páginas, como de fato ocorreu com a escrita de várias histórias nacionais. O presente se torna um campo de batalhas, o autor não sabe se afasta ou se insere na narrativa e o público é utilizado para decidir sobre a utilidade da obra. Esta era a situação da escrita da História do Brasil Joanino. Após 1822, a necessidade da legitimação e do reconhecimento da independência era simultânea à necessidade do Estado de recrutar letrados nacionais e estrangeiros para produzir uma narrativa que homologasse a nacionalidade. Ter conhecimentos históricos passou a ser fundamental para a tomada de decisões na vida cotidiana<sup>215</sup>

Araújo traz a importância dos jornais nesse processo de reconhecimento do novo, o novo modo de se escrever história, de sentir e de aceitar o novo homem político, o homem do Estado que estava surgindo. Novos mecanismos de compreensão de uma nação e de seus indivíduos necessitavam ser desenvolvidos. O tempo presente não permitiria ao historiador oitocentista a produção de uma história por

---

<sup>214</sup> ARAUJO, 2015, p.368.

<sup>215</sup> Ibidem, p. 375.

mecenato, mas sim pelo conflito que produziria a verdade. As disputas do período Regencial comprovaram isso.

A imprensa periódica promovia um debate tumultuado, onde vender a escrita de uma história era visto com maus olhos. Em 1838, quando o IHGB é criado, ele tenta se manter longe da tumultuada imprensa periódica, criando uma autonomia que ao mesmo tempo estava delimitada a “um padrão disciplinar fundado na especialização, despolitização (entendida como não-partidarismo) e um maior controle interno dos considerados pares da atividade do historiador”.<sup>216</sup>

A trajetória historiográfica de Felício dos Santos pode ser apreciada por meio das colocações de Valdeir Araújo, o jornalista, com formação em direito e atuante na vida política, começa seu jornal em 1860 escrevendo textos como *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862), de extrema erudição e uma catalogação de fontes como documentos oficiais, relatos de viajantes, dados geográficos e testemunhas. Uma obra reconhecida posteriormente por seu esforço de pesquisa e análise, mas que não atendia ao caráter geral, ela seria apenas mais um capítulo em uma História Geral. *Acayaca* (1862-1863), cujo gênero é o romance, se destaca pelas complexas informações sobre o modo de vida dos indígenas, como eles afetaram e auxiliaram a formação do Arraial do Tijuco. Mais uma vez a obra é concentrada apenas na região do Serro, mas pode perceber certa integração com outras formas de se escrever a história do Brasil. Ainda que ele não esteja escrevendo uma história provinda do embate e do conflito característico do espaço jornalístico, a ficção unida a informações oficiais enriquece a escrita da história.

Quando Felício dos Santos opta por dar continuidade ao texto futurístico *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias*, através do texto *Páginas da História do Brasil*, ele se mostra completamente confortável em seu espaço de autonomia, que é agraciado pela utilização do jornal como meio de promover seu folhetim, por meio do qual o público é utilizado como júri de suas obras.

Não foi encontrado em nossas pesquisas, nenhum pedido, por parte de Felício dos Santos para integrar o conjunto de sócios dos IHGB, nem por consequência nenhuma carta de aceitação ou negação a este suposto pedido. O que temos é a indiferença do Instituto com relação aos textos de Felício dos Santos, contemporâneos há muitas monografias que tratavam da História do Brasil e foram publicadas pelo IHGB.

---

<sup>216</sup> Ibidem, p.395.

Sérgio Gonçalves nos traz luz à questão da cientificidade que era marca e sinônimo de modernização para a escrita da História oitocentista, responsável pelo processo civilizatório e pela ideia moderna de memória coletiva. “O resultado foi o desenvolvimento de uma *cultura historiográfica* que buscou controlar o passado e a projetar o futuro com vistas à modernização civilizatória”<sup>217</sup>. Desta forma, a consciência histórica se torna o campo de atuação da experiência e da intenção do tempo que processa a vida humana. As experiências da vida prática são interpretadas com base nas intenções de agir, de forma que a cultura historiográfica se torne presente e integrada a uma auto interpretação do homem. O presente e todas suas estruturas latentes remetem a um passado, e por isso ele é compreendido. O mesmo recurso pode ser visto em Felício dos Santos que utiliza da construção dessa memória coletiva, fruto de uma cultura historiográfica moderna para projetar um futuro, sendo assim ele cria experiências fictícias e faz com que a intenção delas se tornarem reais e estejam ligadas apenas a forma como o homem atua no presente, ou seja, através da sua prática, motivando uma ruptura com experiências do passado para que o novo fosse criado. A consciência histórica negaria experiências no tempo, por serem negativas e criariam novas intenções que levariam a uma prática de luta e mudanças.<sup>218</sup>

Arnaldo Momigliano nos apresenta o antiquário moderno, indivíduo que revolucionou o método histórico, o gosto e a forma de análise da História estabelecendo padrões e questionando o antigo raciocínio de análise.

A atuação dos antiquários, teria resultado na elaboração de um conjunto de regras e procedimentos que contribuiriam para sustentar a relevância e, até mesmo, a própria possibilidade do conhecimento histórico em meio às disputas céticas.<sup>219</sup>

Importantes para a formação de um novo método histórico e na moderna escrita histórica sobre temas antigos, o antiquário mostrou como utilizar evidências não literárias ressaltando a diferença entre coletar e interpretar fatos.

Eu presumo que para muitos de nós a palavra *antiquário* sugere a noção de alguém que estuda o passado, mas não é bem um historiador, porque: (1) historiadores escrevem em ordem cronológica, os antiquários escrevem de maneira sistemática; (2) histori-

---

<sup>217</sup> GONÇALVES, 2007, p.4.

<sup>218</sup> Ibidem, p.8.

<sup>219</sup> MOMIGLIANO, 2014, p.19.

adores produzem aqueles fatos que servem para ilustrar ou explicar uma determinada situação, enquanto os antiquários coletam todos os itens que estão relacionados a um certo tema, ajudem estes ou não a resolver seus problemas.<sup>220</sup>

No século V, a história erudita e a pesquisa histórica eram mantidas separadamente, História era basicamente história política e tudo que não fosse político os antiquários poderiam utilizar. Nos séculos XVI e XVII, o termo antiquário era caro aos humanistas por caracterizar um indivíduo que estudava e coletava tradições antigas e seus vestígios, porém, a análise de relíquias coletadas por um antiquário era muito frágil para ser chamado de história.

Na segunda metade do século XVII, a distinção entre estudantes clássicos e não clássicos começou a desaparecer. Coletando evidências fora das fontes literárias, os antiquários forçaram o surgimento de uma nova interpretação, de novas histórias, porém nenhum deles substituiriam historiadores clássicos. A grande reforma do método histórico permitiu que a nova história criada pelos antiquários fosse considerada. Acreditava-se, contudo, que fontes documentais, declarações públicas e moedas monumentos eram mais qualificáveis que as fontes literárias. O valor de uma história dependeria da quantidade de documentos públicos, oficiais, moedas que foram examinadas. A evidência não literária, baseada na tradição contraria com a fidelidade de testemunhos, equívocos intencionais, crenças populares, a seleção de uma tradição válida e de todos os fatores que a fizeram ser deixada de lado por um bom tempo. A escrita da história contava com a quantidade de evidências analisadas que era dada pelas fontes documentais. O senso comum não permitia se pensar que documentos oficiais, moedas dentre outras evidências poderiam ser facilmente forjados assim como as fontes literárias. No século XVII e início do XVIII, uma atenção especial às fontes não literárias passou a ser dada.<sup>221</sup>

Um antiquário poderia se tornar um historiador ou ajudar um a escrever histórias de um novo tipo. Nos setecentos, toda a dúvida ao redor das evidências não literárias foram repensadas com a descoberta da Itália pré-romana, que ocorreu basicamente através de evidências não literárias. O historiador setecentista era caracterizado basicamente pelo objetivo de buscar a verdade de cada evento e evidência que encontrava através do melhor método. Antiquário e historiador buscavam a verdade factual, sem a interpretação das causas ou o exame das consequências.

---

<sup>220</sup> Ibidem, p.22.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 35-38.

Quando historiadores “filosóficos” começaram a atacar a erudição, o prestígio tanto dos antiquários quanto dos historiadores “eruditos” foi afetado. (Ambos) foram capazes de esquecer que a história é reinterpretação do passado que leva a conclusões a respeito do presente. (...)

Temas como arte, religião, costumes e comércio, que até então haviam pertencido ao campo do antiquário, transformaram-se nos assuntos que historiadores filosóficos naturalmente tratavam, porém dificilmente da mesma forma que os antiquários os estudavam.<sup>222</sup>

Até o final do século XVII, os antiquários não foram incomodados, estudavam fontes não literárias e não se preocupavam com a cronologia da evidência. No século XVIII, os antiquários começam a perder o controle sobre as evidências não literárias, pois os historiadores passam a aceitar cada vez mais os métodos antiquários de validá-las. Tal questão se agravou quando no final do mesmo século a erudição e a filosofia não se mostravam mais opostas. Combinar história filosófica com o método de pesquisa antiquário se tornou o objetivo de muitos historiadores do século XIX.

Ele implica duas coisas difíceis: suprimir constantemente o impulso de julgar *a priori* que é intrínseco à abordagem generalizante do historiador filosófico e, por outro lado, evitar a mentalidade antiquária com seu apreço pela classificação e pelos detalhes irrelevantes.<sup>223</sup>

Para Momigliano, o antiquário salvou a história dos cétricos,

Sua preferência pelos documentos originais, sua engenhosidade em desbaratar falsificações, sua destreza em coletar e classificar a evidência e, acima de tudo, seu amor ilimitado pelo estudo são as contribuições dos antiquários à ‘ética’ do historiador.<sup>224</sup>

A influência deste método pode ser sentida na mudança de perspectiva das obras de Felício dos Santos. O autor utiliza muitas fontes literárias ao longo de *Memórias do Distrito Diamantino*, como para comprovar a veracidade dos fatos, leis, documentos oficiais, mapas, cartas, testemunhos e relatos que são demasiadamente utilizados. Em *Acayaca*, é grande a crítica que ele faz aos estudos geológicos,

---

<sup>222</sup> Ibidem, p.44 e 45.

<sup>223</sup> Ibidem, p.49.

<sup>224</sup> Ibidem, p.51.

apresentados por ele como fácil de se forjar, porém a análise da cultura indígena é muito presente, assim como a do Arraial do Tijuco.

Em *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias*, Felício dos Santos nos apresenta, quase que fiel à descrição de Momigliano, a união do erudito e do anti-quário. Em um primeiro momento, através da personagem do Dr. Jeremias, é evidenciada a capacidade do pesquisador de viajar por todo o mundo recolhendo vestígios e gastando apenas dois meses na composição de sua obra, trabalho esse facilitado pela chegada da energia elétrica.

É um trabalho monumental. O Dr. Jeremias gastou dois meses e quatro dias na sua composição! Ocupado constantemente com a sua empresa, não poupou sacrifícios. Viajou o mundo inteiro colhendo documentos históricos: revolveu as ruínas de Londres, de Paris, de Hamburgo, de Bruxelas, de Lisboa, e de outras cidades tão florescentes nos tempos antigos; em uma palavra todo o lugarejo, onde supunha que poderia encontrar algum esclarecimento, foi visitado. Graças aos progressos da civilização hoje são tão fáceis essas investigações! A eletricidade: - tal é a grande alavanca do século.<sup>225</sup>

Por outro lado, o erudito, o poliglota, o homem da ciência faz uma paródia e ironiza o *ethos* do historiador oitocentista, o futuro ligado à tecnologia, se torna uma grande sátira através da ficção permeada por um conteúdo crítico político.

O Dr. Jeremias é um escritor de vasta erudição. Fala perfeitamente um milhão de línguas, sabe cabalmente dois milhões de ciências, e três milhões de artes e ofícios. Sua – História do Brasil- é completa imparcial, minuciosa compreende o espaço de 1362 anos, 4 meses, 8 dias e 26 minutos, isto é, começa no descobrimento do Brasil e termina-se no momento em que ele deixará a pena de historiador. Todos os fatos importantes ocorridos nesse espaço de tempo aí são relatados com toda a imparcialidade. Digo “importantes” porque o Dr. Jeremias para não fatigar o leitor não desce a minudencias que nenhum influxo tiveram nos progressos da civilização brasileira.<sup>226</sup>

A personagem do Dr. Jeremias é a expressão do historiador que pretendia-se moldar no século XIX, extremamente minucioso com datas, períodos, quantidades e fontes escrevendo obras gigantescas, adaptadas pelo método científico que estava entrando em voga no século XIX e do qual Felício dos Santos se afastava por julgar não ser um método eficaz nem prático aos escritos históricos. No futuro,

<sup>225</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 22/11/1862, edição nº 47, página 1 e 2.

<sup>226</sup> Ibidem.

em forma de sátira, ele reverte o processo de formação do historiador que estaria ocorrendo no século XIX, às obras deste período encontradas no século XXI seriam cansativas e demoradas, chamando a atenção pelo seu tamanho e uma riqueza, quase ineficaz, de detalhes.

Para capítulo seguinte, utilizaremos as teorias de Reinhart Koselleck, sobre os modelos de estratificações temporais, que por meio da temporalização do futuro, podem definir caráter utópico ou prognóstico de determinados textos.

Meu tema é a irrupção do futuro na utopia, ou, em outras palavras, a incorporação da utopia na filosofia da história, a qual, em sentido estrito, só existe desde a segunda metade do século XVIII. Ou seja: temporalização da utopia.<sup>227</sup>

O tempo histórico visto por meio de estruturas, sendo elas de curta, média e longa duração, quando escalonadas podem permitir que a escrita de uma história futurística seja ficcional quando analisada na curta e média duração, ou um prognóstico quando o texto apresenta um grande distanciamento temporal do momento da escrita (longa duração). A ironia e a sátira, inseridas no contexto da escrita da História do Brasil oitocentista, também serão analisadas. Concepções caras a Hayden White, que também nos ajuda a questionar a responsabilidade do historiador para com seu exercício.

As teorias de Hans Gumbrecht sobre o cronótopo tempo histórico, *Stimmung* e efeitos de presença unidas às considerações sobre a atmosfera na qual Felício dos Santos escreveu, nos permitem utilizar suas obras como um fio condutor que interligam essas teorias, levando a uma análise mais completa e complexa de seus textos.

## **Capítulo IV: A escrita da História do Brasil: temporalização do futuro, *Stimmung* e tempo histórico**

### **IV.I Temporalização do futuro: utopia e prognóstico**

---

<sup>227</sup> KOSELLECK, 2014, p. 122.

Para tratar da questão temporal utilizamos as teorias de Reinhart Koselleck, que analisa as relações de reciprocidade do tempo presente com a dimensão temporal do passado e do futuro: “No processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou usando a terminologia antropológica entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’”<sup>228</sup>. O objetivo é demonstrar como a manipulação das dimensões temporais funcionam como arma e ação política, que juntas mobilizam a experiência social.

A utilização política direta da ‘História’, que atingia um amplo público de ouvintes e leitores, só foi possível porque a História foi entendida não apenas como ciência do passado, mas sim como espaço de experiência e meio de reflexão da unidade de ação social e política que se tem em vista.<sup>229</sup>

Desta forma, a perspectiva de um novo futuro só pode ser compreendida através de um novo passado. O campo de experiência torna-se a perspectiva experimentada de um futuro que Felício dos Santos prognostica, por meio de um presente onde estão em conflito a liberdade e a autoridade. A perspectiva engole por completo a experiência.

É fundamental realizar uma análise temporal, ressaltando a escrita da História do Brasil no tempo futuro. Para Koselleck a interpretação de uma linguagem deixa uma possibilidade em aberto, aberta ao leitor, que reconhece e dá sentido ao que é lido. “O fato de podermos deixar algo em aberto, de podermos ponderar e sempre reconsiderar suas possibilidades é mais do que um dos atributos naturais úteis de um ser vivo”<sup>230</sup>. O homem só faz sentido no tempo, pois assim como as obras futurísticas de Joaquim Felício dos Santos, escritas entre 1868-1873, só ganharam sentido a partir da distância do momento da escrita do texto até o momento de suas ressignificações futuras, dando a oportunidade para o escritor procurar meios adequados para alcançar o futuro proposto. Felício dos Santos utilizando da sua atuação como jornalista reconhece o que seria um futuro atraente para os brasileiros que viviam sob o regime monárquico. O futuro proposto passaria a ser possível, desde que fosse seguida a ordem de alteração no presente, proposta pelo escritor.

---

<sup>228</sup> KOSELLECK, 2006, p.16.

<sup>229</sup> KOSELLECK, 2013, p.190.

<sup>230</sup> KOSELLECK, 2014, p.114.

Porém nenhum desses efeitos ou análises seria possível se o leitor e o próprio escritor não utilizassem de uma ação subjetiva para tornar possível tal comunicação. A narrativa e a forma como ela é construída, nos permite levar a fundo a história criada. “O que caracteriza todas as nossas histórias, o que as transforma em histórias, é o fato de as narrarmos sempre de novo”<sup>231</sup>. A hermenêutica tem um papel central para a análise da história e sua escrita, pois nos ajuda a entender como a importância da narrativa e do reconhecimento humano recíproco, permite o efeito da compreensão e interpretação de determinada história. No caso de análises de obras futurísticas, a hermenêutica é fundamental para separar e possibilitar ao mesmo tempo a tênue divisão daquilo que é historicamente impossível e daquilo que ocorreu ou poderá ocorrer. Através dela, podemos discernir o que é fundamental para a análise dos textos de Felício dos Santos: uma utopia, ou uma projeção possível.

Diferenciar estas duas técnicas de escrita, está além de fazer uma análise puramente narrativa ou filológica, assim como propõem Koselleck, é necessário fazer uma temporalização desta utopia, incorporá-la à filosofia da história, analisando a sátira contida nela através do humor, da ironia e da seriedade. Seguindo a tendência de escrita de utopias que vem tomando força desde o século XVIII no mundo, Felício dos Santos no texto *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias* apresenta um *contra mundo* no futuro, deduzido pelo presente em que escreve voltado para o passado, através da narrativa de um passado (presente) que possibilitou o futuro imaginado. Encontrar a dimensão temporal do futuro da utopia ou da projeção é fator primordial para diferenciar a importância e a finalidade destas duas narrativas.

(...) a utopia já não podia mais ser estabelecida nem na nossa Terra presente nem no além, era preciso recuar para o futuro. Finalmente haviam encontrado o espaço de desafogo para o qual a imaginação, infinitamente reproduzível como o tempo, podia fluir livremente.<sup>232</sup>

Felício dos Santos convoca a sociedade leitora de seus folhetins, para se responsabilizar pelo futuro narrado, mostrando que somente uma ação coletiva da população e dos liberais permitiria que o futuro fosse ilimitado, narrado com uma possibilidade infinita de realidades reproduzidas e fluindo livremente.

---

<sup>231</sup> Ibidem, p.116.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 124.

Diferente da utopia, que ganha credibilidade de acordo com a distância proposta pela narrativa, à projeção futurística só ganhará credibilidade e realidade se o presente for alterado o mais rápido possível. O horizonte de expectativa proposto deve funcionar como força motriz para uma ação no presente, já que o passado não cabe mais. Na utopia futurística, o futuro não pode ser observado nem verificado, não pode ser alcançado pela experiência. Por isso, é considerado, dentro do repertório da criação ficcional, um feito genuíno e puro da consciência do autor.<sup>233</sup>

Felício dos Santos projeta um futuro, que só seria possível através de uma revolução liberal e do povo, visto que em 1863, os conservadores retomaram o poder, porém, a possibilidade do acontecimento desta revolução, seria motivada pela leitura de seus folhetins e pela ação política do partido liberal e republicano. Pode-se inferir que o autor se torna produtor de sua própria utopia, para possibilitar uma projeção do futuro. A ilusão de uma revolução liberal e da população sem criar possibilidades reais para que ela ocorra é uma utopia, mas a partir da realização desta revolução, ele escreve um futuro projetado, possivelmente materializado e sem grandes extrapolações fictícias.

Em defesa do uso da técnica narrativa de Felício dos Santos, operando juntamente com um ideário político, somente ele precisaria acreditar na utopia da revolução, não sendo necessário explicações mais complexas direcionada a um grande público. Convencido de que sua utopia seria possível, ele se entrega a árdua tarefa de criar um futuro preocupado com as características possíveis e reais para a população brasileira e atuante no o cenário mundial, como ele ressalta no texto *Páginas da História do Brasil*, ao falar de outras nações que haviam aderido ao progresso, à modernização e obviamente à República. Felício dos Santos criou um trampolim ficcional, um fato histórico fictício, que ocorreria naturalmente devido às insatisfações dos partidos políticos existentes, mas que seria fundamental para projetar um futuro, narrado nos anos 2000, espaço de tempo que o Brasil levaria para alcançar todas as nações em nível de progresso e desenvolvimento.

Poderia essas obras serem consideradas uma utopia espacial e não temporal?

O status ficcional de uma utopia temporal se distingue do status de uma utopia espacial. Os sinais da realidade de sua ficção não estão mais no espaço presente, mas só na consciência do autor. Só ele, nenhuma outra pessoa além dele, é o artífice da utopia, que se transforma em ucronia. A realidade do futuro só existe

---

<sup>233</sup> Ibidem, p.124.

como produto do escritor: o fundamento verificável do presente é abandonado.<sup>234</sup>

Tanto o futuro narrado como o evento que o possibilita, estão ligados ao presente, são projeções que partem da realidade vivida por aquele cidadão escritor; por aquele ser político que narra os eventos e o futuro remodelado. Para que a utopia espacial exista é de fato necessário um evento para alterar a realidade e possibilitar uma projeção, porém coloca-se a criação e a motivação do evento, em questão.

O cidadão como escritor e o escritor como cidadão: esta é também a figura antropológica básica da humanidade vindoura que Mercier, partindo de uma situação a ser determinada sociológica e inequivocamente, projetou sobre o futuro. Toda utopia futurística precisa pressupor continuidades temporais, sejam elas apresentadas abertamente ou não. A simples antítese de um *contra mundo* espacial, que até então podia ser alcançado por via marítima, agora precisa ser comunicada temporalmente. A dedução do amanhã a partir do hoje, do futuro a partir do presente, exige outros critérios de credibilidade além do salto ultramarino.<sup>235</sup>

Sendo assim, concordamos com Koselleck que toda a utopia futurística tem um contato com o presente, seja ele resgatado de forma ficcional ou empiricamente. O espaço narrado e vivido é temporalizado, criando uma sucessão geracional o autor não apresenta como o Brasil deve ser, mas como ele será sem as bases empíricas para que aquela mudança fosse seguida. O desejo não é uma possibilidade, é um futuro afirmativo, concreto; mostrando em um segundo momento o progresso dessa projeção e não apenas a contraposição do presente. Felício dos Santos apresenta uma noção de *contra mundo* no primeiro texto publicado em 1862, narrando de 2862, como foi o Brasil no Segundo Reinado e no segundo texto, publicado entre 1868 e 1873 apresenta um desenvolvimento do futuro projetado. Cabe ressaltar a importância de se temporalizar essa narrativa, tanto para o melhoramento quando para o prejuízo que pode advir desse progresso.

Como apresentado no texto *Páginas da História do Brasil*, alguns cidadãos dos Estados Unidos do Brasil, vivem em condições menos favoráveis economicamente, na antiga capital, junto aos destroços do palácio onde viveu a família real brasileira, de forma que tudo próximo à existência da monarquia se desintegraria junto a ela. Esse futuro, não foi criado para ser perfeito, ele é posicionado aos moldes da realidade de 1868, mostrando a consciência do autor, que apesar de ter como

---

<sup>234</sup> Ibidem, p.125

<sup>235</sup> Ibidem, p. 125-126.

objetivo conquistar a maior parte dos leitores, insere “imperfeições” no texto, afim de aproximar a narração da vida real dos leitores, visto que a perfeição exagerada do futuro narrado não agregaria credibilidade ao texto.

Assim, o futuro é evocado no presente por meio de argumentos históricos, se a filosofia da consciência do autor foi usada para criar o evento que alteraria o futuro; foi a filosofia da história que deu continuidade e progresso a um futuro que tem referências empíricas no presente.

O caráter utópico específico consiste na crença do ser humano em ser capaz de perceber a história por meio da consciência, e, mais do que isso, de executá-la e dominá-la. Essa filosofia da consciência se estende a todas três dimensões temporais que se relativizam reciprocamente, e ao mesmo tempo, são interpretadas progressivamente. O gênero literário se revela no artifício de ironizar a temporalização da história na execução do ato de escrever.<sup>236</sup>

A história seria reconhecida através dos postulados morais e das continuidades e não das rupturas do processo. O que a torna real é o progresso embasado em continuidades com relação ao presente/passado. O profeta histórico, voltado para o futuro, se distingue do historiador tradicional, voltado para o passado. Ao reinterpretar os elementos escatológicos de forma progressista, o chamado anti-apocalipse, cria eventos ou situações que impediriam a destruição, podendo ser recriado um futuro completamente diferente. No caso de Felício dos Santos, ele utiliza ruínas desse possível apocalipse para reconstruir o futuro. Podemos ressaltar episódios no texto *Páginas da História do Brasil*, como quando a estátua equestre de D. Pedro I é destruída para elaborar a estátua de Tiradentes; quando o busto de D. Pedro II é encontrado destruído no chão das ruínas do palácio por uma família que morava em Petrópolis, não sendo reconhecido por nenhum morador do local; a própria cidade de Petrópolis arruinada, local onde a principal atividade é o trabalho nas minas de salitre e onde residia a população mais carente, pois eram os que trabalhavam mais arduamente sendo possíveis descendentes dos membros da corte imperial.

A consciência por trás da dimensão temporal só seria percebida no presente se forçada por um futuro, ou progressivamente, ironizando o ato da escrita da história, já que tal consciência só é tomada no presente se estimulada pelo passado ou

---

<sup>236</sup> Ibidem, p. 131.

por possibilidades futurísticas diferenciadas, que mesmo assim, são apenas extrapolações possíveis da experiência obtida. Por isso, algumas utopias tendem ao equívoco, pois não conseguem recriar futuros que extrapolem a experiência do autor, pois não há como escrever algo além do seu campo de imaginação propiciado pelo presente. Felício dos Santos exclui a possibilidade de equívoco dos seus textos ao apoiá-los no presente. Ele escreve um futuro não tão perfeito, mas completamente melhorado e alterado pela mudança na forma do regime político, como a saída da monarquia e a entrada da república, se após isso um efeito cascata continuasse, naturalmente, as mudanças propostas.

O desejo como diz Kant, mas também os temores e as esperanças, anseios e receios, planejamentos, cálculos e previsões – todos esses modos de expectativa fazem parte da nossa experiência, ou, melhor, correspondem à nossa experiência. O ser humano; como ser aberto ao mundo é obrigado a viver sua vida, permanece dependente da visão do futuro para poder existir. Para ser capaz de agir, precisa incluir em seus planos a impossibilidade empírica de experimentar o futuro. Precisa prevê-lo, corretamente ou não.<sup>237</sup>

Para realizar um prognóstico do futuro, é necessário que se reúnam chances diferentes de realização daquela mudança proposta, ou seja, regras para que o objetivo seja alcançado. A História apesar de conter uma possibilidade de surpresa e de novidade em um âmbito singular e individual, identifica que este âmbito está contido em estruturas e processos que se seguem de maneira semelhante, o que afeta os eventos individuais possibilitando velocidades diferentes de mudanças.

Dizer que a história ocorre apenas de forma diacrônica é olhar somente para a sua estrutura singular e individual, porém devemos nos lembrar de que revoluções ou alterações significativas na sociedade são possíveis de se prognosticar devido à estrutura em que estão envolvidas. Mudanças singulares que ocorrem devido a um sistema estrutural histórico/temporal, comparadas a mudanças de mentalidades, por exemplo, que podem ocorrer em distintas velocidades, mas que seguem uma conjuntura de mudanças desaguando em uma revolução. Isto foi o que ocorreu no Brasil, durante o Segundo Reinado, o futuro prognosticado por Felício dos Santos só se tornou possível de uma forma superficial, porque no contexto da escrita da história, o Brasil era uma das últimas nações que seguia o modelo monárquico, sendo

---

<sup>237</sup> Ibidem, p.191

vista e reconhecida como atrasada por seus contemporâneos. Os intelectuais participantes ativamente na política, já se dividiam em facções, que envolviam conservadores, liberais e republicanos. Mudanças prováveis, individuais e pontuais que ocorreram ao longo do tempo, iriam se unir, se homogeneizar, o que levaria à troca do sistema político. Isso poderia ser projetado assim como a política que seria implantada posteriormente, visto que o republicanismo ganhava força a partir da segunda metade do século XIX.

O autor cria a forma pela qual estas mudanças seriam realizadas, quem as faria e como o Brasil se tornaria um modelo republicano. Escrever uma obra de prognóstico futurístico, principalmente quando se objetiva utilizar os leitores para que esse futuro seja possível, é saber antecipar e organizar temporalmente as mudanças individuais e pontuais de toda uma sociedade, para que ela se conscientize de que uma mudança maior é inevitável, fazendo todos desejarem essa alteração. Cabe ressaltar, que o autor que consegue ter sucesso com esse modelo de narrativa, dita o lado que alguns desses leitores ficarão, principalmente quando ideologicamente envolve-se toda a proposta de um partido político, como liberais que se encontravam divididos entre os progressistas e os liberais históricos. Realizar esse escalonamento histórico é fundamental para definir os parâmetros ficcionais de um evento que alteraria o sistema vigente.

Quando as chances de repetição histórica eram negadas, os prognósticos se perdiam na esfera de grandes desafabilidades; quando a repetitividade de possibilidade históricas era levada a sério, as chances de um prognóstico se cumprir eram maiores. Tendo em vista, então, avaliar a possibilidade de cumprimento de um prognóstico, vale identificar a estratificação temporal múltipla de uma experiência histórica que o compõe. Mas as chances de um prognóstico se cumprir aumentam com o poder, de que precisa ser suficientemente grande para realizar um prognóstico feito para si mesmo<sup>238</sup>

O escalonamento temporal e a profundidade de análise de um estrato temporal, determina a maior ou menor possibilidade de se acertar ou não um prognóstico temporal. É necessário analisar a sucessão de curto prazo, que é individual e dinâmica, sendo essa a dimensão mais difícil de realizar um prognóstico, já que não é possível considerar todos os aspectos históricos para se definir a curto prazo, o antes e o depois, domar sua complexidade e dar conta de seus aspectos amplos o

---

<sup>238</sup> Ibidem, p.199.

que se tornou impossível. Existe a análise a médio prazo, que visa a ação dos agentes de forma mais lenta e as transformações a longo prazo, causadas pela degeneração moral ou decadência da ação política de uma comunidade. A base está sempre nas alterações interpessoais, que acabam por alterar os alicerces gerais de uma sociedade. Por fim, Koselleck nos chama atenção para as transformações meta-históricas, onde é possível realocar constantes antropológicas, afastando-se da pressão das mudanças históricas. Vem dessa esfera uma máxima de experiências que podem ser repetidas. Com um alto nível de abstração as máximas meta-históricas podem ser aplicadas a situações específicas permitindo a realização de um prognóstico com sucesso. As novas experiências podem se tornar um efeito surpresa, futuramente incontrolável, como no texto de Joaquim Felício dos Santos, quando ele narra à implantação do telégrafo e a rapidez da troca de informações nos anos 2000. Em um diálogo entre o espectro de D. Pedro II nos anos 2000 e o Dr. Tsherepanoff, o monarca se surpreende com o avanço tecnológico.

- V. M. não vê o telégrafo dando sinal do alto daquela torre? Disse o espiritista apontando para um castelo que ficava fronteiro. Anuncia o pacote aerostático Montgolfier, que chega de Liverpool com 12 horas de viagem. Já em altura, invisível para nós, o pacote fizera sinal para o telégrafo.

- Pacote aerostático, que chega de Liverpool com 12 horas de viagem! Repetiu o Imperador com incredulidade. Não é isto um sonho?

- É a realidade, Senhor. Em meados do século XX a ciência resolveu a grande problema da direção de aeróstatos, problema que tanto torturava o espírito dos sábios da antiguidade; de forma que hoje possuem os homens mais um prodigioso sistema de viação, e com a maior rapidez e comodidade viaja-se por terra, por água, e pela atmosfera.<sup>239</sup>

A evolução tecnológica é um acontecimento desejado, tendo como surpresa as novas experiências a serem adquiridas, não sendo possível controlar nem projetar suas consequências. Sendo assim, é cada vez mais difícil fazer um prognóstico a curto prazo, pois quanto mais próximo temporalmente da escrita da história, mais difícil é dar conta de todos os fatores que a rodeiam. Os textos futurísticos de Felício dos Santos são muito otimistas e servem para reafirmar no leitor a confiança no futuro transformado, convocar a população para a revolução, pois o futuro seria incrível. A Revolução não seria a anarquia, ela seria permeada pela ciência; uma tecnologia diferenciada da erudição do presente da escrita, uma ciência do futuro,

---

<sup>239</sup> SANTOS, 1957, p. 131.

a verdadeira, que libertaria as forças sociais. A aceleração do tempo dificulta uma análise de variáveis cada vez maiores, dificultando o cálculo do prognóstico e sua referência recíproca. Retardar o futuro, como Felício dos Santos fez, narrando como a sociedade brasileira seria cento e vinte e sete anos à frente, retardando o futuro e o distanciando do presente da escrita, dando maior consistência a esse presente/futuro para que as mudanças fossem realmente sentidas a todo vapor nos anos 2000, permitiu que as pessoas se entregassem a esse futuro, devido a seu distanciamento e responsabilidade com o presente.

Nas duas obras, *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias* (1862) e *Páginas da História do Brasil*, (1868-1873), o autor apresenta um futuro que só se torna possível porque no ano de 1863, próximo à data da escrita do primeiro texto, os conservadores tentam retomar o poder e é necessário que a população e os Liberais não permitam que isso ocorra. Nesta primeira obra, o autor recorre ao futuro para narrar o presente no qual ele escreve, ele utiliza do futuro para olhar para trás e traçar um panorama do Brasil durante o Segundo Reinado. Na segunda obra, após os conservadores conseguirem tomar o poder, o tom mais intensificado da ironia e do escárnio, Felício dos Santos continua a convocar a população para a mudança no presente.

A compreensão de uma narrativa futurística, só se torna reconhecida ou compartilhada se houver uma compreensão da linguagem e da forma como interpretamos as coisas. No momento em que o Brasil intelectualmente era direcionado pelas produções do IHGB renovar com tais técnicas e diferenciações narrativas permitiu que o autor navegasse por duas linhas contraditórias de pesquisa. A primeira relacionada ao uso de uma perspectiva do futuro e a outra relacionada à utilização da sátira, ambas as características inovadoras e curiosas para a publicação de folhetins no período.

Helena Mollo nos chama atenção para a forma como o historiador oitocentista escolhe como tratar o tempo e suas experiências através da História. “Cabe ao historiador oitocentista constituir, a partir da crítica, os fatos e garantir sua veracidade”<sup>240</sup>. O fato dos historiadores do IHGB se voltarem, inicialmente, para a realização de uma história colonial, ignorando a história do presente, endossa a ideia de que esta escolha foi política, não havendo aqui um abandono responsável da escrita da história, mas sim uma escolha política. Através dos questionamentos de Manoel

---

<sup>240</sup> MOLLO, 2013, p.216.

de Araújo Porto-Alegre, Mollo fala de uma metaforização da história que não consegue encontrar fontes suficientes para caracterizar um passado mais que longínquo, sobre qual o historiador oitocentista escreve; e quando encontra tais fontes, na arqueologia por exemplo, são consideradas demasiadamente exóticas. Na obra oitocentista de Porto-Alegre, *História do Brasil*, o tempo profundo é o que permite o conhecimento das várias camadas da história, estruturas temporais que levam a formulação de questões especificamente históricas.<sup>241</sup>

Para o historiador oitocentista, foi necessária a criação de uma “temporalidade nacional”, onde os conhecimentos estão no passado e o historiador através de uma análise crítica conscienciosa, traz sentido a esses conhecimentos, como o objetivo de não é apenas colocar os eventos em ordem, mas ressignificá-los em busca de sentido. “A partir de todas as relações entre o tempo imemorial, o processo da vida política e a criação da autonomia entre os dois espaços, Brasil e Portugal, passo fundamental para o futuro”<sup>242</sup>. A estrutura prognóstica do tempo antecipa eventos que se encontram latentes no presente, mas ainda não aconteceram.

É sob essa perspectiva que as obras futurísticas de Felício dos Santos são analisadas, deste modo sua obra não tem um caráter premeditado, o futuro ficcional em parte se realizou, após vem da tentativa de uma escrita autônoma entre o espaço, não mencionado, existente entre Brasil e Portugal, um processo e uma vida política que se tornam futuros permitindo que todas as possibilidades do presente possam ser extrapoladas em uma estrutura prognóstica e todas as transformações fossem possíveis no presente da escrita de Felício dos Santos, porém essas possibilidades foram transferidas para um futuro, apresentado como ficcional e dependente da separação dos brasileiros do império português.

E porque não havia de ser assim? A maior parte das rendas públicas eram despendidas com a sustentação da corte, com sinecuras ruinosas, em obras puramente de luxo, que só serviam para embelezar a capital. E na verdade o Rio de Janeiro tornara-se para aquele tempo uma cidade importantíssima, como ainda demonstram as suas ruínas. Veem-se ainda os restos das casas de correção e moeda, da casa da misericórdia, do hospício de Pedro II e de tantos outros monumentos: só não existem os da estátua equestre, cujo bronze em 2462 foi vendido à companhia-Progresso Elétrico-, organizado para a abertura do istmo Paraná.

---

<sup>241</sup> Ibidem, p. 220 e 221.

<sup>242</sup> Ibidem, p. 221.

Assim ia no Brasil, quando em 1863 um partido político, desgostoso por ter sido arreadado do poder de que estava de posse a 14 anos, excitou uma revolução em todo o império, e então...<sup>243</sup>

Neste trecho de *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias*, Felício dos Santos apresenta, sob a perspectiva dos anos 2000, como era visto o Brasil no Segundo Reinado, como a monarquia e seus marcos monumentais representavam o atraso e o futuro que todos esses importantes marcos tiveram. O tempo futuro é utilizado como uma solução às inúmeras possibilidades latentes no presente da escrita, o campo autônomo que o autor utiliza o permite escolher uma das realidades latentes no presente, no caso a revolução conservadora de 1863 que deveria ser o motivo dos Liberais e do povo se unirem e revidarem criando um futuro decorrente desse evento histórico. O tempo é instrumentalizado e seu aprofundamento, típico da historiografia oitocentista, nos leva a perceber uma desativação do tempo natural, conforme afirma Koselleck. “Existem lapsos de tempo durante o qual o sol parece ‘ficar parado’ [...] isto é, períodos que cobrem decursos de ação intersubjetiva, quando o tempo natural parece estar desativado”<sup>244</sup>. Porém, o que podemos analisar na escrita oitocentista de obras futurísticas é a ativação desse tempo natural, somado ao tempo histórico, criando possibilidades de escrita ao se olhar para o futuro empregando uma diversidade de possibilidades latentes no presente. A junção dessas duas possibilidades se torna base de análise para um tempo demasiadamente recuado ou avançado.

Se o problema em Porto-Alegre, de acordo com as análises de Helena Mollo, era perceber seu trabalho preso ao passado de Portugal e comparado a Herculano, o que não representava a totalidade de escrita da História do Brasil. Para Felício dos Santos, o presente poderia comprometer o futuro, dependendo da forma como olhar para trás delimitaria a atuação da população no presente. O passado deveria ser comprometido e tomaria o presente como ruptura para que um futuro pudesse ser promovido. O Brasil precisava romper com a linha de temporalidade sob o qual estava imerso. A interiorização do tempo deveria superar um efeito anacrônico nos textos futurísticos e permite compreender melhor o presente da sua escrita, que necessitava ser rompido, permitindo uma multiplicidade de tempos sob a qual o Brasil não estaria mais ligado a Portugal e nem à Monarquia.

---

<sup>243</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 22/11/1862, edição nº 47, página 1 e 2.

<sup>244</sup> KOSELLECK 2006, p.122.

Para o tópico seguinte nos detivemos a um principal problema: identificar a preocupação ética e política do escritor, com o intuito de ressaltar a responsabilidade do que foi produzido e da forma que foi escrito. Tal preocupação nos levou a analisar o uso dos *efeitos de presença* e da atmosfera da escrita da história.

#### **IV.II Responsabilidade da escrita da história: o efeito de presença e a atmosfera**

Utilizamos duas matrizes historiográficas de grande influência, que se completam de forma singular em prol desta análise. São os trabalhos de Hans Ulrich Gumbrecht que principalmente através da ideia de *Stimmung*, nos permite analisar o equilíbrio da teoria com a estética, ampliando o horizonte para uma nova historiografia aberta à alteridade e sensibilidade, juntamente com o debate sobre o cronótopo historicista, a pós-historicista e a função do escritor/historiador ao publicar/escrever sua obra. O outro autor trabalhado é de Hayden White, que utiliza a linguagem como mediadora da escrita da história, defendendo a ausência da verdade como representação e a interpretação de um discurso complexo configurado pela autoconsciência e pela autocrítica que leva a uma compreensão genuína, separando a historicidade como condição do homem no mundo pelo tempo e no tempo, através do presente, passado e futuro. Um ponto importante é a análise da ironia, proposta por White como a quarta etapa de estruturas tropológicas da consciência, que foi utilizada por Joaquim Felício dos Santos.

As diferentes formas de narrativa é a ponte entre as teorias, visto que o discurso em Gumbrecht aproxima o desejo de presença e de referir-se ao passado e ao futuro, assim como em White estas formas são características fundamentais para se compreender de que tipo de realidade o autor está falando, interpretando e representando através de seu texto. Desta forma, a combinação das duas teorias, permite uma melhor compreensão da responsabilidade ética e principalmente política de Felício dos Santos, ao produzir textos futurísticos de crítica intensa à monarquia dentro de um cenário político onde emergiam vários movimentos contra o poder vigente. A perspectiva historiográfica é a utiliza por Gumbrecht, no intuito de explicar estas mudanças no século XIX, movidas pelo alargamento e aceleração do cronótopo *tempo histórico*.

No livro *Modernização dos Sentidos*, Gumbrecht divide o tempo histórico em quatro etapas: Modernidade Medieval e Início da Modernidade, Modernidade Epistemológica, Alta Modernidade e Pós-modernidade. Nestas páginas, ele delimita algumas categorias analíticas para desenvolver seu texto. O primeiro ponto é a descontinuidade entre a consciência do homem e o real. A segunda é a forma como o real se mobiliza para organizar os significados e sentidos de determinado mundo. E a terceira toma a história como investigação do passado, fundamental para definir o que é real. Para Gumbrecht, é fundamental que a história seja reconstruída com relação à compreensão e à lembrança da dinâmica própria ao real, sendo possível que os homens montem estratégias adequadas à sua existência.<sup>245</sup>

O autor faz uma releitura da própria modernidade, questionando o que é feito com o nosso crescente conhecimento sobre o passado. Sobre a construção do cronótopo *tempo histórico*, Valdeci Araújo nos esclarece que este território seria fundamentalmente distinto e distante do presente que anulou a efetividade da clássica *história magistra vitae*. No entanto, um campo de experiência foi criado devido à visão de unidade processual dos eventos; sobre o qual foram constituídas as filosofias da história e suas tentativas de revelar o sentido do movimento histórico. O moderno é usado para caracterizar o tempo presente, como algo novo sem precedentes do passado, em um momento de transição para um futuro que começa. Consolidando a compreensão do moderno como um conceito que caracteriza uma nova época, sem firmar seu caráter transitório<sup>246</sup>. Com a geração que emerge nas revoluções pós-1830, a noção de aceleração do tempo histórico e da transitoriedade do presente reforçam a linguagem. O progresso tecnológico não garantia nenhum tipo de utopia social ou política, o que possibilitou encontrar a caracterização da modernidade com velocidade, interpretando o presente e antecipando o futuro continuamente.

Ao longo da história moderna, a historiografia conseguiu sustentar suas funções pedagógicas, se não mais como mestra da vida, ao menos como guia para a ação e constituição de projetos de transformação social orientados por uma antecipação do futuro<sup>247</sup>

Na obra de Gumbrecht, a reconstrução histórica da modernidade, inicia-se no século XV e XVI através da invenção/ disseminação da imprensa e da descoberta

---

<sup>245</sup> GUMBRECHT, 1998, p.9-27

<sup>246</sup> ARAUJO, 2006, p.316.

<sup>247</sup> Ibidem, p.318.

da América (Novo Mundo). “Ao longo dos séculos anteriores, do que se convencionou chamar de Idade Média, os homens iam se relacionando entre si e com os demais entes que constituíam o real de maneira estável”<sup>248</sup>. A realidade apresenta ao homem situações inéditas que eram interpretadas limitadamente devido ao conhecimento que possuíam. No início da modernidade, a função da sabedoria humana era a de proteger o saber revelado do esquecimento tornando presente a verdade. Os homens não estavam preocupados com os acontecimentos inéditos que emergiram em um repertório suficiente de significados e sentidos. Gumbrecht descreve os séculos XV e XVI como um momento de descontinuidade radical do real/da história, onde houve um afastamento do corpo e de suas marcas no processo de produção de sentido, ocorrendo uma separação entre sujeito e objeto. O primeiro se torna um observador de primeira ordem, produzindo conhecimento sobre os objetos e o mundo. A saída que Gumbrecht encontra é uma estratégia de relação com o real denominada por ele de *campo hermenêutico*.

Nos anos de 1780-1830, outra descontinuidade marcaria a história colocando em questão os enunciados e o método subjetivo próprio ao campo hermenêutico. A partir da Revolução Francesa, “os homens se viram, uma vez mais, expostos a um conjunto de entes inéditos, os quais seu repertório sentimental e semântico não era capaz de compreender”<sup>249</sup>. A estratégia utilizada pelo observador de segunda ordem é chamada de *modernidade epistemológica*. Na *modernidade epistemológica*, a emergência do observador de segunda ordem contesta seu próprio conhecimento e produção, fazendo com que o sujeito se torne também objeto. O fenômeno particular produz uma infinidade de percepções, sendo possível conectar a temporalização com a aceleração do tempo no século XIX e com a situação da crise da representação.

Cada uma das três dimensões do tempo pode agora ser imaginada do ponto de vista das duas outras dimensões: o presente como futuro do passado e como passado do futuro; o futuro como passado de um futuro remoto e como presente do futuro; o passado como futuro de um passado remoto e como presente do passado.<sup>250</sup>

---

<sup>248</sup> RANGEL, 2012, p.64.

<sup>249</sup> Ibidem, p.66.

<sup>250</sup> GUMBRECHT, 1998, p.16.

O interesse pela matéria e pelo corpo retornam juntamente com o papel deles na interpretação. Devido a isto, a filosofia no século XIX se dedicou ao estudo do corpo e dos sentidos, tanto no Brasil, quanto na França, Inglaterra e Alemanha. Nesta modalidade da modernização ainda permanece o método interpretativo através de conceitos privilegiados. Os homens que agora se encontravam dentro de um mundo instável, incompreensível e acelerado sentiam a falta de uma compreensão adequada para obterem uma interpretação privilegiada do mundo. A filosofia da história, dada como teleológica era a resposta às transformações e questionamentos da mente humana.<sup>251</sup>

Foi o momento correspondente ao que Foucault chamou de *Crise da representação*. Não havia, portanto, uma representação superior, melhor ou mais adequada, pois a multiplicação das representações transformou o indivíduo em sujeito de sua própria história. Instaura-se o que Gumbrecht chamou de cronótopo *tempo histórico*. A linguagem como contexto dita as normas ao sujeito, real ou realidade, orientando os homens no espaço ideal de sua realização.

Para Gumbrecht, devido aos avanços do conhecimento histórico nos últimos vinte anos foi possível produzir uma sensação de viver o passado, com o intuito de ir do nascimento em direção à morte. A condição humana já não nos permite pensar em um tempo que produz transformações sob as quais não podemos reagir, levando a um esgotamento da modernidade. A relação entre historiografia moderna, consciência histórica e modernidade nos leva a repensar a história da historiografia. De um lado a historiografia da quietude que se regala com o que a ultrapassa e de outro uma historiografia da ação que é central ao desvelamento do significado do discurso e das técnicas que garantem sua interpretação correta.<sup>252</sup>

A grande crise do historicismo foi à do observador de segunda ordem, onde o indivíduo viveu na instabilidade e a história que se realizara era a respeito do homem no caminho da imperfeição para a perfeição. Porém, os historicistas insistem que o problema é o método que não é capaz de superar a parcialidade. Com o Giro Linguístico houve uma redefinição radical daqueles que pensavam que o homem não poderia entender o mundo fora do seu. Para Gumbrecht, o desejo está ligado à experiência do tempo, por isso hoje saber mais é uma forma de utilização do passado para definir o que é aceito pelo presente e utilizado pelo homem. A

---

<sup>251</sup> RANGEL, 2012, p.69.

<sup>252</sup> ARAUJO, 2006, p.322 e 323.

historiografia ao forçar o homem a ter contato com a sensibilidade se abre para a alteridade, o homem se antecipa com relação à realidade, havendo um esvaziamento natural do presente vivido que leva a um desequilíbrio. Com a aceleração do tempo veio o sentimento de penúria, redução da experiência junto a um maior fascínio pelo “querer mais”. Instaurou-se o cronótopo pós-historicista que revalorizou o corpo, a presença, a necessidade de experimentar aceitando a impossibilidade do desejo de conhecer a realidade.

As análises de todas estas características são fundamentais para basear historiograficamente a análise dos textos de Joaquim Felício dos Santos, sob a perspectiva de Gumbrecht. As cascatas de modernidade posicionam as fontes permitindo reconhecer as mudanças temporais expressas na forma de se escrever a história. As categorias analíticas utilizadas pelo autor para demarcar a transição de uma etapa para outra, são grandes revoluções e descontinuidades que afetaram diretamente a escrita da história em um cenário mundial. Utiliza-se a perspectiva pós-moderna para suprir a lacuna, referente à análise da escrita da história no Brasil e do Brasil. A partir de 1808, diante da *modernidade epistemológica*, momento no qual o Brasil passa por fortes mudanças internas, como a chegada da corte portuguesa, não é possível mais se pensar em uma escrita da história tradicional, visto que a mentalidade e a ideia de nação estavam sendo reformuladas.

Para análise de uma obra literária, Gumbrecht sugere o uso da *ontologia da literatura*, onde se esclarece modos fundamentais como, por exemplo, os textos literários, que se relacionam com realidades existentes fora deles<sup>253</sup>. Estas formas de relacionamento e funções literárias chamadas por Paul de Man de *alegorias de leitura* não se referem ao mundo. Gumbrecht acredita que este campo combina diversas forças intelectuais, não se encaixando apenas dentro do debate entre *alegorias de leitura* e os estudos culturais.

*Stimmung* caracterizado como capacidades de clima, demonstra como somos atingidos por sons ou por climas atmosféricos, sendo uma experiência que afeta concretamente nosso ambiente físico e nosso *estado de espírito*. Sendo assim, Gumbrecht defende que *Stimmung*, abre uma nova perspectiva sobre a existência da *ontologia da literatura*<sup>254</sup>, já que os elementos contidos nos textos produzem atmosferas de forma que a riqueza de *Stimmung* em uma obra não tem que ter sua natureza

---

<sup>253</sup> GUMBRECHT, 2014, p.10.

<sup>254</sup> Ibidem, p.14.

exclusivamente descritiva. A dimensão física deste fenômeno é responsável pelo *efeito de presença* como objeto de pesquisas, ligadas à esfera da *experiência estética* que para Gumbrecht consiste numa carregada simultaneidade de efeitos de sentido e efeitos de presença.<sup>255</sup>

É nesse sentido que Flávia Varella, nos elucida sobre os efeitos de presença e sentido, sendo o primeiro entendido pelo posicionamento de Gumbrecht como a “experiência de transcender o nascimento em direção ao passado”<sup>256</sup>. O desejo de cruzar as fronteiras do nascimento e da morte leva o ser a almejar viver em outras épocas nas quais não poderia ter vivido; a não ser pelo efeito de presença. A materialidade do homem e do mundo o limitam, mas o lado espiritual pode experimentar a vivência em outras condições, graças à forma como o efeito de presença é sentido. A interpretação é um fator importante para essa equação, pois ela permite que o homem alcance a realidade, o verdadeiro, por meio de uma interpretação pessoal e inédita realizada por cada ser humano, logo não há uma interpretação melhor ou correta e nenhuma delas seria padrão para expressar o concreto e o real. Esta é a chamada crise de interpretação que mostrou como a linguagem se tornou insuficiente para se comunicar um mundo estável.<sup>257</sup>

Se para sentir é necessário buscar uma representação sem tocar nas coisas, a cultura de presença valoriza o material que tem ao seu redor, sem nenhuma mensagem, somente a intensidade da presentificação de outra realidade. O cronótopo “tempo histórico” que organizava as narrativas e garantias, por meio de sua cronologia, o avanço do tempo em uma dimensão onde as transformações históricas se realizam, é deixado de lado na cultura de presença, na qual a materialidade traz a presença de outras épocas, em outros tempos, rompendo com a função organizacional temporal. O presente dilatado permite que através de materiais concretos, o passado, para além daquele vivido, seja experimentado imediatamente, o presente não é comprimido por um passado diferente e um futuro aberto.<sup>258</sup>

Gumbrecht traz a cultura de presença para o campo da estética, no qual a epifania é o efeito de presença, ela é incerta, não se sabe quando e onde acontecerá, porém, por ser intensa se auto anula, mostrando sua efemeridade<sup>259</sup>. Para tratar das obras futurísticas de Felício dos Santos, a questão estética nos é cara, porém, como

---

<sup>255</sup> Ibidem, p.16.

<sup>256</sup> GUMBRECHT, 2006, p. 123.

<sup>257</sup> GUMBRECHT, 2004, p. 07.

<sup>258</sup> VARELLA, 2007, p.117.

<sup>259</sup> GUMBRECHT, 2004, p.105.

pode a cultura da presença ser útil, através da materialidade, com relação ao futuro? O autor de *Páginas da História do Brasil* (1868-1873) cria em sua obra todo um ambiente com monumentos, casas e referências do presente, porém todas essas referências materiais são encontradas no futuro deterioradas, mostrando ao leitor como a monarquia acabou e como foi uma experiência ruim para o Brasil. Ao utilizar referências materiais conhecidas, o autor gera nos leitores a presentificação de uma realidade incômoda, como se cada pessoa ao passar pelo busto de Dom Pedro II, a partir da leitura de sua obra, a reconhecesse deteriorada, jogada ao chão e encontrada dentro de uma velha construção, sentisse mal-estar no presente ocasionado pela leitura, leva à rejeição imediata da monarquia, uma experiência efêmera e longe da realidade vivida pelo leitor. Contudo, toda essa presentificação de um futuro sentido pela materialidade de monumentos que existem no presente, ao se tornar efêmera, se torna uma possibilidade de ação, a experiência é ilusória, mas os meios que permitirão o Brasil ser conforme a narrativa estão latentes e são impulsionados pela escolha de ação que a obra apresenta. O tempo ainda cumpre sua função organizacional, de transformações ao longo de uma linha cronológica, mas isso aplicado ao futuro, se torna apenas uma possibilidade, quando apresentado meios e presença pelo qual a população pode interpretá-lo e representá-lo. O futuro pode ser tocado, quando se usa monumentos e materialidades do presente para construí-lo.

Porém, em que medida o que ainda não passou é histórico? A partir do pensamento de Heidegger, é possível utilizar a teoria para nossa análise do futuro.

(Temporalidade da historicidade própria). Ela compreende a história como um ‘retorno’ do possível e sabe, por isso, que a possibilidade só retorna caso, num instante do destino, a existência se abra para a possibilidade, numa repetição decidida.<sup>260</sup>

O retorno de um futuro possível, devido à materialidade existente, abre o presente para a possibilidade da repetição decidida do que foi lido com relação ao futuro. Na cultura de presença “não se trata de produzir um sentido de distância, mas justamente sua dissolução pela experiência da força substancial do objeto que é apresentado”<sup>261</sup>. O objetivo é encurtar essa distância, trazer imediatamente o futuro para o presente, que se abre para a possibilidade de ação. Diferente do que nos

<sup>260</sup> HEIDEGGER, 1996, p. 198 apud VARELLA, 2007, p.114.

<sup>261</sup> ARAÚJO, 2006, p. 327.

traz Gumbrecht sobre a análise do passado, o objetivo não é que o efeito de presença faça com que as pessoas esqueçam o presente em que vivem, quando se utiliza o futuro ligado ao efeito de presença, o intuito é se lembrar a todo momento de como o presente pode ser alterado, para que o futuro narrado possa ser vivido e sentido.

Outro ponto apresentado por Gumbrecht com relação à *Stimmung* é o efeito de urgência, que acontece quando o passado através de sons e ritmos das palavras são atirados contra nossos corpos, havendo um encontro, uma objetividade do passado ao se fazer presente. As realidades do passado encontradas durante a leitura envolvem um presente do passado em substância. A grande diferença que envolve a leitura voltada para a *Stimmung*, dos outros modelos é a ausência da distinção entre experiência estética e experiência histórica<sup>262</sup>. Gumbrecht acredita que a leitura da *Stimmung* acrescentada pela experiência da empatia deve ser acompanhada de uma sobriedade e de moderação verbal, já que realizar uma leitura por esta chave não significa decifrar atmosferas e ambientes. O objetivo do autor é revelar o potencial dinâmico e promover o seu *tornar-se presente*. “A ânsia pelo ambiente e pela atmosfera é uma aflição pela presença; talvez uma variante dessa ansiedade que pressuponha o prazer de lidar com o passado cultural”<sup>263</sup>. Heidegger propõe uma solução conceitual quando questiona a relação das várias *Stimmungen* com o tempo, demonstrando como todas elas são constituídas, de maneira diversa, por algo que pertence à dimensão do passado.<sup>264</sup>

Gumbrecht define presença como aquilo que não é linguagem, ressaltando também o *existencialismo linguístico* que é a incapacidade da linguagem de se referir às coisas do mundo, já que nossa relação com as coisas nunca é somente baseada numa relação de atribuição de sentido, sendo este o motivo de seu afastamento da metafísica. Fica claro, que a linguagem em culturas de sentido cobre todas as funções que a descendência da filosofia moderna europeia aborda, porém não é tão óbvio quais os papéis que a linguagem pode desempenhar em culturas de presença.

A forma mais elementar de tornar o passado presente através da linguagem, são pronúncias que apontam para objetos e lugares que conferem uma presença material ao passado dentro do presente temporal através do contato, por exemplo, com documentações antigas. O relato ou a descrição da história propõe que os elementos do passado sejam interpretados e transformados em conceitos no presente.

---

<sup>262</sup> GUMBRECHT, 2014, p.26.

<sup>263</sup> GUMBRECHT, 2014, p.32.

<sup>264</sup> Ibidem, p.119.

A relação entre linguagem e presença não obedece ao modelo estrutural dos dois níveis *metafísicos* que diferenciam *superfície material* e *profundidade semântica*; entre o *primeiro plano negligenciável* e o *segundo plano significante*<sup>265</sup>.

A crença em se aprender com a História se tornou elemento central na construção do tempo que hoje chamamos de consciência histórica e que tendemos a interpretar como condição imutável da vida. A filosofia da história surgiu o intuito de ser uma saída para a primeira crise moderna do aprendizado da história. O novo historicismo, surgido com a intenção de transformar as perdas da história, é um gesto estilístico reunindo um conjunto vago e impressionante de diferentes correntes da mesma atmosfera intelectual.

O que me incomoda na prática da Nova história é a impressão de que ela se tornou uma presa das metáforas que criou em seu empenho construtivista e que estas metáforas levaram a uma situação na qual o velho paradigma de escrever história como uma precondição para aprender com a história foi substituído pela implicação supremamente pretenciosa de que escrever história significa fazer história.<sup>266</sup>

Nosso presente se tornou alargado, transformado em um espaço de simultaneidade, o futuro voltou a se tornar ameaçador com a frustração do progresso, produzindo um presente onde imagens do futuro e reminiscências do passado se superpõem em graus crescentes de complexidade. Niklas Luhmann, descreve o tempo histórico “como um espaço de operação que surgiu para ajustar um sujeito às suas ações”<sup>267</sup>. O novo presente como moldura para a experiência da simultaneidade pode ser associado a uma crise na categoria de sujeito.

A compreensão em seu nível mais pretencioso e a interpretação afirmava que o seu poder de revelação era superior à percepção do sujeito, assim nasceu o desejo dentro da cultura histórica de satisfazer seu desejo de presença e a consciência de que esta é uma tarefa impossível. Optar abertamente por este desejo de representação, não pode também deixar de ser irônico, já que representa o passado como uma realidade, embora reconheça que todas estas representações são simulacros<sup>268</sup>.

---

<sup>265</sup> GUMBRECH, 2009, p.19-20.

<sup>266</sup> GUMBRECHT, 1999, p.464.

<sup>267</sup> Ibidem, p.469.

<sup>268</sup> Ibidem, p.473.

Hayden White, através de outra perspectiva historiográfica, faz uma mediação pela linguagem do sujeito da narrativa e a realidade narrativa, como uma organização que torna legível a realidade não valorando seus interesses. É uma tese que vai de encontro à historiografia tradicional, produzindo uma história responsável, preocupada em apresentar eventos históricos. Esta teoria pode, por meio do realismo de Gumbrecht (o realismo impossível), alterar a teoria da história colocando como foco a responsabilidade ética e política que altera teorias anteriores, apontando para a impossibilidade do conhecimento específico, ou seja, a incapacidade de um narrador privilegiado. Desta forma, a linguagem organiza o pensamento consciente, havendo pouco espaço para a subjetividade.

Utilizamos das concepções de Hayden White devido às teorias desenvolvidas a partir das estruturas tropológicas da consciência, baseadas nas figuras de linguagem, acreditando que podemos adquirir diversos tipos de conhecimentos a partir de um mesmo fato. O discurso se adequa através dos seguintes pontos, que são mais trópicos que lógicos: demarcar o que parece ser uma nova área de experiência humana para definir seus contornos, identificar os elementos do seu campo e discernir os tipos de relação que se estabelece entre eles; “a trópica é o processo pelo qual todo discurso constitui os objetos que só pretendem descrever de modo realista e analisar objetivamente”.<sup>269</sup> Não se ater a lógica narrativa é tanto um movimento como uma noção de como as coisas se relacionam, de como existe conexão entre as coisas para que elas possam ser expostas de outra maneira. White concorda com a afirmação de Harold Bloom de que “toda interpretação depende da relação antitética entre significados e não da suposta relação entre um texto e seu significado”.<sup>270</sup>

Para o autor, cada *mimese* pode se mostrar distorcido, fazendo com que a descrição do mesmo fenômeno sirva para diferentes ocasiões, de forma que cada reclame ser mais realista e fiel aos fatos que o outro. Cada silogismo aplicado contém um elemento original e este elemento consiste na decisão de mudar do plano das proposições universais para o plano dos enunciados existenciais singulares. A técnica pela qual se analisa a validade do discurso em prosa consiste em submetê-lo ao exame, primeiro da fidelidade aos efeitos do tema que se discute e logo por sua

---

<sup>269</sup> WHITE, 2003, p.64. “La trópica es el proceso gracias al cual todo discurso constituye los objetos que sólo pretende describir de modo realista y analizar objetivamente”. (Tradução nossa).

<sup>270</sup> BLOOM, Harold apud WHITE, 2003, p.66. “Toda interpretación depende de la relación antitética entre significados y no de la supuesta relación entre un texto y su significado”. (Tradução nossa).

adesão aos critérios de consciência lógica apresentados pelo silogismo clássico. Este movimento permite que White ressalte o caráter pré-lógico, como incoerente do discurso, que já é dialético por natureza. Enquanto a incoerência objetiva a construção de uma conceitualização de uma área dada de experiência que se compactua a uma hipótese que bloqueia a recepção, negando o que nossa vontade e nossas emoções nos dizem. O pré-lógico, demarca uma área de experiência para outras análises partindo de um pensamento guiado pela lógica *para e desde*; codificações recebidas da experiência e de fenômenos que recusam incorporações às noções convencionais de realidade, verdade e possibilidade<sup>271</sup>. Para trás e para frente, entre formas alternativas de codificar esta realidade, o discurso é em essência um mediador, este movimento dinâmico é chamado por White de *diatáctica*.

No discurso encontra-se sempre uma reflexão metadiscursiva, o argumento e a narrativa são a descrição dos dados encontrados no campo de investigação. Não há como distinguir quando uma construção metafórica é original de um domínio de experiência como possível objeto de investigação e quando deveríamos proceder a considerar elementos que são partes de um todo não identificados.

O grande questionamento é se podemos determinar até que ponto um sistema taxonômico particular é produto da necessidade do indivíduo de organizar sua própria realidade como produto de uma realidade objetiva dos elementos identificados previamente. Hayden White faz isso através de quatro movimentos, que parte de uma caracterização sinedóquica (metáfora/ironia).

O discurso é visto como uma manifestação direta da consciência que busca compreender o terreno entre o despertar de um interesse geral e um domínio de experiência, ou de alguma compreensão desta experiência, criando uma tipologia dos modos de discurso, às bases do modelo de compreensão.<sup>272</sup>

Para White, há uma responsabilidade do historiador para com a distinção entre as afirmações factuais e as interpretações destes fatos, produzidas por diferentes modos de elaboração do enredo usados para representar fatos que evidenciam a forma e o significado de diferentes tipos de histórias<sup>273</sup>. White acredita em uma escrita intransitiva, expressos na voz média, onde os historiadores não abrem mão do esforço de representar o holocausto e sua realidade, mas sem que a noção daquilo que constitui a representação realistas.

---

<sup>271</sup> WHITE, 2003, p. 68.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>273</sup> WHITE, 2006, p.195.

Os modos de representação modernistas podem oferecer possibilidades de representar a realidade de ambos, o Holocausto e a sua experiência, que nenhuma outra versão de realismo poderia fazer. De fato, podemos seguir a sugestão de Lang de que a melhor forma de representar o holocausto e sua experiência possa bem ser por meio de um tipo de escrita intransitiva, que não coloca nenhuma alegação a um tipo de realismo aspirado pelos historiadores e escritores do século XIX.<sup>274</sup>

Grande dificuldade neste campo de análise é separar a escrita da história da historiografia. Embasada no questionamento de Heidegger que busca entender o porquê ao se falar de história tendemos a reduzi-la ao passado, tomado como sua dimensão mais fundamental, procuro mostrar que nos textos de Felício dos Santos, a história se faz pelo futuro, pelas epifanias e utopias apresentadas na forma de sátira, onde o autor critica o presente - que se tornou passado-, e apresenta um presente –futuro- marcado pela intenção de estimular a ação do povo no momento em que ele escreve. Percebe-se que a identidade é permanente no tempo, o futuro legitima as identidades em formação durante o segundo reinado, exemplificado no caso de Felício dos Santos, através de sua guinada política para o republicanismo. Como coloca Valdeci Araújo, “(...) a historicidade deveria ser compreendida como a temporalização da temporalidade humana. Em outras palavras, a efetivação dessa condição estrutural do humano, o tempo histórico”.<sup>275</sup>

A Historicidade própria, como possibilidade do homem reconhecer a natureza do seu acontecer, em contraposição à historicidade imprópria, na qual o homem se imagina no tempo, ocultando seu caráter constitutivo, proporciona o “envio comum”, que seria a realização profunda desta historicidade própria. Uma compreensão mais original da temporalidade não pode se concentrar em apenas um momento temporal, e sim no cruzamento que marca o acontecer entre o nascimento e a morte<sup>276</sup>. Interessa-nos, em Felício dos Santos, o “estar no tempo” e um “ser para o seu tempo”. Felício dos Santos escreve no tempo do Segundo Reinado no Brasil, posicionado como um liberal, dono de um jornal, que publica folhetins contra a monarquia e todo o império brasileiro. Tendo isto por base é possível que ele seja para o seu tempo um idealizador, intelectual, de grande influência política e social, assim como para outros tempos futuros, que conhecerão seus feitos e obras, embora

---

<sup>274</sup> Ibidem, p.206.

<sup>275</sup> ARAUJO, 2013. p.39.

<sup>276</sup> Ibidem.

ele não esteja mais em seu tempo nestas situações, ele ainda será um escritor do seu tempo.

No texto, *Páginas da História do Brasil* (1868-1873), apresentando a cidade de Petrópolis no ano 2000, Felício dos Santos, utiliza de todas as características da cidade no ano 1868, tomadas como “boas lembranças” no texto, para compará-la ao presente da narrativa (2000).

“Petrópolis, disse Agassiz em sua Viagem ao Brasil, é o paraíso fluminenses durante a estação calmosa; fugindo do calor, do pó, as exalações pútridas, fétidas, melíficas da corte, vão ali respirar um ar puro, são, e gozar do magnífico panorama da Serra. No centro da cidade eleva-se soberbo o Palácio do Imperador, rico, elegante edifício, não como o velho e sombrio Palácio de São Cristóvão; aí passa D. Pedro seis meses do ano, fluindo as delícias de um clima ameno e temperado”. (...).

Petrópolis foi edificada por um ato de capricho imperial. D. Pedro, caricaturando o autocrata da Rússia, quis que também no Brasil houvesse uma cidade com seu nome, e sobre um torrão frio, estéril, improdutivo, surgiu como por encanto, como pelo toque de um condão de fada, a linda voluptuosa Petrópolis: abriram-se os cofres públicos e despejaram-se torrentes de ouro para aformoseá-la e construir-se um rico Palácio Imperial. (...).

Hoje Petrópolis é um deserto, uma velha tapera abandonada, coberta de espessa mata, ostentando o luxo, o vício, a força vegetativa de nossa natureza tropical com meia dúzia apenas de miseráveis casebres habitados por algumas dezenas de gente pobre que vive da caça e de uma pequena indústria, a extração de salitre.<sup>277</sup>

Por meio da aproximação da realidade dos leitores do século XIX, a cidade de Petrópolis é narrada em 2000, como deserta, um lugar que se deteriorou devido à influência da monarquia brasileira, ou seja, tudo que fazia referência ao imperador, seja material ou moral, é destruído através da implantação da república, que não sustenta nenhuma ligação natural com o sistema monárquico, não mantendo assim suas referências. Em se tratando de futuro, o efeito de presença só funciona, pois o leitor tem referências reais da região, através das técnicas de linguagem utilizadas pelo autor que permitem a inserção do leitor no futuro apresentado, reconhecendo estas referências reais do Brasil.

Através da revolta que ocorreria em 1863, devido à tomada Conservadora do poder, Joaquim Felício dos Santos leva os leitores a acreditarem em um desenvolvimento histórico natural, baseado no progresso e nos ideais republicanos. A

---

<sup>277</sup> SANTOS, 1957, p.144.

ligação de Felício dos Santos, com a imagem de um futuro republicano, estaria “licenciada”, pois, sendo um Liberal da Liga ele é convidado pelos republicanos a participar do partido. Fica nítida a responsabilidade partidária do autor, ao escrever uma História do Brasil, baseada em uma revolta realizada pelos liberais junto ao povo, que levaria ao desenvolvimento, ao progresso, à igualdade, à justiça, à moralidade e às inovações.

Assim como existe a tentativa de tornar presente determinado futuro, cada indivíduo interpreta e representa de forma variada aquele “mesmo” futuro, porém agora tomado como seu, próximo à realidade de cada um, produzindo diversos conhecimentos através de um mesmo fato. A diferença é que no discurso futurístico, quando observamos a fidelidade aos fatos, estes dependem de determinadas transformações no sistema atual para se tornarem “reais”. Dependem de uma transformação que ainda não aconteceu, é facilmente encoberto pela idealização do futuro narrado, tomado o como utópico.

A monarquia foi desqualificada moralmente e a honestidade observada apenas nos cidadãos mais simples era as características que não poderia ser trocada por nenhum título de nobreza, por isso o presidente do Brasil, era um cidadão de “baixa origem”. A república iria simplificar toda a sociedade. Durante a apresentação do presidente do Brasil no século XXI, João Servius Pugirá, Felício dos Santos escreve um parágrafo voltado aos leitores, que poderiam de certo modo se assustar com tal situação.

- Paz, amigo leitor; aqui não entra em nada a nossa pobre indignação; é a realidade. Nem tanta suscetibilidade... O indivíduo cuja origem tanto vos revolta já é amigo íntimo e apertado com familiaridade à mão do nosso monarca, o cerimonioso D. Pedro, filho de Bragança, que nunca discrepou um ápice nas etiquetas do ritual. Outros tempos, outros costumes. Os povos são como os indivíduos; mas suas ideias, seus princípios, seus gostos, seu caráter mudam-se com as épocas. O século XIX em que vivemos não é o mesmo que o século XXI. Diremos com Voltaire- que coisas, que maravilhas verão nossos filhos! No século XXI, a cor, o nascimento, são qualidades puramente acidentais, consideram as coisas debaixo de um ponto de vista racional; só atendem-se as qualidades pessoais do indivíduo. Oh se até lá alguma fada, médium ou espiritista nos prolongasse a vida! Paz, caro leitor, deixar-nos prosseguir.<sup>278</sup>

---

<sup>278</sup> Ibidem, p. 139.

Apesar de acalmar o leitor que poderia se demonstrar assustado diante do desrespeito para com o monarca, o autor apresenta a esperança de um futuro de “maravilhas” para seus filhos, ou seja, ao mesmo tempo em que o desrespeito pelo Imperador se torna veemente, se faz necessário diante da promessa de um futuro melhor e mais igualitário. O presente é apresentado como transição para um futuro ideal, com o liberalismo concretizado, transformando o presente de 1868 em algo menos importante. A aceleração histórica age por meio das transformações sociais, mesmo que elas não ocorram no presente. O presente vira passado do futuro, algo ultrapassado e superado. A sociedade imaginada do futuro despreza o passado permitindo uma experiência política não presente na contemporaneidade.

Felício dos Santos ridiculariza a monarquia e as famílias de poder centralizador por todo o mundo, apresentando estes países como atrasados e falidos. Destroi também as referências memorialísticas da família real, sendo que as memórias da população sobre Dom Pedro II são a de um “Senhor do Brasil que o desgraçou”<sup>279</sup>. A riqueza de detalhes com o qual Felício dos Santos descreve o palácio em ruínas de Petrópolis e a tristeza de D. Pedro II enfatiza a destruição de todo o sistema monárquico. Destacamos também a forma como a memória e a representação do imperador do Brasil são destruídas, aniquilando-as através das lendas e histórias que foram escritas para demonizar o imperador e fazer com que a população o tenha como uma lembrança de horror. Desta forma são destruídas todas as fachadas de rememoração da monarquia, seja ela pela memória ou representação desse passado. As tradições monárquicas também são destruídas, como na passagem em que o médium Dr. Tsherepanoff, conta ao espectro de D. Pedro II, o fim que foi dado à família real.

- Os homens não são imortais... V. M. já não existe... Depois da queda da monarquia no Brasil. V.M. retirou-se com a família imperial para a Sicília, onde comprou uma linda e amena quinta nos arrabaldes de Syracuse. Ali em voluntario isolamento entregou-se com toda liberdade ao cultivo das musas: fundou um célebre estabelecimento, destinado a criação de perus, que prosperou por largo tempo; finalmente terminou seus dias, já cheio de anos, em 1913, rodeado de numerosa descendência. Encerra-se os restos mortais de V.M um modesto tumulo...<sup>280</sup>

<sup>279</sup> Ibidem, p 146.

<sup>280</sup> Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina (MG): 12/12/1869, edição nº 7, página 2 e 3.

Destacamos neste trecho a cidade de Siracusa na Sicília. Ponto importante na obra de Platão, *Carta VII*, o texto trata da relação entre o tirano e o filósofo. De acordo com Gilda Barros, a figura do filósofo em Platão é “para quem apenas o saber pode dar fundamento e legitimidade ao poder, ele é capaz de dar à coletividade a lei conforme a reta razão, porque alcançou o conhecimento da essência da justiça”<sup>281</sup>. Porém, ainda seguindo as teorias de Platão, a cidade poderia ser entregue a um tirano e esse ser instruído pelo sábio, como Platão tenta fazer em Siracusa. Devido à atuação social do tirano “a ação de se inclinar diante de um soberano, era aos olhos dos gregos, um ato bárbaro de subserviência, um símbolo da condição de vassalo”<sup>282</sup>. A degeneração dos governos se daria não necessariamente por um ciclo, sendo possível passar da tirania para a monarquia/aristocracia ou vice e versa.

Por sua vez, a república seria o modelo político que educaria o filósofo, colocando-o a frente de uma sociedade justa. “A *República* associa o poder (*dynamis*) ao conhecimento moral (*philosophía*<sup>283</sup>), que na vida real andam separados”<sup>284</sup>. Platão preferiu tentar converter o tirano, sem pensar em converter a população, visto que tal conversão levaria a uma reforma no estilo de vida do governante. Ao tentar influenciar, por meio de seu discípulo Díon, os dois tiranos de Siracusa, Dionísio I e Dionísio II, o objetivo era utilizar-se da filosofia para converter o tirano e em consequência o modelo político vigente, ainda que tenha resultado em uma experiência falha.

No trecho da obra *Páginas da História do Brasil* citado acima, Felício dos Santos diz ao espectro de D. Pedro II que ele ao sair do governo brasileiro foi morar nos arredores da cidade de Siracusa, na Sicília. A escolha da cidade pode ser analisada em duas frentes. Em um primeiro momento podemos atribuir a escolha da Sicília como morada final do monarca, devido à busca de um esclarecimento filosófico, visto que os governos em que havia uma subserviência demasiada ao governante eram considerados como bárbaros. No fim da vida da personagem de D. Pedro II, Felício o apresenta rompendo com as bases monárquicas e buscando também o progresso e a iluminação, a fim de ser o “filósofo” no qual Platão tentou transformar os tiranos de Siracusa. Por outro lado, Siracusa manteve a tirania, ainda que o go-

---

<sup>281</sup> BARROS, 2006, p.31.

<sup>282</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>283</sup> Filosofia.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 36.

vernante tivesse utilizado da filosofia para dominar a população ainda mais, é significativo que a personagem de D. Pedro II, em toda sua ignorância, tenha ido para os arredores da cidade para encontrar o conforto de se estar perto de um local no qual um tirano domina a população.

Verificando o excerto, D. Pedro II tem seu cotidiano ridicularizado em 2000, quando o imperador se torna um criador de perus. Vivendo na modéstia, cuidando de um próspero negócio, ele agora serve a outra sociedade, que se sacia com os perus que ele cria. Vale ressaltar que na narrativa Felício dos Santos apresenta a sopa de peru como o prato favorito do monarca. Neste importante trecho da obra podemos perceber que D. Pedro II é uma aparição para o presente, embora seu espectro esteja de fato assombrando o presente narrado, a história da vida da personagem do monarca é passado, pois todos os eventos que levariam ao seu fim já aconteceram, já morreram.

Nas obras futurísticas de Felício dos Santos o passado não passou, ele acelerou fazendo uma prospecção para mudar o futuro, o leitor ganha consciência e a história do passado narrada nos anos 2000, o que se torna a mesma história do futuro. Por meio da personagem do Dr. Tsherepanoff, o passado do Brasil é trazido ao presente para mostrar ao espectro de D. Pedro II como tudo aquilo acabou. O passado narrado traz aos leitores consciência do futuro que eles estão convocados a construir.

## **Considerações Finais**

Joaquim Felício dos Santos seguiu o modelo político Liberal por toda sua vida, se inspirando em um radicalismo que nem sempre se fez presente em sua atuação política. No limiar entre uma família de influência na cidade de Diamantina e opositor à monarquia, os esforços do autor se concentravam entre tratar de sua vida política, que era muito conturbada visto sua presença constante no cenário político brasileiro, desde os anos de 1853 a próximo da sua morte em 1894. Sua tentativa de se inserir no cenário político para modificá-lo é vista como um grande esforço admirado por seus partidários e contemporâneos.

Fica nítido em todas as obras de Felício dos Santos seu desconforto com a constante repressão sofrida pelo Arraial do Tijuco em toda sua formação, primeiro

em *Memórias do Distrito Diamantino* (1861-1862), com a ação dos Intendentes e a chegada do *Regimento Diamantino*, que aumentava a fiscalização no território por conta da descoberta dos diamantes. Em *Acayaca* (1862-863), apesar de tratado de forma mais romanesca, a descoberta dos diamantes e a mudança pela qual passa o Arraial é o ponto culminante da obra, onde o *Regimento Diamantino* também é citado. Por fim, nas obras *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias* (1862) e *Páginas da História do Brasil* (1868-1873), o Segundo Reinado é tratado como um período de constante destruição da sociedade brasileira. Nos últimos textos citados, o caráter de história local é deixado de lado, levando seus leitores a ampliarem o olhar sobre todo um país limitado e explorado pela monarquia.

*O Jequitinhonha* como meio de publicação das ideias do partido Liberal e de Felício dos Santos, era muito lido na região do Serro, pelo fato de seu principal colaborador deter respeito no campo da política e por seus textos serem importantes para a sociedade diamantinense. Considerado um jornal de pequeno porte, o debate contido n' *O Jequitinhonha* era de extrema importância, visto o grande número de parceiros e colaboradores ao longo dos quase dez anos do jornal, assim como o número de notas e folhetins que originalmente tinham sido publicados no periódico e também republicados por jornais de grande circulação, como por exemplo, o *Diário do Rio de Janeiro*.

A linguagem escolhida, assim como a sátira como gênero literário, é muito significativa no cenário da segunda metade do século XIX. O porquê de se criar uma obra futurística nesse período, vem em parte de se utilizar do pretexto de uma ficção para poder fazer com que o texto fosse publicado; outra explicação é para que haja tempo do texto cumprir sua função de mobilização e fazer com que a população se levantasse contra a monarquia para que todas as inovações e mudanças previstas tivessem tempo de acontecer. Modificações que assumem uma linguagem normativa de alterações enunciadas pelo partido liberal, incorporadas por Felício dos Santos em seu texto, que as transforma em uma realidade nos anos 2000. Felício dos Santos utiliza a linguagem do partido Liberal para enunciar um cenário futurístico no qual ele satiriza a monarquia, apresentando a personagem de Dom Pedro II como um monarca egoísta e soberbo, que vê na igualdade social e na democracia política uma forma de selvageria e barbárie, visto que os brasileiros não seguiriam mais um imperador.

Com relação à narrativa e ao método de escrita, Felício dos Santos escreve uma história do Brasil que permite o embate e clama por mudanças reais, uma história de luta e transformação que junto à nação e aos partidos políticos se torna um problema para a monarquia. Ele produz uma história de ação, uma história problema, durante a segunda metade do século XIX, aos moldes do letrado, intelectual, jornalista e historiador não tendo que escrever para um público privilegiado, mas sim aberto a toda a sociedade tijuquense e brasileira.

As obras analisadas nos apresentam ao futuro do Brasil, no qual o autor embora utilize a análise de fontes literárias para validar os fatos, concilia também a interpretação das fontes não literárias a seu favor. Felício une o método antiquário, sem se deter demasiadamente a ele interpretando a história por um viés de referência e estudos políticos. Sendo assim, Felício dos Santos pode ser caracterizado mais como um historiador que fez um grande esforço historiográfico do que como memorialístico.

A personagem do Dr. Jeremias em *A História do Brasil, escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* (1862), representa o historiador que está sendo formado ao longo do século XIX. Um pesquisador dependente do método científico, rigoroso com datas, locais, obras gigantescas e preocupado em recolher o maior número de fontes e vestígios possíveis. O método antiquário ao se misturar com a ação do historiador faz com que Felício dos Santos questione a seriedade e a função de realizar pesquisas por meio deste método. Na obra *Páginas da História do Brasil*, ao apresentar intelectuais que a todo o momento seguem D. Pedro II, em 1868, considerando a possibilidade do próprio imperador se tornar um paleontólogo, o autor está satirizando o método científico e a recente ação antiquária unida à história, sugerindo que as fontes quando analisadas por esse método podem ser mais facilmente forjadas; servindo para consolidar qualquer teoria do pesquisador. Apesar de o literato utilizar em alguns momentos da escrita, o método antiquário, ele questiona seu uso deliberado, indo na contramão do *ethos* do historiador oitocentista e tendo uma visão diferente do modelo proposto pelo IHGB, da forma como deveria ser escrita a história.

Quanto à relação temporal, nos textos futurísticos, Felício dos Santos não abre a possibilidade do leitor imaginar se o futuro narrado seria possível ou se é apenas de ficcional, ele recorre à responsabilidade política dos cidadãos brasileiros como um recrutamento; pedindo que se preparem para que o futuro proposto fosse

possível. O horizonte de possibilidades está aberto, resta apenas que os mecanismos de preparação e organização deste futuro funcionem para que se torne possível. Dar sentido a um futuro escolhido pelo autor é saber narrar e através das técnicas narrativas tornar esse futuro almejado e sentido por uma coletividade. Unir as possibilidades históricas de futuro, presente e passado é o que movimenta e objetiva a escrita da história do Brasil de Joaquim Felício dos Santos.

Embasado pela “ontologia da literatura” proposta por Gumbrecht, fica claro como Felício dos Santos utilizava suas obras para informar e instigar a população leitora d’*O Jequitinhonha*. O uso da sátira é de extrema relevância para se provar como os textos se relacionavam com realidades existentes fora deles, principalmente num cenário de disputas políticas como o da segunda metade do século XIX. Tomando os textos pela chave do *Stimmung*, percebemos que o uso do futuro como aparato para transformar o presente, levando o leitor a uma nova dimensão, permeado pela sátira, permite que ele *sinta* este novo mundo sem a culpa de ser real, sem a injúria de tomar um posicionamento para com as disputas políticas locais e nacionais. O efeito de presença que se atribuí vem do futuro alternativo, ainda não vivido, diferenciado da realidade insatisfatória. A minúcia da narrativa, a descrição de objetos, das tecnologias, do clima, do vestuário permite ao leitor uma percepção simultânea de efeitos; como se o autor daquelas páginas fosse esquecido e aquele cenário estivesse esperando pelo leitor em algum lugar, concreto, do futuro, de forma que esse porvir se fizesse presente com urgência. As propostas de Felício para um novo Brasil se fazem presentes no futuro narrado, podendo ser vislumbrado pelo leitor que concordar, desejar e mostrar fascínio por tais ideais.

As obras aqui analisadas comprovam que as várias *Stimmungen* são pertencentes, em certa medida, à dimensão do passado, pois a presença do futuro no presente só é permitida através de uma determinada experiência, que reconhece o ambiente proposto, devido a isto o deseja, ou seja, a ausência da experiência proposta pelo futuro permite que voltemos às nossas memórias para reconhecê-lo como “ainda não vivido”, “possivelmente idealizado”, criando uma atmosfera de expectativa e desejo de presença desse ambiente.

Felício dos Santos produz climas nos dois textos, um clima de ruína e aceleração, que se faz concreto por meio das decisões que eram capazes de tomar o corpo dos leitores, fazendo-os sentir D. Pedro II como espectro, que se assusta e reage ao fim da monarquia e ao seu próprio fim. As obras futurísticas que se iniciam

com a utopia de Felício dos Santos, com a revolta liberal e do povo após fazer de 1863 um prognóstico criado no Brasil nos anos 2000.

Havendo uma temporalização do futuro, que é percebida e sentida pelos leitores através dos climas criados pelo autor, o passado narrado é sentido como futuro a ser alterado, porém, na narrativa é tido como um passado que não passou, pois as mudanças são constantes e é necessário manter o passado palpável para que ele não possa se repetir, mantendo-o próximo para que o povo e o Brasil do século XXI não se esqueçam dos males vividos por causa da monarquia. O tempo histórico é fundamental para que se possa fazer presente essas diversas realidades, gerando um efeito de presença nos leitores.

Parte deste efeito de presença é motivado pela escolha da sátira como forma de narrar os textos, visto que a ironia permite ao receptor dos textos compreendê-los em uma dimensão mais sofisticada, mesmo sendo necessário estar completamente imerso na atmosfera da escrita da História. Sem um conhecimento das movimentações políticas das décadas de 1860 a 1870, não é possível perceber a trajetória liberal e os elementos nos textos que permitam compreender uma guinada ao republicanismo de Joaquim Felício dos Santos a partir 1868. A responsabilidade do autor ao escrever uma história futurística do Brasil, está atrelada ao seu comprometimento com seus ideais políticos, visto que o que se rompe e o que se torna continuidade no futuro narrado, são anseios de um presente e de um passado que ainda não transpôs, mas que está para ser alterado por meio da presença deste futuro otimista, que se faz ser sentido através dos textos de Felício dos Santos, nos quais ele acelera o tempo, presentificando o passado e o futuro.

## **Fontes**

**A Actualidade: jornal político litterario e noticioso** – 1859-1864- PR\_SOR\_02335\_235296.

**A Constituição** – 1863 a 1889 - PR\_SPR\_00398\_235334.

**Almanak Administrativo, Civil e Industrial** – 1864 a 1874 - PR\_SOR\_00012\_393428.

**A Pátria** - PR\_SPR\_62489\_001\_830330.

**A Reforma** – 1869 a 1879 - PR\_SOR\_ 03457\_226440.

Catálogo de Acervos Microfilmados da Fundação Biblioteca Nacional. **O Jequitinhonha**. Localização do Título: PR-SPR 01237; PR-SPR 01705; PR-SOR 05920. Localização do Rolo: PR-SOR05920; PR-SPR 01232-01239; PR-SPR 01699-01718.

Documentos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **O Jequitinhonha**. Todas as edições de 1860 a 1869 e 1870 a 1873. Disponível em: <<http://bdigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>

**Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal** – 1848 a 1868 - PR\_SPR\_00001\_217280.

**Correio Nacional** – 1869 a 1879 - PR\_SOR\_ 03347\_03354.

**Diário de Minas** – 1866 a 1875 - PR\_SOR\_ 02051\_376523.

**Diário do Rio de Janeiro** – 1821 a 1858 - PR\_SPR\_ 00005\_094170.

**Gazeta de Notícias** – 1900 a 1919 - PR\_SPR\_ 02764\_103730.

**Jornais de Ouro Preto** - 1884 a 1947 - PR\_SOR\_ 00785\_222747.

**Jornal de Recife** – 1858 a 1938- PR\_SPR\_ 00629.

**Jornal do Commercio** – 1869 a 1869 - PR\_SPR\_ 00001.

**Monitor do Norte** – 1874 a 1879 - PR\_SOR\_ 06041\_06054.

**O Apostolo** – 1866 a 1901 - PR\_SOR\_ 00830\_343951.

**O Cearense** – 1846 a 1891 - PR\_SOR\_ 00642\_709506.

**O Correio da Tarde** - 1848 a 1852 – PR\_SOR\_ 00765\_616028.

**O Jequitinhonha** – 180 a 1873 - PR\_SOR\_ 05920.

**O Paiz** – 1863 a 1889 - PR\_SPR\_ 00171\_704369.

**O Ypiranga** – 1867 a 1869 - PR\_SOR\_ 05145\_375420.

**Pharol** – 1876 a 1933 - PR\_SPR\_ 02289\_258822.

Todos os jornais estão disponíveis em <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>

SANTOS, Joaquim Felício dos Santos. **Acayaca**: romance indígena. Ouro Preto. Typographia do Estado de Minas. 1894. 131p. Publicado originalmente no jornal *O Jequitinhonha*, em formato de folhetins ao longo dos anos de 1862-1863.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Geraes)**. 2ªed. Livraria Castilho: Rio de Janeiro, 1924.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. 4ªed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. (Reconquista do Brasil, v.26)

SANTOS, Joaquim Felício dos. O livro da capa verde. **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas: s.n, n.147/148, p.181-186, jul./dez. 1992.

SANTOS, Joaquim Felício dos. Páginas da História do Brasil escriptas no Anno de 2000. Organizador: EULÁLIO, Alexandre. As páginas do ano de 2000. **Revista do Livro**, Órgão do Instituto Nacional do Livro: Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, ano II, n.6, jun. 1957.pp.103-160.

## Referências Bibliográficas

Annaes do Parlamento Brasileiro. **Carta dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Undecima Legislatura. Sessão de 1861**. Rio de Janeiro. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C. 65. Rua do Ouvidor, nº 65. 1861.

ARAUJO, Valdeí Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**. Ouro Preto, nº12, agosto: 2013. p.34-44.

ARAUJO, Valdeí Lopes. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, mai/ago 2015, p. 365-400.

ARAÚJO, Valdei Lopes. MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.XLIII,2007. p.22-23.

ARAÚJO, Valdei Lopes. Para além da autoconsciência moderna. A historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, Belo Horizonte, vol: 22, nº 36: Jul/Dez 2006. p.314-328,

BARBATO, Luis Fernando Tosta. A serviço da Pátria e do Imperador: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: origens, estrutura e funcionamento. **Revista Labirinto**, Porto Velho-RO, Ano XIV, Vol. 20, 2014.p. 336-352.

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. Platão em Siracusa – a Conversão do Tirano. **Revista Internacional d’Humanitats 10**. CEMOrOC-Feusp/ Núcleo Humanidades-ESDC/ Univ. Autônoma de Barcelona. 2006.p.31 a 38.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. Um escritor no Segundo Reinado: a trajetória de Joaquim Manuel de Macedo. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro. Ano 15. N. 30, agosto de 2010. p.66-76.

BUENO, José Antônio Pimenta. **Direito Público Brasileiro e análise da constituição do Império**. Primeira Parte. Rio de Janeiro. Typografia Imp. e Const. De J. Villeuve. E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. 1857.

EULÁLIO, Alexandre. “Apresentação”. In: SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. 4ªed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. (Reconquista do Brasil, v.26).338p.

FERRETTI, Danilo Zioni. **A construção da Paulistanidade**. Identidade, Historiografia e Política em São Paulo (1856-1930). 2004. 391p. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FREITAS, Renata Dal Sasso. José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862 - 1865) e a cultura histórica brasileira nos oitocentos. **Revista Aedos**. Num. 5, vol. 2. Julho-Dezembro 2009. p.8-25.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O livro da capa verde:** o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: AN-NABLUME, 1996. (Selo universidade; 52).

GONÇALVES, Sérgio Campos. A adesão da cultura historiográfica brasileira ao pensamento civilizador no século XIX. **Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:** historiografia brasileira e modernidade. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araújo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. p.1-10.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de História Nacional. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.5-27.

GUMBRECHT, H. U. Cascatas de modernidade. In: \_\_\_\_\_. **Modernização dos sentidos.** São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 09-32.

GUMBRECHT, H. U. Presence achieved in language (with special attention given to the presence of the past). **History and theory:** studies in philosophy of history, 45, october 2006. p. 317-327.

GUMBRECHT, H. U. **Production of presence:** What meaning cannot convey. Stanford: Stanford University Press, 2004.

GUMBRECHT, Han Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. **História da historiografia.** Ouro Preto. n° 3, setembro, 2009. p.10-22.

GUMBRECHT, Han Ulrich. Depois de aprender com a História. In.: **Em 1926.** Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record, 1999.448p.

GUMBRECHT, Han Ulrich. **Atmosfera, ambiência, *stimmung*:** sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.174p.

GURGEL, Rodrigo. O Contestador Liberal. **Rascunho: O jornal de Literatura do Brasil.** set/2010. Disponível em: <<http://rascunho.gazetadopovo.com.br/o-contestador-liberal/>>.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre a história. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2014. 352 p.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.366p.

KOSELLECK, Reinhart. MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia, 10).230p.

MARTINS, Marcos Lobato. Um arauto da modernização republicana nas Minas Gerais: o pensamento político de Joaquim Felício dos Santos. In: LOPES, Marcos Antônio. (ORG). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p.465-480.

MOLLO, Helena. Olhar o passado onde ele (não) está: Araújo Porto- Alegre e a história do Brasil a partir de Portugal. **História da historiografia**, Ouro preto, nº. 12, agosto.2013, p.213-227.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014. Publicado originalmente como “Ancient history and the antiquarian”, no **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 13, nº. 3/4, 1950, p. 285-315

MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e a tradição taciteana. In: \_\_. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 157-185.

NOVAES, Eder Liz. Joaquim Felício dos Santos e Diamantina: reflexões acerca do elemento regional (1860-1868). Caderno de resumos & **Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia** – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.p.1-9.

RANGEL, Marcelo de Mello; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. História e modernidade em Hans Ulrich Gumbrecht. **Revista Redescrições**. Revista on-line do GT de Pragmatismo Ano 4, número 1, 2012.p.63-71.

REIS, Maria de Lourdes Costa D. Joaquim Felício dos Santos, o escritor. **Revista da Academia Mineira de Letras**, Belo Horizonte: s.n., v.46, out./nov./dez. 2007.p.157-160.

RIBEIRO, Ana Cláudia Romano. Sátira, Utopia e Ficção científica em a História do Brasil Escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862 e Páginas da História do Brasil, Escritas no Ano de 2000, de Joaquim Felício dos Santos. **Recorte** – Revista eletrônica. Mestrado em Letras: Linguagem, Discurso e Cultura / UNINCOR ano 8, n.2, 2011. p. 1-19.

SALGADO, César. **José Antônio Pimenta Bueno, bandeirante do Direito Brasileiro**. Discurso proferido na sessão solene de Instalação da Academia Paulista de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, dia 11 de agosto de 1972. p.455-472.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Acayaca**: romance indígena. Atualização dos textos, notas e estudos crítico e bibliográfico: Valéria Seabra de Miranda e Oscar Vieira da Silva. Belo Horizonte: Traquitana e PUC Minas, 2004.

SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão. A erudição histórica na história da historiografia brasileira: uma análise da memória acerca da historiografia oitocentista. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. p.1-16.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.319p.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. 203 páginas. Dissertação. (Pós-graduação em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.194p.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, número 2, março de 2009. p.12-28.

VARELLA, Flávia Florentino. DA impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da História na *História do Brasil* de John Armitage. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011.127p.

VARELLA, Flávia Florentino. Verdade, sentido e presença: História e historiografia em Heidegger e Gumbrecht. **OP SIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007. p.113-126.

VINHAES, Eliana. **Um estudo sobre a obra de Joaquim Felício dos Santos**: Memórias do Distrito Diamantino. 2012, disponível em: <<http://contosdediamantina.webnode.pt/news/analise-da-obra-memorias-do-distrito-diamantino-de-joaquim-felicio-dos-santos/>>.

VIVIEN, Alexandre François Augusto. **Études Administratives Diuxième Edition**. Entièrement refondue, el consideréablement augmenté. Tome Premier. Paris, Guillaumint et Cie, Libraires-Éditeurs, rue richelieu, 14.1852.

WHITE, Hayden. Tropología, discurso y modos de conciencia humana. In.: **El texto histórico como artefacto literário**. Barcelona: Paidós Iberica: Universidad Autónoma de Barcelona, 2003.p.63-105.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In.: **A História Escrita**. (Org.) MALERBA, J. São Paulo: Contexto, 2006.